

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO**

**GINÁSIO MARINGÁ (1952 – 1963): HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO
DE UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR**

Volume 1

ALDIVINA AMÉRICO DE LIMA

**MARINGÁ
2011**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO

**GINÁSIO MARINGÁ (1952 – 1963): HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DE UMA
INSTITUIÇÃO ESCOLAR**

Dissertação apresentada por ALDIVINA AMÉRICO DE LIMA, ao programa de Pós-Graduação em Educação: Mestrado, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador:
Prof. Dr. CÉZAR DE ALENCAR ARNAUT
DE TOLEDO.

MARINGÁ
2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

L732g Lima, Aldivina Américo
Ginásio Maringá (1952-1963): história da implantação de uma instituição escolar / Aldivina Américo Lima. -- Maringá, 2011.
2 v. (336 f.): il. col., figs., tabs.

V.2 inclui anexos
Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011

1. História da Educação. 2. Educação Brasileira. 3. Instituições escolares. 4. Ginásio Maringá. I. Arnaut de Toledo, César de Alencar, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 21.ed.: 370.98162

ALDIVINA AMÉRICO DE LIMA

**GINÁSIO MARINGÁ (1952 – 1963): HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO
DE UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo
(Orientador) – UEM – Maringá

Prof. Dr. João Carlos da Silva – UNIOESTE - Cascavel

Prof. Dr^a .– Rosangela Célia Faustino – UEM - Maringá

Maringá, fevereiro de 2011.

Dedico este trabalho a três pessoas que foram fundamentais e essenciais na minha vida para a realização do Mestrado em Educação: minha filha, Bruna Américo de Lima Souza e, aos amigos Vanderlei Siqueira dos Santos e Olivia Pereira Leite de Souza.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por mais esta etapa alcançada.

À minha família, em especial, aos meus pais, José Severino de Lima e Madalena Américo de Lima, pelo apoio.

À minha filha, querida e amada, Bruna Américo de Lima Souza, pela paciência comigo durante a fase da pesquisa.

Ao professor e orientador, Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo, pela dedicação, orientação, competência, paciência e incentivo na condução deste trabalho.

Aos professores, Dr. Amarílio Ferreira Junior- UFSCar, Dra Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro – UESB, Dra Ângela Mara de Lemos Lara – UEM, Dra Rosângela Célia Faustino – UEM, Dr. João Carlos da Silva – UNIOESTE, pelas pertinentes sugestões.

Ao Colégio Marista de Maringá, representado pelos Irmãos Pedro Danilo Trainotti, Alfredo Moretti e Ilário Caresia, por terem possibilitado acesso às fontes relacionadas ao tema. À Dilma Dinéia Martins, secretária da instituição, pela disponibilidade e gentileza.

À Câmara municipal de Maringá, representada pelos funcionários Antonio Mendes de Almeida e Joaquim Francisco dos Santos Neto, do setor de arquivo.

À Mitra Arquidiocesana de Maringá, pela abertura de seus arquivos históricos e pela possibilidade de reprodução da documentação localizada.

Ao Museu da Bacia do Paraná, da Universidade Estadual de Maringá.

Ao Arquivo Municipal de Maringá, representado pelo professor João Laércio Lopes Leal, do setor de Gerência de Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal de Cultura.

Ao professor Geraldo Altoé, ao jornalista Jorge Fregadoli, às famílias de ex-alunos do Ginásio Maringá: Família Surita, Rossi e Tozzo, pela colaboração na localização das fontes.

Aos amigos que fizeram parte deste trabalho: Vanderlei Siqueira dos Santos, Olívia Pereira Leite de Souza, Sônia Rotta dos Santos, Christiane Rossi Sbardelatti, Anselmo Carlos Baraldi, Norival Dias, Bruno Neri, Maria Madalena Sorato Gulla, Carmen Torresan, May Holmes, Adriana Salvaterra Pasquini, Cleide Durante, pelo apoio.

A ESCOLA

*Escola é...
o lugar onde se faz amigos
não se trata só de prédios, salas, quadros,
programas, horários, conceitos...
Escola é, sobretudo, gente,
gente que trabalha, que estuda,
que se alegra, se conhece, se estima.
O diretor é gente,
O coordenador é gente, o professor é gente,
o aluno é gente,
cada funcionário é gente.
E a escola será cada vez melhor
na medida em que cada um
se comporte como colega, amigo, irmão.
Nada de ilha cercada de gente por todos os
lados
Nada de conviver com as pessoas e depois
descobrir
que não tem amizade a ninguém
nada de ser como o tijolo que forma a parede,
indiferente, frio, só.
Importante na escola não é só estudar, não é só
trabalhar,
é também criar laços de amizade,
é criar ambiente de camaradagem,
é conviver, é se 'amarrar nela'!
Ora, é lógico...
numa escola assim vai ser fácil
estudar, trabalhar, crescer,
fazer amigos, educar-se,
ser feliz.*

Paulo Freire

LIMA, Aldivina Américo. **GINÁSIO MARINGÁ (1952 -1963): HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR.** 2011. 336 f. (2 vol.). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2011.

RESUMO

A presente pesquisa situa-se no campo da História das Instituições Educacionais e tem por objeto de estudo a primeira instituição ginasial da rede privada, fundada no ano de 1952, no município de Maringá, Estado do Paraná - o Ginásio Maringá. A partir de meados de 1954, essa instituição tornou-se confessional e pertencente à Diocese de Jacarezinho. No ano de 1956, foi criada a nova Diocese de Maringá e Dom Jaime Luiz Coelho assumiu o bispado, o que incluía a responsabilidade sobre esta instituição. No ano de 1958 a instituição foi assumida pelos Irmãos Maristas, constituindo-se como principal local de formação da elite pioneira de Maringá. O objetivo geral da pesquisa é analisar a história da implantação e da consolidação do Ginásio Maringá, destacando os aspectos relacionados ao contexto do novo município que ainda não tinha infraestrutura adequada à população. A pesquisa também destaca a influência da Igreja Católica na área educacional durante o período estudado, bem como a contribuição “marista” na consolidação dessa instituição, no cenário maringaense. A reconstituição da história do Ginásio Maringá mostra as características da educação secundária oferecida na década de 1950 e das políticas educacionais do período. Constatou-se que a educação oferecida por essa instituição foi relevante para a formação da elite pioneira local nas diversas áreas da sociedade maringaense. Trata-se, portanto, de uma abordagem qualitativa cuja análise documental constitui uma técnica que corrobora a análise de conteúdo dos documentos selecionados e estabelecendo um diálogo crítico com as fontes, problematizando os dados à luz da literatura existente e buscando apreender o significado histórico e político dos fundamentos teóricos e ideológicos nelas enunciados. Como fontes de pesquisa, foram utilizados os acervos do Ginásio Maringá, Colégio Marista de Maringá, Mitra Arquidiocesana de Maringá, biblioteca particular do Professor Geraldo Altoé, Arquivo da Câmara Municipal de Maringá, fotografias do Acervo do Museu da Bacia do Paraná, da Universidade Estadual de Maringá, e revistas da Diocese. Foram utilizados, também, depoimentos de Dom Jaime Luiz Coelho, professor Geraldo Altoé, Dilma Dinéia Martins e Jorge Fregadolli. Esses dados são analisados à luz da literatura sobre instituições escolares e relacionados ao contexto em que foram produzidos.

Palavras-chave: História da Educação. Educação Brasileira. Instituições Escolares. Ginásio Maringá.

LIMA, Aldivina Américo. Maringá **GYMNASIUM (1952-1963): HISTORY OF AN EDUCATIONAL INSTITUTION IMPLANTATION**. 2011. 336 f. (2 vol.). Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Major Advisor: Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2011.

ABSTRACT

This research is situated in the field of Educational Institutions History and its object of study is the first private elementary school institution, established in 1952, in Maringá city, state of Paraná – Maringá Gymnasium. Since 1954, this institution became confessional and belonging to Diocese of Jacarezinho city. In 1956, the new Diocese of Maringá was created and its first bishop was Dom Jaime Luiz Coelho, who became responsible for this institution. In 1958, this institution was assumed by Brothers Marista, establishing as the main place to the information of the elite pioneer in Maringá. The general aim of this research is to analyze the history of installation and consolidation of Maringá Gymnasium, emphasizing the aspects related to the context of the new city which, at the time, did not have appropriate infrastructure. In a next step, the research shows the influence of Catholic Church in educational field, during the period of studies, as well as Marista contribution to consolidate this institution, in Maringá scenario. The reconstitution of Maringá Gymnasium history shows the secondary education features, offered in the 50's, as well as educational policies in the period. It is noticed that the education offered by this institution was relevant in the education of the pioneer elite, forming professionals in several areas of Maringá society. Thus, this research is a qualitative approach whose documental analysis constitute a technique that corroborates to analysis of selected documents, establishing a critical dialogue with the source, problematizing the datas of existing literature, and trying to keep the historical and political meaning of theoretical and ideological elements described in them. As research source it is used Maringá Gymnasium collections, Marista School of Maringá, Maringá Mitre Archdiocese, Professor Geraldo Altoé's particular library, Archives of Maringá City Council, Photos from Bacia do Paraná Museum, and from Universidade Estadual de Maringá, Diocese magazines. It is also used the testimonies of Dom Jaime Luiz Coelho, Professor Geraldo Altoé, Dilma Dinéia Martins e Jorge Fregadolli. These dates are analyzed the light of literature about educational institutions and related to the context in wich they were produced.

Keywords: Education History. Brazilian Education. Educational Institutions. Maringá Gymnasium.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Miguel Montoza – fazendeiro das proximidades de Londrina (1950)	43
Figura 2	Acampamento de Ângelo Planas, em Maringá (1945).....	62
Figura 3	Construção do Ginásio Maringá – década de 1950	65
Figura 4	Grupo escolar Dr. Osvaldo Cruz (1948)	72
Figura 5	Escola Osvaldo Cruz (2011)	72
Figura 6	Ginásio Maringá (1950)	78
Figura 7	Festa comemorativa da inauguração do Ginásio Maringá - 10 de maio de 1952	79
Figura 8	Vistas parciais de Maringá – 1950	80
Figura 9	Lei nº 11/55 de 30 de novembro de 1955	88
Figura 10	Lei nº 105/58 de 13 de setembro de 1958	104
Figura 11	Alunos do Ginásio Maringá – 1ª comunhão - década de 1960	105
Figura 12	Alunos do Ginásio Maringá – final da década de 1960	112
Figura 13	Alunos do Ginásio Maringá – década de 1960	120
Figura 14	Almoço dos professores do Ginásio Maringá- restaurante Rigalle (1957)	125
Figura 15	Ginásio Maringá – década de 1950	130
Figura 16	Avenida Tiradentes – década de 1950	132
Figura 17	Presença Marista no mundo	144
Figura 18	Associados da União Marista do Brasil (UMBRASIL)	145
Figura 19	Logomarca Marista	145
Figura 20	Recordação escolar: Norival Dias – 2ª série (1961)	147
Figura 21	Alunos do Ginásio Maringá: pista atletismo - Década de 1960	149
Figura 22	Pista de atletismo (2010).....	150
Figura 23	Fanfarra do Ginásio Maringá- Desfile comemorativo ao aniversário do município – década de 1960	153

Figura 24	Ginásio Maringá - 3ª série primária (1964)	159
Figura 25	Prédio central do Colégio Marista de Maringá (2010)	159
Figura 26	Prédio da Educação Infantil Marista (2010)	160
Figura 27	Prédio do Ensino Médio Marista (2010)	161
Figura 28	Teatro Marista de Maringá (2010)	164
Figura 29	Complexo esportivo Marista (2010)	165

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Instituições escolares pesquisadas (1990-2007).....	37
Quadro 2	Municípios fundados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – Norte do Estado e proximidades	48
Quadro 3	Imigrantes que chegaram a São Paulo – final do século XIX e início do século XX	55
Quadro 4	Naturalidade da região Norte Novo de Maringá, segundo as principais unidades de federação – 1944-1980	56
Quadro 5	Origem das famílias dos primeiros alunos do Ginásio Maringá.....	58
Quadro 6	Produtos agrícolas em 1949 – Maringá – Paraná.....	64
Quadro 7	Turmas do Ginásio Maringá (1952)	82
Quadro 8	Alunos reprovados do Ginásio Maringá (1952).....	82
Quadro 9	Turmas do Ginásio Maringá (1953)	84
Quadro 10	Alunos reprovados do Ginásio Maringá (1953).....	85
Quadro 11	Turmas do Ginásio Maringá (1954)	86
Quadro 12	Turmas do Ginásio Maringá (1955)	91
Quadro 13	Turmas do Ginásio Maringá (1956)	92
Quadro 14	Instituições construídas em Maringá com o apoio da Diocese de Maringá	93
Quadro 15	Escolas construídas, na região, com o apoio da Diocese de Maringá	94
Quadro 16	Turmas do Ginásio Maringá (1957)	96
Quadro 17	Valores das mensalidades (anuidade) do Ginásio Maringá (1957)	101
Quadro 18	Turmas do Ginásio Maringá (1958)	102
Quadro 19	Formação dos alunos do Ginásio Maringá (1952)	109
Quadro 20	Formação dos alunos do Ginásio Maringá (1953)	110
Quadro 21	Formação dos alunos do Ginásio Maringá (1954)	110
Quadro 22	Formação dos alunos do Ginásio Maringá (1955)	110

Quadro 23	Formação dos alunos do Ginásio Maringá (1956)	111
Quadro 24	Formação dos alunos do Ginásio Maringá(1957)	111
Quadro 25	Formação dos alunos do Ginásio Maringá (1958)	111
Quadro 26	Conteúdos cobrados no exame de admissão- década de 1950	115
Quadro 27	Relação de alunos que fizeram os exames de adaptação: 2ª série (1955) - prova de latim	122
Quadro 28	Resultados das notas da prova oral de latim de adaptação: 2ª série (1955) por examinador	122
Quadro 29	Notas finais do exame de adaptação de Latim – 1955	123
Quadro 30	Relação de professores do Ginásio Maringá (1958).....	126
Quadro 31	Disciplinas do Ginásio Maringá (1952)	135

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	OS FUNDAMENTOS TEÓRICO- METODOLÓGICOS DA PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES	23
2.1	A RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE O GERAL (CONTEXTO HISTÓRICO), O PARTICULAR (AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS) E O SINGULAR (A INSTITUIÇÃO ESCOLAR).....	23
2.2	QUESTÕES METODOLÓGICAS	29
2.2.1	A pesquisa histórica e o uso das fontes	31
2.3	O ESTADO DA ARTE SOBRE AS PESQUISAS EM INSTITUIÇÕES ESCOLARES	36
3	O CONTEXTO HISTÓRICO DO NORTE DO PARANÁ E A FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ (1930 – 1963)	39
3.1	A VIDA ECONÔMICA	39
3.2	A OCUPAÇÃO DO NORTE PARANAENSE	47
3.3	O PROCESSO MIGRATÓRIO	50
3.3	O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE MARINGÁ	59
3.4	OS PRIMÓRDIOS CULTURAIS E ESCOLARES DE MARINGÁ	69
4	O GINÁSIO MARINGÁ	77
4.1	IMPLANTAÇÃO DO GINÁSIO MARINGÁ	77
4.2	ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DO GINÁSIO MARINGÁ	106
4.2.1	Curso Ginásial	106
4.2.2	Exames de Admissão	113
4.2.3	A educação feminina	118
4.2.4	Exames de adaptação	121
4.2.5	Professores	123
4.2.6	A arquitetura e o espaço escolar	127

4.2.7	 Currículo Escolar.....	133
5	 DO GINÁSIO MARINGÁ AO COLÉGIO MARISTA DE MARINGÁ .	139
5.1	O FUNDADOR – MARCELINO CHAMPAGNAT E A CONGREGAÇÃO DOS IRMÃOS MARISTAS: BREVE HISTÓRICO	139
5.2	OS PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS EDUCACIONAIS MARISTAS.....	146
5.3	GESTÃO PEDAGÓGICA MARISTA EM UM MUNDO DE TRANSFORMAÇÃO	154
5.4	CONTRIBUIÇÕES DA CONGREGAÇÃO MARISTA À FORMAÇÃO DA SOCIEDADE MARINGAENSE	158
6	 CONCLUSÃO	169
	 REFERÊNCIAS	175
	 ANEXOS	188

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, situada no campo da História das Instituições Educacionais, tem por objeto de estudo o Ginásio Maringá, da rede privada de ensino, instalado no município de Maringá em 1952 e que em 1969 se tornou Colégio Marista de Maringá. A instituição está situada à Rua São Marcelino Champagnat, 130, no bairro Zona 2, da cidade de Maringá, Estado do Paraná. Foi a primeira Instituição Escolar de ensino ginásial do município.

A motivação para o presente trabalho ocorreu pelo fato de a escola, desde a sua implantação, há mais de 50 anos, ainda não ter sido objeto de um estudo histórico documentado. A instituição se consolidou no cenário de formação da sociedade maringaense e hoje está entre as principais escolas da rede privada confessional local.

Com a intenção de executar o estudo sobre o ginásio Maringá, foi realizado um levantamento de pesquisas existentes sobre o processo histórico da implantação da educação escolar em Maringá e na região. Após a pesquisa em bibliotecas locais da rede municipal e privada do município de Maringá, constatou-se que o material disponível para a pesquisa era escasso.

Esta investigação insere-se na linha de pesquisa História de instituições educativas do Grupo de Pesquisa sobre Política, Religião e Educação na Modernidade, liderado pelo professor Doutor Cezar de Alencar Arnaut de Toledo. A participação nas atividades acadêmicas desse grupo de pesquisa deu sustentação ao desenvolvimento desta pesquisa.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a gênese e a implantação da instituição cuja inauguração ocorreu no dia 10 de maio de 1952, aniversário do município, e também ano de emancipação política, com a presença de autoridades, constituindo fato marcante para toda a sociedade maringaense e região. As atividades escolares foram iniciadas com 176 alunos.

A instituição, inicialmente pertencia a um leigo que alugou o prédio da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, no ano de 1951, para dar início às atividades escolares. Em 1954, a instituição passou a ser de responsabilidade da Diocese de Jacarezinho, dirigida pelo bispo Dom Geraldo de Proença Sigaud. Em 1956 foi fundada a Diocese de Maringá e o Bispo nomeado, Dom Jaime Luiz

Coelho, assumiu as atividades da instituição. A partir de 1958, a Congregação Marista passou a dirigir esse Ginásio que, a partir de 1963 se tornou Colégio Comercial Marista e, em 1969, Colégio Marista de Maringá.

No início da década de 1950, havia poucas escolas primárias no Estado do Paraná. De ensino ginasial, ainda eram mais escassas, existindo somente nos municípios maiores. Os estudantes de Maringá, para ter acesso ao segmento ginasial, tinham que se deslocar para outra região. O descaso do Estado com o ensino resultou na abertura de escolas privadas em todo o Estado, com forte presença das escolas católicas, a pedido dos eclesiásticos locais.

A Congregação Marista, criada em 1817, na França, com a educação voltada aos meninos, chegou a terras brasileiras por conveniência mútuas. Na virada do século XIX para o século XX, o país necessitava, com urgência, de professores e educadores. Por outro lado, os Irmãos Maristas haviam perdido muitas escolas confiscadas durante vários conflitos políticos na Europa. O Brasil passou a ser visto como alternativa para a Congregação, sendo considerado “a terra da liberdade e de asilo”. Quando iniciaram os trabalhos no Ginásio Maringá, em 1958, os Irmãos Maristas já tinham mais de 60 anos de trabalho em terras brasileiras com uma educação presente principalmente nos grandes centros sempre e voltada às famílias de elite.

No princípio, foi necessário o levantamento das fontes existentes no arquivo da instituição. Inicialmente, a Comunidade dos Irmãos Maristas de Maringá foi informada, sendo representada pelo diretor do Colégio Marista, Irmão Pedro Danilo Trainotti, que participou da gestão dessa instituição a partir da década de 1960. Ele cedeu alguns recortes de jornais e fotos do seu arquivo pessoal do período em que era responsável pela fanfarra marista. O acesso aos documentos foi liberado pela direção, que entendeu ser relevante a pesquisa nessas fontes. Foi consultada a secretária do Colégio, Dilma Dinéia Martins, no cargo há mais de trinta anos, que informou haver poucos documentos do período. Outro educador, Geraldo Altoé, professor da instituição no período de 1953 a 1975, informou que, quando surgiu o Núcleo de Educação em Maringá, na década de 1980, a Inspeção de Londrina, responsável pelas instituições da região, encaminhou alguns livros-ata do Ginásio Maringá a fim de arquivá-los na

Secretaria de Educação local, mas que foram encaminhados ao Colégio Marista, para o arquivo da instituição.

A partir da informação do professor Geraldo Altoé, foram localizados alguns documentos do período de 1952 a 1963, guardados no arquivo da secretaria do Colégio Marista de Maringá, referentes a livros-ata de registros de exame de admissão, atas de exame de adaptação, livros-ata de notas de resultados finais, livro-ponto dos professores, recortes de jornais, ofícios, regimento interno e outros, os quais serviram de subsídios à análise das especificidades dessa instituição.

Tendo à mão a documentação do Colégio Marista, foi buscado um fio condutor para o início da pesquisa. A partir da análise de alguns documentos da secretaria da escola, foi identificado que seria necessário percorrer vários caminhos e que deveriam ser consultados diversos arquivos locais e regionais que pudessem esclarecer pontos relevantes da pesquisa. A organização das fontes requereu paciência, dedicação e perseverança. Uma outra fonte de pesquisa foi a Diocese de Jacarezinho que, no ano de 1954, estava na responsabilidade do Bispo Dom Geraldo de Proença Sigaud. Nesta pesquisa, não se obteve sucesso, pois a informação foi de que os documentos procurados poderiam ser localizados na Mitra Arquidiocesana de Maringá.

A pesquisa foi redirecionada, então, para o levantamento de possíveis dados que constassem nos arquivos da Mitra Arquidiocesana de Maringá, etapa que precisava ser feita, porque, com a criação da Diocese em 1956, a responsabilidade das atividades escolares da instituição em foco ficou a cargo da Mitra Arquidiocesana de Maringá.

Em 11 de fevereiro de 2010, com a pronta colaboração de Dom Jaime Luiz Coelho, primeiro bispo de Maringá, foram localizadas duas revistas comemorativas, de 15 anos e de 35 anos da Diocese, para possíveis estudos. Nesta oportunidade, Dom Jaime indicou a Mitra Arquidiocesana de Maringá como detentora de possíveis documentos para a pesquisa. Foi realizado um trabalho de levantamento de documentos referentes ao período em que esteve à frente da Diocese. O resultado foi positivo, e foram encontrados diversos documentos pertinentes à pesquisa.

Na semana de 22 a 26 de fevereiro de 2010, foram tentados diversos contatos com a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, no município de Jussara, Paraná, construtora e proprietária do prédio do Ginásio Maringá, entre os anos de 1950 a 1957. Após contato com a empresa, o resultado foi negativo em relação ao acesso à documentação desse período. Parte da referida documentação foi enviada pelo escritório da Companhia de São Paulo ao município de Jussara a qual não pôde ser aproveitada em razão do péssimo estado em que se encontrava, constituído por recursos antigos e de difícil conservação como, por exemplo, fitas de vídeo. Parte da documentação em bom estado, como as fotos, foi enviada pela Companhia ao Acervo do Museu da Bacia do Paraná, da Universidade Estadual de Maringá.

No mês de Julho de 2010, com a relação dos alunos que estudaram na instituição, foi verificado pelos sobrenomes se eles se encontravam no município e em que área atuavam profissionalmente. Foi procurado o jornalista Jorge Fregadolli, diretor e jornalista responsável pela revista Tradição, de Maringá, aluno marista na década de 1960, tendo sido aluno do curso Técnico em Comércio cuja colaboração foi decisiva para a pesquisa.

A pesquisa foi enriquecida pela colaboração do professor Geraldo Altoé, que lecionou no Ginásio Maringá a partir do ano de 1953. Este professor, além de sanar algumas dúvidas sobre os documentos, liberou sua biblioteca pessoal para a pesquisa, contribuindo para a efetivação do trabalho.

Após o exame de qualificação, em setembro de 2010, foi retornado ao arquivo do Colégio Marista de Maringá para analisar as fichas individuais dos alunos daquela época, com o objetivo de identificar a profissão dos pais dos alunos, bem como a naturalidade das famílias. Esta análise foi realizada em duas semanas consecutivas, de 18 a 29 de outubro de 2010.

Outro recurso buscado foi a análise das Atas da Câmara de vereadores de Maringá, no início da década de 1950. De 03 a 12 de novembro, foi realizado o levantamento dos livros correspondentes às atas de 1953, período da instalação da Câmara Municipal em Maringá até o ano de 1963.

Em meados de novembro, também, foi visitado o Arquivo Municipal de Maringá para verificação de possíveis documentos ou livros ainda não localizados

na pesquisa. O atendimento foi feito pelo professor João Laércio Lopes Leal, do setor de Gerência do Patrimônio Histórico, que mostrou o material referente ao Projeto Memória e a biblioteca com livros sobre o município.

Ao final do mês de novembro, a Câmara Municipal de Mandaguari foi visitada. Ali, foram analisadas as atas e outras documentações antes de 1953, pois, nesse período, o distrito de Maringá pertencia ao município de Mandaguari. Na busca, não foi localizada nenhuma documentação relevante à pesquisa, mas ela possibilitou a confirmação de dados já apresentados no trabalho.

No mês de novembro de 2010, procurou-se novamente o setor de arquivo da Diocese de Jacarezinho, em busca de uma cópia da escritura da aquisição que a Diocese fez da instituição, no ano de 1954. A busca foi redirecionada para a Mitra Arquidiocesana de Maringá, com a alegação de que, com a fundação da Diocese de Maringá, em 1956, todos os documentos foram encaminhados para Maringá. Após pesquisa na Mitra, nessa segunda etapa, verificou-se que o arquivo está organizado, mas precisamente a partir do ano de 1956, sendo raros os documentos anteriores à data.

Para a análise da implantação e da consolidação da referida instituição educacional da rede privada, primeira escola de ensino ginasial, instalada no início da década de 1950, na cidade de Maringá, algumas questões foram levantadas, tais como: qual a naturalidade dos familiares e alunos do Ginásio Maringá, em vista do município ter cinco anos quando da abertura da instituição? Quais sujeitos sociais tiveram acesso ao Ginásio Maringá na década de 1950? Qual a função social desta Instituição Escolar? A quem ela estava destinada?

Quanto à delimitação temporal, optou-se pelo recorte do ano de 1952, período em que começaram a funcionar as atividades do Ginásio Maringá, até 1963, quando passou a ser denominado Colégio Comercial Marista de Maringá. A abertura do acesso aos documentos históricos, cedidos pelo Colégio Marista de Maringá, bem como a percepção da relevância educacional dos profissionais buscados em relação à memória local, foram essenciais e corroboraram a análise.

A história sobre as Instituições Escolares constitui uma forma de estudar a filosofia e a história da educação brasileira, porque estão impregnadas de valores e de políticas educacionais que deixam marcas na sociedade. Na perspectiva

desta assertiva, a presente pesquisa analisa a instituição do Ginásio Maringá, utilizando estudos em obras relacionados ao tema, bem como a leitura dos documentos produzidos pela escola no período pesquisado. Será verificada, assim, a relevância dessa instituição na história da educação e, principalmente, na história da sociedade maringaense na década de 1950.

Com a coleta, a análise dos documentos e a consulta às literaturas relacionadas ao objeto de pesquisa, este trabalho foi composto em quatro seções. Na primeira seção, referente ao estudo da história das instituições educacionais, é destacada a importância da análise de uma Instituição Escolar. Alguns caminhos foram necessários para a análise da história da educação a partir da instituição pesquisada. Entre eles, a reconstituição do passado, a investigação do interior dessa instituição, do seu espaço social e do processo de ensino-aprendizagem.

Na segunda seção, é contextualizado o desenvolvimento do Norte do Paraná com o advento do café, que atraiu milhares de pessoas pelas propagandas das terras roxas e férteis do Estado. Isso resultou no processo migratório de muitas etnias como também na fundação do município de Maringá, planejada para ser um polo regional. A seção é finalizada com reflexões sobre a área educacional no início da década de 1950, no distrito de Maringá.

Na terceira seção, é enfatizado o objeto de estudo, o Ginásio Maringá, implantação e consolidação na sociedade maringaense, além de ser destacada a atuação da Igreja Católica na educação local e regional, já que a escola em análise pertence à rede das escolas católicas. Foi verificado que as práticas estabelecidas no âmbito educacional tiveram reflexos das ações da Igreja em relação à sociedade. Foram abordados alguns aspectos como a arquitetura e o espaço escolar, quadro de professores, currículo escolar, exame de admissão e outros aspectos considerados importantes à contextualização da formatação e consolidação dessa instituição maringaense.

A quarta seção refere-se à passagem do Ginásio Maringá a Colégio Marista. Para isto, foi apresentada a Congregação, bem como parte de sua história e carisma, para a discussão da contribuição Marista para o município.

Foram utilizadas as seguintes fontes e arquivos para a realização da pesquisa: os acervos do Ginásio Maringá, Colégio Marista de Maringá, Mitra

Arquidiocesana de Maringá, biblioteca particular do Professor Geraldo Altoé, Arquivo da Câmara Municipal de Maringá, fotografias do Acervo do Museu da Bacia do Paraná, da Universidade Estadual de Maringá, revistas da Diocese e depoimentos com Dom Jaime Luiz Coelho, professor Geraldo Altoé, Dilma Dinéia Martins e Jorge Fregadoli. Foi levada em consideração a literatura sobre instituições escolares, principalmente dos historiadores Ester Buffa e Paolo Nosella e sobre educação de forma geral. Também foram destacadas algumas diretrizes gerais, como a relação entre escola e a sociedade no período pesquisado, a relação entre o geral e o particular, não se limitando apenas a uma história narrativa, mas a uma interpretação.

O segmento ginásial, destacado nesta pesquisa da história do Ginásio Maringá, aparecerá no trabalho com a denominação de ensino secundário, visto que na década de 1950, período da instalação da instituição em análise, o ensino era dividido em primário e secundário. A Lei Orgânica de 1942 regulamentava o ensino secundário e foi elaborada por Gustavo Capanema (1900-1985), Ministro da Educação no governo de Getúlio Vargas, na qual consta que o ensino secundário era dividido em dois ciclos: o primeiro, o ginásial de quatro anos; e o segundo ciclo, compreendendo dois cursos paralelos, o curso clássico e o curso científico, com a duração de três anos. O ensino ginásial ou secundário do primeiro ciclo, citado na pesquisa, corresponde, hoje, de acordo com a nomenclatura da legislação brasileira da Lei 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, ao Ensino Fundamental, anos finais, do 6º ao 9º ano.

A divulgação das fotos escolares e dos documentos que aparecem nesta pesquisa dos alunos do Ginásio Maringá foi autorizada pelas respectivas famílias.

2 OS FUNDAMENTOS TEÓRICO- METODOLÓGICOS DA PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Esta seção destina-se, primeiramente, a apresentar a relação dialética entre o geral (contexto histórico), o particular (as políticas educacionais) e o singular (a Instituição Escolar). Será explicitado, assim, o estudo da História das Instituições Escolares, destacando a relevância da pesquisa no campo historiográfico sobre a História das Instituições Escolares. Por consequência, virão à tona questões teóricas, conceituais e metodológicas, resultando no estado da arte sobre as pesquisas nessa área da educação.

2.1 A RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE O GERAL (CONTEXTO HISTÓRICO), O PARTICULAR (AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS) E O SINGULAR (A INSTITUIÇÃO ESCOLAR).

Para refletir sobre a história de uma Instituição Escolar, faz-se necessário salientar algumas questões sobre educação. Para Antonio Gramsci:

[...] Não é a aquisição de capacidades diretivas, não é a tendência a formar homens superiores que dá a marca social da escola. A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nesses grupos uma determinada função tradicional, diretiva ou instrumental (GRAMSCI, 1978, p. 136).

O ser humano, ao nascer, já encontra uma sociedade constituída de uma língua, costumes, moralidade, religião, organização política, econômica e social, mas vive em constante busca de ser mais, de obter maior crescimento em todos os aspectos.

A educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Para a compreensão da natureza da educação, é necessário compreender a natureza humana. Diferentemente dos animais irracionais, que integram realidade natural

tendo a sua existência garantida, o homem pode se descobrir como ser inacabado, justamente pela necessidade constante de crescimento ou desenvolvimento. Desta forma, o homem necessita produzir sua própria existência, tendo que se adaptar à natureza e transformá-la. Isto é feito pelo trabalho por meio de uma ação intencional:

Para sobreviver, o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Ao fazer isso, ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano (o mundo da cultura). Dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o progresso de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho (SAVIANI, 2005, p. 12).

O homem enquadrar-se-á na sociedade que encontrar e será influenciado pela mesma. Para entender a educação em cada período, será necessário considerar os sistemas educativos que existiram e existem, compará-los e apreender deles os caracteres comuns. Com este processo de estudo, é possível encontrar o conceito de educação em cada período histórico.

O processo educacional estruturado por uma Instituição Escolar, enquanto instância mediadora, é um processo que busca atingir a qualidade do processo ensino-aprendizagem e estabelecer a relação de reciprocidade entre indivíduo e sociedade. A educação, assim, não pode ser compreendida fora de um contexto histórico-social concreto e tem a prática social como ponto de partida e o ponto de chegada da ação pedagógica (LIBÂNEO, 1985).

A educação deverá ser analisada em seu contexto histórico no qual os indivíduos estabelecem entre si as relações de sua própria existência. Não há como separar, desta maneira, educação e poder, porque a educação não é processo neutro, mas comprometido com a economia e com a política de seu tempo.

Como a educação é prática social e histórica, as Instituições Escolares produzem representações, valores, imagens e ideologias, internalizadas no decorrer do processo educativo que deixam marcas. A Instituição Escolar, em cada momento histórico, demonstra a expressão bem como uma resposta à

sociedade na qual está inserida: “Nesse sentido, ela nunca é neutra, mas sempre ideológica e politicamente comprometida. Por isso, cumpre uma função específica” (GASPARIN, 2003).

A educação permeia os espaços de uma Instituição Escolar. Mas, desde o princípio, na história da educação brasileira, esse espaço foi criado com desigualdade. Isto porque a Instituição Escolar surgiu no período da colonização com muita precariedade, já que existia a falta de interesses por instituições que atendessem a toda a população, pois a nobreza portuguesa não se interessou em criar instituições para o povo. Em relação à educação no período colonial, Dermeval Saviani destaca:

[...] E o eixo do trabalho catequético era de caráter pedagógico, uma vez que os Jesuítas consideravam que a primeira alternativa de conversão era o convencimento que implicava em práticas pedagógicas institucionais (as escolas) e não institucionais (o exemplo). As primeiras eram mais visíveis (SAVIANI, 2007a, p. 31).

Por outro lado, as formas não institucionalizadas do saber se tornaram mais eficazes, onipresentes e mais radicais do que as formas que se passavam nas instituições, pelo menos do ponto de vista da instalação de um domínio cultural (SAVIANI, 2007a). Uma sociedade, assim, que se pautou na submissão de seu povo, também desenvolveu uma educação precária, o que reafirmou tal situação.

A educação para o desenvolvimento, na realidade complexa que é a brasileira, não é um conceito fácil de se elaborar, já que se trata de pensar a educação em um contexto marcado por desníveis: “E pensar a educação num contexto é pensar esse contexto mesmo: a ação educativa processa-se de acordo com a compreensão que se tem da realidade social em que está imerso” (ROMANELLI, 1986, p. 23). A educação está entrelaçada ao contexto político, social e econômico de um país, como afirma Justino Pereira de Magalhães:

A institucionalização da educação escolar como processo histórico desenvolve-se em várias fases, culminando no momento em que a realidade educativa deixa de ser pensada na ausência do marco escolar e em que a estrutura escolar apresenta uma internalidade

complexa e identitária, associada a uma influência determinante da realidade. Na sua gênese como no seu desenvolvimento, a institucionalização é uma fase num processo evolutivo mais amplo, que corresponde ao constructo que resulta da função instituinte e que consolida na instituição (MAGALHÃES, 2004, p. 39).

A questão educacional deve ser compreendida, a partir da análise crítico-dialética, levando-se em consideração os condicionamentos sociais e as determinações exercidas pela sociedade sobre a educação. Recorrer ao passado, deste modo, é importante para a discussão dos fatos no contexto da atualidade, possibilitando compreender tal fenômeno e entendendo o tempo histórico como resultado de um processo de transformações socioeconômicas.

Destacam Marisa Bittar e Amarílio Ferreira Junior que deve se levar em consideração o método criado por Karl Marx (1818-1883), de que toda e qualquer formação social historicamente dada pode ser investigada baseada em três categorias, sendo elas: o singular, o particular e o universal. Neste sentido, existe a preocupação com as especificidades das distintas instâncias sociais e com a categoria da mediação que passa a ser a centralidade (BITTAR; FERREIRA JUNIOR, 2009). Os autores ainda constataam: “Assim, o singular é a existência de objetos, fenômenos e instituições diversas, delimitados uns dos outros no espaço e no tempo e com uma determinação qualitativa e quantitativa individual (única)” (BITTAR; FERREIRA JUNIOR, 2009, p. 501).

Cada história institucional societária, pela categoria da singularidade, exprime seus elementos internos como constituição jurídica, objetivos sociais, representações políticas que a difere de outras instituições, fazendo-a única, exclusiva daquela instituição e não de outra qualquer. Toda instituição faz parte do todo que forma um sistema societário integral e em constante transformação, sendo produzida pelo movimento histórico construído com base na luta entre elementos societários contraditórios (BITTAR; FERREIRA JUNIOR, 2009).

A partir desse princípio, pode-se dizer que nenhuma instituição existe por si mesma. Por outro lado, as características singulares e as relações existentes travadas no âmbito de um contexto histórico exprimem, por meio da categoria do universal que demonstra, semelhanças das características e aspectos com outras

instituições. Isto se dá tanto por meio das conexões entre elementos e partes de um sistema como, também, entre diferentes sistemas:

[...] Existe uma unidade e, ao mesmo tempo, uma luta dos contrários entre o universal e o singular: um não existe antes e fora do outro. Conseqüentemente, cada instituição historicamente construída se constitui numa unidade contraditória do universal e do singular, como por exemplo, entre aquela que se manifesta no espaço delimitado pelo público e privado. Portanto a categoria do particular desempenha o papel de um elo (mediação) entre o singular e o geral. Em relação ao singular (instituição), o particular pode ser elemento do geral (uma determinada lei infraconstitucional), mas, em relação a uma generalidade ainda maior (estado), o particular pode se transformar em uma categoria singular. Em síntese: o particular é uma formação relativamente isolada, uma instituição (um fenômeno educacional), um processo ou, até mesmo, um acontecimento. Já o singular constitui-se por traços e propriedades individuais e únicos inerentes ao particular, como por exemplo, a Instituição Escolar no contexto de um sistema nacional de educação e os traços específicos que a diferenciam (BITTAR; FERREIRA JUNIOR, 2009, p. 502).

A instituição educativa surgiu como uma estrutura material constituída para atender a uma necessidade humana, mas, por se tratar de necessidade de caráter permanente, foi criada para permanecer. Saviani salienta que as instituições não são transitórias. Acrescenta, ainda, que “sua transitoriedade se define pelo tempo histórico e não, propriamente, pelo tempo cronológico e, muito menos, pelo tempo psicológico” (SAVIANI, 2007a, p. 5).

As instituições são sociais, tanto na sua origem, já que foram determinadas pelas necessidades surgidas das relações entre os homens, como no seu funcionamento, pois constituem um conjunto de agentes que estabelecem relações entre si e com a sociedade na qual está inserida (SAVIANI, 2007a).

A Instituição Escolar não pode ser composta apenas de professores, alunos e métodos, embora estes sejam importantes. Ela constitui-se a partir de interesses que identificam os marcos que é a formação de uma sociedade. Isto ocorre dentro de uma sociedade politicamente organizada, ocupando determinado território e dirigida por um governo que estabelece, desta forma, as relações que absorvem tendências dominantes em cada período. Cada instituição, assim,

acompanha o desenrolar da sociedade e se molda conforme a produção da época, baseada nos interesses dessa mesma.

Não há dúvidas de que a Instituição Escolar consiste em ser um espaço educacional privilegiado, constituindo viga mestra para a construção da identidade histórica das instituições educativas, revelando-se, nesse espaço, uma ação concreta dos seus diferentes atores para que possa interpretar o itinerário histórico da instituição, à luz do seu próprio modelo educacional (MAGALHÃES, 1999).

As escolas e os sistemas educacionais, portanto, por mais diferentes que sejam, são espaços nos quais aparecem informações e dados relevantes e que corroboram a contextualização da história de determinada sociedade, assim como na história do contexto educacional nacional e regional.

Por meio das análises das histórias das instituições escolares, pode-se evidenciar o movimento de uma sociedade e de um determinado período:

No Brasil, apesar da falta de arquivos e de fontes organizadas, vários historiadores e educadores têm se lançado nessa linha de pesquisa. É a abertura da possibilidade da escrita de uma nova história da educação brasileira, que leva em conta as especificidades e singularidades regionais, locais e institucionais, embasada num conjunto de estudos rigorosos e criteriosos, elaborados nas diversas regiões (FABRIL, 2007, p. 26).

É com base nessa perspectiva de escrita, levando em consideração as especificidades gerais, particulares e singulares neste trabalho, serão discutidos os fatos relevantes da década de 1950, no contexto histórico educacional, político, social e cultural de Maringá e do Paraná, por meio da história da instituição educacional do Ginásio Maringá e para a contextualização da sua implantação e consolidação.

2.2 QUESTÕES METODOLÓGICAS

Ao se adentrar numa Instituição Escolar para pesquisa, depara-se com um quebra-cabeça a ser decifrado. Uma vez dentro da instituição, devem ser buscadas todas as peças para se compreender o jogo. Documentação, legislação, móveis, conteúdos escolares, projetos, alunos, famílias, ex-alunos, fotografias e muitas coisas que ali se encontram podem ser o ponto de partida de uma pesquisa (SANFELICE, 2007). Pode-se afirmar que:

[...] uma Instituição Escolar ou educativa é a junção ou síntese de múltiplas determinações, de várias instâncias como a política, econômica, cultural, religiosa, da educação geral, moral, ideológica, que agem e interagem entre si, formando dessa maneira a cultura e a identidade daquela instituição (SANFELICE, 2007, p. 75).

Ao estudar uma Instituição Escolar a partir de seu interior, a explicação daquilo que se constata não pode ser encontrada de forma direta e imediata. Por mais que as instituições adquiram uma identidade, elas são fruto de fatores externos a ela, acomodadas dialeticamente:

No plano histórico, uma instituição educativa é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entretecendo e projetando futuro (s), pessoais, através de expectativas institucionais (GATTI; PESSANHA, 2005, p. 79).

O uso das fontes, as técnicas selecionadas, o método e a metodologia de análise são aspectos que determinam a qualidade da pesquisa. No estudo de uma Instituição Escolar, a forma de envolvimento do pesquisador é essencial para não se correr riscos metodológicos. O pesquisador, conseqüentemente, pode encontrar dificuldades e não apresentar um bom resultado do trabalho com uma visão crítica: “Nessa relação, o sujeito está auto-implicado no objeto, o que não significa identidade com ele, mas unidade, pois cabe ao sujeito reproduzir

racionalmente o objeto, restituindo-lhe as suas múltiplas determinações” (BITTAR; FERREIRA JUNIOR, 2009, p. 501).

A construção do objeto de pesquisa dependerá da experiência do pesquisador e também das fontes. A escola, assim, poderá ser analisada de diversas perspectivas. Muitos são os objetos que poderão se tornar fontes “[...] diante do historiador, a partir do momento em que ele os estuda, ao formular o seu problema de pesquisa e ao delimitar aqueles elementos a partir dos quais serão buscadas as respostas às questões levantadas [...]” (GULLA, 2009, p. 20).

O objeto de pesquisa, em educação, não é dado, deverá ser construído. Não existe algo pronto e, diante de muitas possibilidades, alguns caminhos são trilhados para se chegar ao objeto de estudo.

A relação que se estabelece entre o pesquisador e o objeto da pesquisa é medida pela atitude de busca, de desvendar o que não se sabe, de procurar explicações para o que ainda não está explicado, e, nesse processo, o contato com os dados e modo como o pesquisador os indaga, bem como as indagações feitas, são fundamentais ao desenvolvimento do estudo (GULLA, 2009, p. 21).

Outra questão relacionada à pesquisa é a dificuldade de formular o problema da pesquisa no início do projeto. Nesta situação, é importante salientar que o projeto inicial passa por várias transformações. Define-se o problema, muitas vezes, com maior clareza, no término da pesquisa. O importante é que o pesquisador esteja disposto a redefinir seu projeto inicial sempre que necessário para ter mais domínio sobre o tema e avançar numa direção mais profícua:

A percepção do conjunto de uma instituição educativa começa a se dar a partir de um olhar externo, mas somente à medida que o historiador mergulha na sua interioridade, com informações de diversas fontes, obtidas em diversas vezes, que lhe permitam uma análise sistemática e sob um mesmo conjunto de fenômenos, é que estabelecerá a problematização e, ao buscar as respostas, dará um sentido para as suas investigações (FABRIL, 2007, p. 28).

Temas muito ou pouco explorados poderão trazer dificuldades ao pesquisador. Quando um tema for muito explorado, pode levar à redundância ou não despertar a curiosidade dos leitores. Para que isso não ocorra, serão

necessárias novas formas de investigação que poderão revelar aspectos ainda não desvendados.

Também é necessária o cuidado com a divisão das partes da pesquisa, mostrando preocupação em acrescentar algo a mais. Assim, “[...] a produção, na maioria das vezes, percorre caminhos já traçados e não consegue contribuir para a consolidação e o aprofundamento de áreas do conhecimento, de linhas de pesquisa e do debate teórico-metodológico [...]” (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 23). Quando se tratar de um tema pouco explorado, o pesquisador terá dificuldade em encontrar materiais e poderá, assim, dar uma relevância desnecessária a documentos ou a outra fonte. Portanto, qualquer tema implicará em dificuldades para o pesquisador.

2.2.1 A Pesquisa histórica e o uso das fontes

Uma pesquisa histórica deverá iniciar, como primeira atividade, após a escolha do tema a ser pesquisado, pela eleição das fontes primárias, das fontes secundárias e da literatura de apoio para sustentar a interpretação. As fontes primárias são documentos relacionados diretamente ao objeto da pesquisa, referindo-se à época em estudo e tendo sido produzidas pelas próprias pessoas envolvidas no cenário educacional do período como docentes, discentes e gestores. Exemplo dessas fontes são provas, trabalhos, fotografias, diários de classe, ofícios, regulamentos, regimentos e outros.

Já as fontes secundárias são essenciais ao entendimento dos fatos relacionados ao tema, facilitam a compreensão do texto pelo fato de apresentar dados ou fatos relacionados às fontes primárias. Ocorre, assim, um diálogo na comparação, avaliação e compreensão do texto, a partir de literatura sobre os temas relacionados ou mencionados na pesquisa, documentos produzidos pelos pesquisadores do período, documentos que subsidiam e regulamentam o segmento da instituição de caráter nacional ou estadual como a constituição federal, leis e decretos.

Concebendo que as fontes são relativas, Cezar de Alencar Arnaut de Toledo e José Carlos Gimenez alertam quanto a duas atitudes negativas em

relação às fontes: aquela em que o pesquisador não avança no conhecimento por colocar toda a inspiração nas próprias fontes e a aquela em que o pesquisador não acredita no teor das fontes e as abandona. As duas posições podem ser idealistas em um sentido negativo, pois agem a partir de supostos estranhos aos materiais disponíveis (ARNAUT DE TOLEDO; GIMENEZ, 2009). Ocorre isso quando o pesquisador estabelece determinada hipótese e tenta, a todo modo, comprová-la:

A constituição de fontes tanto é busca determinada e organizada dos temas, dos objetos e de documentos inéditos, quando de novas e originais abordagens de temas e objetos já conhecidos, estudados e até popularizados. Em ambas as situações cabe ao pesquisador um papel determinante, tanto pelas escolhas que faz, quanto pelos resultados apresentados. Novos olhares ou novas interpretações de documentos já conhecidos podem causar até mais impactos que pequenas descobertas (ARNAUT DE TOLEDO; GIMENEZ, 2009, p. 114).

Vale ressaltar aqui que a teoria é fundamental porque permite ao pesquisador direcionar seu olhar, selecionar as fontes, interpretar e avaliar os fatos e movimentos educacionais dentro dos movimentos sociais mais amplos como parte de uma realidade concreta que, após o levantamento dos dados empíricos, fornecem informações do que se investiga:

Por exemplo: diante de uma determinada organização do espaço escolar construído (prédio), o pesquisador pode inferir decisões, projetos, valorações, atribuição e exercício do poder, ou diante dos livros de matrícula, pode inferir e descrever o perfil dos alunos que frequentavam a escola: ou ainda, diante de trabalhos escolares, pode verificar as matérias estudadas e a qualidade de ensino ministrado (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 56).

São identificadas, então, nas fontes documentais, as particularidades da instituição, mas, por outro lado, há necessidade de se identificar a marca ali deixada naquele momento, o que significa para a história educacional do período. Ter o discernimento de identificar aquele dado como algo do passado, mas não estanque, portanto, significativo é essencial para se compreender os fatos da contemporaneidade. Maria Elisabeth Blanck Miguel , destaca:

[...] para compreender melhor o que as fontes comunicam, se faz necessário que elas mesmas sejam consideradas dentro de sua história e em um contexto mais amplo, pois a compreensão da história das instituições escolares guarda uma profunda inter-relação com a história do contexto no qual tais instituições se situam (MIGUEL, 2007, p. 38).

O pesquisador não deve buscar apenas a precisão nas fontes, porque existem, também, outras possibilidades de se conhecer uma instituição por meio de outros documentos que não estejam relacionados diretamente ao objeto de pesquisa, mas que trazem informações que ajudam a mostrar a cultura ou fatos da Instituição. Exemplo disso podem ser os trabalhos produzidos pela escola em estudo e publicados, ou projetos produzidos pela equipe docente. Por essas publicações, alguns aspectos da instituição são identificados, bem como podem levar à compreensão de alguns fatores e valores relacionados.

Corroborando o que se vem dizendo, a necessidade de se ir além do empiricamente observável. É importante considerar as fontes encontradas para estudos, tais como fatos, fala das pessoas, a inserção da instituição em determinado período, que não estão isolados do contexto, ou seja, da realidade social.

Outra fonte fundamental para o enriquecimento da análise das instituições escolares é a fotografia, pois permite verificar a materialidade que indica práticas sociais em contextos sociais, historicamente determinados, tornando-se mediação entre memória e a história. Armando Martins Barros destaca que, no início do século XX, os temas pertinentes às fotografias envolviam conteúdos curriculares, práticas de ensino, exposição de trabalhos manuais, apresentações como eventos solenes, desfiles, homenagens, formaturas, visita de personalidades e datas cívicas (BARROS, 2005).

Ao se fascinar pela história da instituição, o pesquisador não pode enaltecer alguns aspectos e deixar de levar em conta a compreensão da totalidade histórica. Reside aí a dificuldade maior do estudioso em evidenciar, de forma adequada, o movimento pertinente da sociedade em estudo (BUFFA, 2007).

A entrevista oral é outro recurso muito utilizado pelo pesquisador e sobre essa modalidade de fonte, Verena Alberti relata que a metodologia da história pode ser utilizada no estudo da história das instituições do Estado, no estudo de organismos públicos e de empresas privadas, permitindo a reconstrução de organismos administrativos e do esclarecimento de funções de diferentes órgãos. Este mesmo recurso oral pode colaborar para esclarecer o conteúdo, a organização e as lacunas existentes nas instituições (ALBERTI, 2004).

Nessa mesma perspectiva, Vitorina Cândida Corrêa Bertonha destaca:

[...] o processo de condução das entrevistas promove uma espécie de diálogo entre a investigadora e seus respectivos sujeitos entrevistados os quais possibilitam a compreensão de parte de uma história ou até o levantamento de documentos que colaboram em muito no todo da pesquisa (BERTONHA, 2010, p. 14).

Diante do exposto até aqui, vale salientar três dificuldades e riscos que o pesquisar de Instituição Escolar poderá encontrar, de acordo com Flávia Obino Corrêa Werle: Deverá ter o cuidado de não reproduzir o documento na íntegra, não contextualizando o documento, não problematizando, correndo o risco de narrar a história conforme a sugestão e a conveniência da direção da instituição. Também não narrar o discurso oficial institucional, destacando os pontos relevantes para os gestores atuais, principalmente quando se tratar de uma instituição que está em funcionamento e queira que prevaleça sua visão e sua linha. E, finalmente, tentar mostrar a totalidade da história institucional, como se aquela história narrada por um só pesquisador tivesse um final, ou seja, descobrir todas as verdades da instituição pesquisada (WERLE, 2004).

Para realizar essa pesquisa, portanto, a opção foi por uma abordagem qualitativa que valoriza as descrições, comparações e interpretações, que contemple a obtenção de dados descritivos, por meio do contato direto do pesquisador com a situação estudada, evidenciando mais o processo do que o produto. Que busque entender um fenômeno específico em profundidade ao invés de estatísticas, regras e outras generalizações (LUDKE; ANDRÉ, 1987).

A abordagem exige a concepção de que instituição e educação são articuladas pela ação dos sujeitos. Demonstrar as peculiaridades dessa relação

não é uma tarefa fácil para o pesquisador de história das Instituições Escolares. Dele se exige olhos diferenciados para ver todas as possibilidades da pesquisa. Dentre as perguntas possíveis, uma deverá ser: por que pesquisar Instituição Escolar, ou melhor, por que pesquisar esta Instituição Escolar? Para Paolo Nosella e Ester Buffa, responder a esta pergunta não é uma tarefa fácil, porque não é o fato de levantar dados importantes do passado de uma determinada instituição que a pesquisa estará pronta:

[...] De outro lado, essas pesquisas – como, aliás, qualquer outra – por si só, não formam educadores comprometidos com as transformações sociais desejadas, simplesmente porque não determinam o livre-arbítrio dos homens. Entretanto, um instrumento para uma nova compreensão da história da escola, eleva o conhecimento de seus profissionais (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 29).

Foi utilizado, nessa pesquisa, o método do materialismo histórico, por ser essencialmente relevante, à medida que se procura investigar, com um olhar crítico, a relação do objeto de estudo e o contexto histórico. Tal visão permite analisar, de forma contextualizada, o objeto de estudo, considerando-o nas múltiplas determinações e transformações históricas dadas pelos sujeitos. A apreensão das relações entre o educacional, o econômico e o político, dessa forma, só pode ser contextualizada no tempo e no espaço histórico em que foram produzidos (CURY, 1995).

A análise de conteúdo dos documentos selecionados estabelecerá o diálogo crítico entre as fontes, problematizando os dados à luz da literatura existente e buscando apreender a relevância histórica e política dos fundamentos teóricos e ideológicos existentes. A análise documental, assim, constitui uma técnica essencial para complementar as informações já obtidas ou levantar dados novos relacionados ao tema. A partir da análise do material encontrado a respeito do Ginásio Maringá e do apoio das literaturas relacionadas ao tema se formatará o perfil educacional dessa instituição de ensino.

2.3 O ESTADO DA ARTE SOBRE AS PESQUISAS EM INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Os estudos sobre história das instituições escolares têm aumentado nos últimos anos nos programas de pós-graduação em Educação. Ester Buffa ressalta algumas instituições que têm trabalhado este tipo de pesquisa:

Grupo do PPGE da Universidade Federal de Uberlândia (UFU/UFMG), o do PPGE da Universidade de São Carlos (UFSCAR/SP), o do Centro Universitário Nove de Julho (UNINOVE/São Paulo), o do mestrado da Universidade de Sorocaba (UNISO/SP) e o Grupo de estudos e pesquisas 'História, sociedade e Educação no Brasil' (HISTEDBR), sediado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (BUFFA, 2007, p. 152).

Ainda nessa perspectiva, a autora referida destaca que, nos diversos eventos científicos de educadores como em seminários e congressos, há o número crescente de apresentações de trabalhos de pós-graduandos sobre as diversas instituições escolares espalhadas pelo Brasil, sejam elas públicas, privadas, religiosas, militares, ou até mesmo com outras denominações. O crescimento desse tipo de pesquisa foi significativo nas últimas décadas, tanto no Brasil como em países como Portugal, França, Itália, Espanha (BUFFA, 2005).

A temática, no âmbito da história da educação, tem sido beneficiada pelo aumento do número de pesquisadores qualificados nas várias regiões brasileiras, interessados em pesquisas voltadas à temática regional (FABRIL, 2007). O autor destaca, ainda, que, em outros países como a França, o estudo do tema das histórias das disciplinas escolares tem ganhado espaço e que, na Inglaterra, este espaço é conquistado por meio do tema sociologia do currículo.

O estudo das histórias das disciplinas escolares salienta a história das instituições educacionais na área de História da Educação. Começou na Europa.

No Brasil, apesar da falta de arquivos e de fontes organizadas, vários historiadores e educadores têm se lançado nessa linha de pesquisa. É a abertura da possibilidade da escrita de uma nova história da educação brasileira, que leva em conta as

especificidades e singularidades regionais, locais e institucionais, embasada num conjunto de estudos rigorosos e criteriosos, elaborados nas diversas regiões. Fato de destaque é a formação de núcleos de pesquisa e grupos de trabalhos de diversas regiões (FABRIL, 2007, p. 26).

Conforme levantamento feito pelos pesquisadores do tema Instituição Escolar, Paolo Nosella e Ester Buffa, a partir dos anos 1990, no Brasil, foram identificados 124 títulos que envolvem esta linha de pesquisa. Isto considerando as produções destinadas ao Mestrado e ao Doutorado, relatórios de pesquisa, monografias, livros e artigos (NOSELLA; BUFFA, 2009). Os autores realizaram também uma classificação das instituições escolares estudadas pelo critério do grau escolar, do segmento, do estatuto jurídico: se pública, particular, leiga, religiosa ou comunitária e da natureza institucional: educação geral ou profissional, Instituição Escolar ou de pesquisa. O total geral pode ser maior que 124, pois algumas instituições podem ser classificadas em mais de uma categoria (Quadro 1):

1	Instituições particulares de ensino básico (laicas e confessionais)	94
2	Instituições de ensino superior (públicas e privadas)	47
3	Instituições de ensino profissional (médio 36 e superior 5)	41
4	Escolas normais públicas e privadas	33
5	Instituições de referência (exemplo: Colégio Caraça, Colégio Pedro II, antigos colégios Jesuítas, antigas escolas normais)	11
6	Institutos de pesquisa (exemplo: Agrônômico, Butantã, Pasteur)	12
7	Ensino básico público	09
8	Grupos escolares	18
9	Estudos gerais sobre a temática de instituições escolares	05
10	SENAI – SENAC e instituições profissionalizantes	03
11	Outras instituições de educação, mas não escolares (SEE, MEC)	02
12	APAE	01

Quadro 1 - Instituições Escolares pesquisadas (1990-2007)

Fonte: Nosella; Buffa (2009, p. 24).

Numa retrospectiva referente ao estudo da história das instituições escolares, é evidente e possível distinguir três períodos, de acordo com os autores citados acima: o primeiro momento, de 1950 a 1960, período anterior à criação dos programas de pós-graduação e à produção historiográfica sobre a educação brasileira, em especial a paulista; foi desenvolvida na antiga Seção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. O principal tema desse período era educação e sociedade e ocorreu de forma lenta (Nosella; Buffa, 2009).

O segundo momento, de 1970 a 1980, pode ser caracterizado pela criação e expansão dos programas de Pós-graduação em Educação, durante os governos militares. Dois aspectos foram relevantes e qualificam a pesquisa nessa fase: “a institucionalização da pós-graduação, que acarretou na escolarização da produção da pesquisa, e uma reação dos militares, propiciando o desenvolvimento de um forte pensamento crítico em educação” (NOSELLA; BUFFA, 2009). Destacava-se, nesse momento, o pensamento crítico, tendo como ponto positivo a leitura pelos educadores, de importantes clássicos como Marx, Gramsci, Althusser, Foucault, Adorno, Bourdieu, entre outros, que influenciaram o pensamento pedagógico.

O terceiro momento, iniciado na década de 1990 e 2000, configurou-se pela consolidação da pós-graduação e foi marcado pela chamada crise dos paradigmas:

Muitos historiadores criticavam os estudos sobre a sociedade e educação por não conseguir embarcar a complexidade e diversidade e partiram para a proposta de um pluralismo epistemológico e temático, privilegiando o estudo dos objetos singulares (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 16).

A partir dessa fase até os dias atuais, vários temas são destacados tais como cultura escolar, formação de professores, livros didáticos, disciplinas escolares, arquivo escolar, currículo, práticas educativas e outros. Essa linha de pesquisa encontra-se em ascensão e tem colaborado na contextualização da História da Educação, em particular, do contexto das escolas brasileiras.

3 O CONTEXTO HISTÓRICO DO NORTE DO PARANÁ E A FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ (1930 – 1963)

Neste trabalho, o contexto histórico do Norte do Paraná vem à tona, porque ajuda na discussão do surgimento do município de Maringá, planejado para ser um polo regional, o que põe em destaque a relevância que tinha a implantação e a consolidação da educação escolar para a sociedade. Neste contexto, é feito o destaque da escola em análise, ou seja, o Ginásio Maringá. Abordar-se-á a vida econômica do Estado, o processo migratório, a fundação do município de Maringá e os primórdios culturais e escolares maringaenses.

3.1 A VIDA ECONÔMICA

No Paraná, assim como em todo o território brasileiro, a ocupação territorial e o desenvolvimento de atividades econômicas ocorreram por meio de ciclos. Especificamente, este Estado baseou-se no ciclo do ouro, da erva-mate, da madeira e no ciclo do café, que se estendeu de 1860 até a década de 1970 (PADIS, 1981).

Um dos principais responsáveis pela situação de ciclos é o passado colonial, pois, na divisão internacional do trabalho, o Brasil e outras colônias tomaram a posição de fornecedores de produtos agrícolas e de matérias primas. Desde o início da colonização, a agricultura foi direcionada para produzir gêneros de exportação (café, tabaco, cacau, entre outros). No caso do Estado do Paraná, não foi diferente, tanto que a região Norte do Paraná estava voltada à exportação (PADIS, 1981).

A região do Norte do Paraná foi assim definida, conforme relata Cláudia Chies, em seu trabalho “O ciclo econômico e o espaço transformado: os trabalhadores do café no bairro Concórdia, em Tuneiras do Oeste – Pr”:

O Norte paranaense – definido pelos rios Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e Piquirí – abrangendo uma superfície de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados, foi dividido em três áreas, segundo a época e a origem da respectiva colonização; Norte velho – que se estende do rio Itararé até a margem direita do rio Tibagi; Norte novo – que vai até as barrancas do rio Ivaí e tem como limite, a oeste, a linha traçada entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa; Norte novíssimo – que se desdobra dessa linha até o curso do Rio Paraná, ultrapassando o rio Ivaí e abarcando toda a margem direita do Piquirí (CHIES, 2007, p. 28).

O Paraná teve participação na economia açucareira, na fase da colonização, apenas como fornecedor de uma parte dos índios escravizados, retirados dos aldeamentos localizados em seu território e vendidos para trabalhar nos engenhos de Pernambuco e outros Estados do nordeste açucareiro, bem como em São Paulo e Minas Gerais. A produção do ouro necessitava de muito trabalho e somente a mão-de-obra escrava poderia viabilizar a exploração (STECA; FLORES, 2002).

A rápida expansão da ocupação da terra no Estado do Paraná, no século XX, ocorreu em função das atividades agrícolas que se desenvolveram em pequenas e médias propriedades. Isto pode ser explicado pela facilidade para aquisição de terra, nesse período, pelas companhias colonizadoras. O governo do Estado também facilitava a negociação, pois os lotes eram vendidos a prazo, com preços, taxas e juros relativamente baixos, com uma entrada de 30% e as datas com 50%. O restante era parcelado em quatro vezes no ano. Também era oferecido o transporte e assistência técnica aos primeiros colonos (LUZ, 1997).

Outros fatores também propiciaram o rápido desbravamento e povoamento do Norte do Paraná, em especial, a partir da década de 1920, como a expansão da cafeicultura paulista, com preços favoráveis, política econômica governamental, o não controle de cotas, clima adequado, existência da fértil terra roxa e a conjuntura econômica nacional, após a crise de 1929 (LUZ, 1997).

A crise de 1929 afetou diretamente os Estados Unidos, que viviam até então um período de prosperidade e de desenvolvimento. A partir de 1925, a economia Norte americana passou por dificuldades, o que mudou o seu cenário econômico, uma vez que houve o aumento de produção não acompanhado pelos salários e também houve um incremento da mecanização, que acarretou em

desemprego. Após a Primeira Guerra Mundial, os países europeus, que também vinham passando por processo de recuperação de suas economias, deixaram de ser grandes compradores dos Estados Unidos. Com a redução do comércio, os Estados Unidos entraram em crise. Conseqüentemente, aconteceu internamente uma crise de superprodução. Os agricultores, para armazenar a produção, recorreram a empréstimos e, por não conseguir liquidar suas dívidas, penhoraram e perderam terras. As indústrias, por sua vez, foram forçadas a diminuir a produção, o que acarretou numa redução do quadro de funcionários, agravando ainda mais a crise. Os muitos bancos, indústrias e empresas rurais foram à falência, ocorrendo milhões de desempregos (CRISE..., 2009).

Esta situação fez com que os Estados Unidos reduzissem também as importações e diminuíssem a quantidade de empréstimos a outros países, gerando a crise mundial que afetou o Brasil, já que eram o principal comprador de café do país. O preço do café, assim, despencou e a superprodução trouxe desemprego (CRISE..., 2009).

Após essa crise, a partir dos anos de 1940, o fato principal pela procura das terras paranaenses ocorreu principalmente por causa do aumento da produção de café. O café foi trazido para a América em 1720 e, em 1727, chegou ao Brasil (ANDRADE NETTO, 1979). O café espalhou-se no Brasil pelo Vale do Rio Paraíba, Minas Gerais e em São Paulo, sendo neste último Estado, mais precisamente, nas terras de Campinas e depois, Ribeirão Preto.

A cultura do café foi desenvolvida num ritmo considerável, e o interesse por sua produção foi tão intensa que, em 1830, o produto já se situava em terceiro lugar no item de exportações brasileiras, correspondendo a 18% das vendas do país no exterior, seguido depois do açúcar e do algodão. Alcançou o primeiro lugar em 1850, correspondendo a 40% das exportações (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977):

[...] A Inglaterra encontrava-se no apogeu de sua atividade econômica: expandiram-se as indústrias, as colônias forneciam matérias primas a preços irrisórios, muitas descobertas recentes – como a máquina a vapor e os geradores de energia elétrica – começaram a ser produzidas e precisavam ser vendidas no exterior. As indústrias siderúrgicas inglesas fabricavam aço e

muitas indústrias mecânicas dedicavam-se a transformá-lo em trilhos, pontes metálicas e máquinas para as indústrias de transformação (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977).

Em 1850, havia um grande estímulo dos altos preços internacionais, e isto fez com que correntes de pioneiros fossem atraídos pelas facilidades de aquisição de terras no interior do Estado do Paraná. Algumas pessoas migraram apenas para serem colonos, mas o café exigia, no período da colheita, a mobilização grande de mão-de-obra (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977).

O rápido desenvolvimento do Estado, gerado pela produção do café, também causou transtornos às famílias, principalmente às mais pobres e sem muita instrução, que eram enganadas por corretores ou picaretas, que se diziam vendedores dos lotes das colonizadoras e, usando da malandragem, mostravam bons lotes aos chefes de famílias, mas, na realidade, muitos já estavam vendidos. Nos municípios de Londrina, Cambé e Rolândia ocorreram confusões, alguns lotes foram trocados por outros inferiores e muitos, por causa do alarme do proprietário, eram ressarcidos. Este tipo de conflito acabou por comprometer o nome e a imagem da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (VIEIRA, 1999).

A colheita do café, no Norte do Paraná, alcançou elevados índices de produção, resultado da fertilidade da terra roxa. Os agricultores aproveitavam os corredores dos cafezais livres para a plantação de outros produtos como o milho, feijão, arroz, trigo, soja e algodão, ajudando a pôr o Estado do Paraná nos primeiros lugares na produção de cereais (STECA; FLORES, 2002).



Figura 1- Miguel Montoza – fazendeiro das proximidades de Londrina (1950)
Fonte: Revista Pioneira (1950)

No que se refere à conjuntura cafeeira no Brasil, ocorreu, na segunda metade do século XIX e início do século XX, um comportamento cíclico, com fases ascendentes de seis a sete anos e descendentes maiores. Foram determinados três ciclos de 1857 a 1868, de 1869 a 1885, e 1886 a 1906. Toda vez que a produção era excedente havia redução nos preços e, quando ocorria escassez, os preços aumentavam (CANCIAN, 1981).

Com os baixos preços do café no país, muitos agricultores abandonaram seus cafezais, outros diversificaram suas lavouras e outros se dirigiram para as terras novas paranaenses. Os colonizadores que chegavam ao Norte do Paraná eram brasileiros vindos de São Paulo, do noroeste e do sul, além de estrangeiros como italianos, alemães, portugueses, espanhóis, russos e japoneses. Havia prosperidade desses colonos nas terras paranaenses porque eles compravam

terras com preço acessível e pagavam a prazo, instalavam-se em regiões onde era possível comercializar produtos secundários da propriedade como o milho, arroz, feijão, trigo, soja, porcos, galinhas, frutas, legumes e queijo. Além disso, esses colonos não tinham despesas com funcionários, já que toda a família trabalhava e principalmente porque produziam para sua manutenção, não tendo gastos com essa finalidade. A formação de um pasto no fundo do sítio era comum para a criação de vacas que forneciam leite e carne para o consumo familiar (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977).

A substituição da produção do café por outras culturas colaborou de forma significativa para o progresso e a modernização agrícola, atendendo aos interesses do capital e do Estado, pois em 1939, o governo do Estado do Paraná facilitou a venda de terras do território paranaense:

As condições excepcionais do Norte do Paraná e a conjuntura econômica nacional e estadual favorável à lavoura cafeeira contribuíram para o sucesso da empresa [Companhia Melhoramentos Norte do Paraná] que, ao mesmo tempo em que auferia lucros com a venda de terras, incentivava o povoamento e a consolidação de uma infra-estrutura regional. O impulso verificado na ocupação das terras pela agricultura e em especial pela lavoura cafeeira, e no povoamento da região, foi devido em grande parte à iniciativa privada, representada de um lado pela empresa colonizadora e de outro pelos responsáveis pela exploração agrícola que, estimulados pela oportunidade de cultivarem suas próprias terras e obterem lucros, iriam ter uma participação ponderável na obra de ocupação de uma das mais prósperas regiões do Estado e do país (LUZ, 1997, p. 194).

Com a crise do café, na década de 1960, iniciou-se a troca da cultura do café por outros grãos, porque a plantação do café exigia muita mão-de-obra. Somando a isso, os aspectos climáticos, como as geadas que queimavam os cafezais, colaboraram para a diminuição da produção de forma significativa, ocorrendo, assim, a mudança no modelo de produção agrícola:

A mudança do tipo de plantio e o grão a ser cultivado, mudaram também a estruturação da forma social porque as necessidades mudaram no campo. Houve uma redução do número de pessoas para o trabalho por causa da mecanização das culturas e a solução foi a busca da cidade para outro tipo de trabalho. Pequenos sítiantes optam por vender suas propriedades e a

grande monocultura toma conta da paisagem das terras, na região do Norte do Paraná (MORO, 1991).

O café foi o principal produto agrícola no desenvolvimento do Norte do Paraná, no início do século XX, mas as companhias colonizadoras exerceram papel de relevância nesse contexto econômico. A Companhia responsável pela ocupação da região paranaense foi a Companhia de Terras Melhoramentos Norte do Paraná, de origem inglesa, e que adquiriu 500.000 alqueires de terra roxa do governo do Estado do Paraná, entre os rios Paranapanema, Tibaji e Ivaí. Inicialmente, foi chamada de *Paraná Plantation Limited* e veio ao Brasil a convite do governo brasileiro, em 1924, para estudar a situação econômica, financeira e comercial do país, com o intuito de consolidar a nossa dívida externa com a Inglaterra e também reformular o sistema tributário (LUZ, 1997).

Com a visita dos ingleses ao Brasil, surgiu o interesse pela colonização do Norte do Paraná, ocorrendo, também, a expansão para as regiões próximas. Os ingleses ficaram impressionados com a fertilidade da terra roxa e, em 1924, veio ao Brasil Arthur Thomas para gerenciar os primeiros negócios da colonizadora. Inicialmente, os ingleses vieram em busca da produção do algodão, mas a fertilidade da terra fez com que eles mudassem os planos. A Companhia, criada em 24 de setembro de 1925 e destinada a desbravar a região Norte e noroeste do Paraná, fixou suas raízes no Norte do Paraná e, a partir de 1944, passou a ser gerenciada por brasileiros e, em 1951, passou a ser chamada de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (LUZ, 1997).

Após a Primeira Guerra Mundial, a crise financeira atingiu vários países europeus, inclusive a Inglaterra, impedindo-a de realizar altos investimentos no exterior, mas em relação ao Brasil era diferente, pois por dever aos bancos ingleses, dava margem a parcerias em projetos de colonização. A Companhia de Terras Melhoramentos Norte do Paraná aproveitou todas as oportunidades oferecidas pelo governo brasileiro (VIEIRA, 1999).

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná inspirou seu plano de ocupação do Norte do Paraná em um trabalho feito em 1910 e 1920 por um inglês, James Milller, e um escocês, Robert Clark (LUZ, 1997). Baseando-se em

Miller, a estratégia desenvolvida pela Companhia para a ocupação ocorreu em três atividades principais:

1) Colonização, incluindo o planejamento, o loteamento e a venda de terras; 2) Construção de estradas, essenciais ao escoamento da produção e a ligação dos vários núcleos de povoamento entre si e com os principais centros do país. 3) Implantação de núcleos urbanos (cidade e patrimônios), destinados a concentrar as atividades econômico-sociais e servir como polos irradiadores de toda a obra colonizadora. Além dessas atividades, a Companhia desenvolveu outras, como a produção de energia elétrica e a montagem de fábricas de cimento e de açúcar, contribuindo para o progresso da região (LUZ, 1997, p. 37).

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná dedicou-se à venda de lotes para pequenos e médios fazendeiros, que se deslocaram para a região interessados no cultivo do café:

O fator predominante dessa migração às terras paranaenses foi o café, pois o estímulo dos altos preços internacionais, da política sistemática do governo federal que assegurava aos cafeicultores, de um lado, preços compensadores e de outro, também a garantia da compra de toda a safra, fizeram com que correntes de pioneiros fossem atraídos pelas facilidades de aquisição de terras no interior do Estado. Muitos migraram para serem apenas colonos, pois o café exigia, no período da colheita, uma mobilização muito grande de mão-de-obra (ALTOÉ, 1988, p. 40).

De acordo com o projeto da Companhia, desde o início havia no plano a fundação de cidades e patrimônios. O primeiro núcleo urbano de relevância, nesse processo de colonização planejada, foi o de Londrina, que surgiu em 1929. Inicialmente, o patrimônio foi chamado de Três Bocas e foi onde a Companhia de Terras Norte do Paraná instalou o escritório:

Até 1960 eram 48 os municípios da área colonizada pela Companhia, além de numerosos patrimônios. Dos 111 núcleos urbanos existentes, 63 foram fundados pela própria empresa e 48 por particulares. Havia 48 cidades (16 das quais eram sedes de comarcas), 27 vilas (sedes de distrito) e 36 patrimônios (LUZ, 1997, p. 48).

Outros municípios menores como Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Jandaia do Sul, Nova Esperança e Mandaguari foram surgindo com o objetivo de desenvolver as atividades econômicas, sociais e administrativas. Em 1947, a cidade de Maringá foi planejada para ser um polo regional e outros polos foram surgindo como Cianorte, em 1953, e Umuarama em 1955 (Luz, 1997).

3.2 A OCUPAÇÃO DO NORTE PARANAENSE

O desenvolvimento da região, feita pelos interesses capitalistas, fez-se pelas vendas de lotes rurais. Os colonizadores agricultores vieram dispostos a abrir matas, fazer a limpeza do terreno e investir na plantação da agricultura, principalmente com produtos para sua subsistência. As companhias tinham interesse em desenvolver uma infraestrutura necessária à região, construindo estradas, fundando municípios e promovendo o desenvolvimento econômico. Desenvolver-se-ia, assim, o aspecto social, político, cultural e religioso desses novos municípios. Além de propriedades rurais, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná vendeu datas urbanas que lhe proporcionaram um bem sucedido investimento imobiliário, pois adquiriram a um preço baixo e venderam por um valor bem acima (VIEIRA, 1999).

Foi grande a ousadia da colonizadora em aumentar seu capital e, nesse sentido, muitos municípios foram fundados com o legado de colaborar no progresso e modernidade do Norte do Paraná. Ildeu Manso Vieira destaca:

Os colonizadores chegam, destroem a natureza, violentam a terra, a água, o ar, queimam, comercializam riquezas naturais, devastam, matam. Tudo em nome de um Deus que eles criaram para justificar tudo isso: o progresso (VIEIRA, 1999, p. 67).

Na obra “Jacus e picaretas”, de 1999, Ildeu Manso Vieira destaca os mais de 60 municípios formados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, na região Norte e nas proximidades desta localidade, conforme quadro a seguir:

Água Boa	Apucarana	Arapongas	Aricanduva
Astorga	Astorga	Aquidabam	Barão de Lucena
Belém	Bonsucesso	Cambé	Camargo (DR)
Castelo Branco	Cedro	CiaNorte	Cruzeiro do Sul
Floraí	Guadiana	Heimtal	Iguatemi
Inajá	Indianópolis	Itacolomi	Ivaitinga
Jandaia do sul	Japurá	Jussara	Lobato
Londrina	Lovat	Malu	Mandaguari
Marabá	Maringá	Maristela	Marialva
Marques dos Reis	Marumbi	Nova Esperança	Paissandu
Pirapó Perobal	Rolândia	Sabáudia	São João do Caiuá
São Jorge do Ivaí	Santo Antonio do Caiuá	S. M. do Cambuí	São Manoel
São Lourenço	São Pedro do PR	São Tomé	Sarandi
Sumaré	Terra Boa	Tuneiras do Oeste	Uniflor
Umuarama	Valência	Vidigal	Warta

Quadro 2 – Municípios fundados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – Norte do Estado e proximidades

Fonte: Vieira (1999, p. 381).

Com a propaganda da prosperidade do Norte do Paraná, o que se verificou, no início das décadas do século XX, foi o desmatamento quase que completo de sua cobertura vegetal original, para a formação de municípios, pois poucas áreas foram preservadas. Ocorreu, então, a troca da mata pela abertura de muitas estradas, da floresta pelos cafezais e dos animais silvestres pela pecuária comercial. Houve diversificação e modernização da cultura. Explodiu um crescimento econômico com um modelo inovador, promissor, idealizado pelas colonizadoras. A economia do Norte do Paraná, pelo potencial econômico de suas terras, foi considerada por muitos uma zona onde o ouro brotava da terra na forma de grãos de café e de outros cereais (GONÇALVES, 1999).

Não houve uma preocupação com o meio ambiente, apesar dos contratos firmados entre a Companhia e os compradores determinarem que fosse preservada em suas propriedades uma área de 10% da mata nativa. Como exigir que os compradores cumprissem tal lei, se a própria colonizadora não o fazia? A lei exigia que fossem mantidos 25% de preservação das matas originais (GONÇALVES, 1999).

O projeto dos municípios do Norte e noroeste do Paraná foi elaborado pelo engenheiro russo Alexandre Rasgulaeff, da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. O projeto previa cidades que pudessem crescer com praças amplas e ruas largas, em torno de muita natureza porque havia a preocupação com a derrubada das matas de araucárias, uma das maravilhas do mundo e preservada durante séculos pelos índios. Contudo, os ingleses estavam voltados para o lucro imediato e não estavam interessados em qualidade de vida, muito menos na natureza ou nas necessidades humanas, alterando desta forma, o projeto idealizado pelo engenheiro (INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE LONDRINA, 2008).

Alexandre Rasgulaeff, ao iniciar os projetos da cidade, fez a tentativa de preservar a natureza, principalmente da cidade de Londrina, quando projetou as avenidas com 30m e as ruas com 24m. Os dirigentes da Companhia, ao analisar o projeto, enviaram-no para a Inglaterra para aprovação final e o retorno foi de que as avenidas seriam construídas pela Companhia e os impostos pagos pela Companhia. A solicitação foi de que as avenidas tivessem 16m, mas o engenheiro manteve 24m (INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE LONDRINA, 2008).

Dessa forma: “O arquiteto não tinha alternativa. Sabia que no conflito capital X trabalho, o trabalho é que tem de se adaptar à força do capital, capitulando assim à visão britânica imediatista” (VIEIRA, 1999, p. 21).

Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento econômico do Estado foi a implantação de estradas de ferro, um dos fatores mais importantes para o desbravamento do Norte do Paraná, pois atraiu milhares de pessoas para a região, bem como facilitou a comercialização dos produtos produzidos no Estado (LUZ, 1997).

Houve um crescimento econômico considerável, entre 1920 a 1960, no Estado do Paraná, culminando com um grande aumento do índice populacional, fazendo com que o Paraná passasse do 12º lugar para o 5º lugar entre as unidades da Federação. Isto ocorreu em virtude de grandes extensões de terras ainda não exploradas no Norte e no Oeste do Paraná. A terra roxa do Norte do Paraná fez com que acontecesse uma expansão agrícola que favorecesse o desenvolvimento da economia do Estado (LUZ, 1997).

O desenvolvimento econômico do Norte do Paraná, baseado no modelo de inovação e do progresso pregado pelos capitalistas, trouxe a triste realidade do desmatamento da floresta, assim como em outros Estados, dando espaço ao desenvolvimento da agricultura, especificamente no período de 1930 a 1963, o da produção do café. Muitos, atraídos pelas propagandas, chegaram à região, vislumbrados com a possibilidade de melhorar de vida. Essa produção de riquezas fez com que esses homens, brasileiros e estrangeiros, contribuíssem de forma direta ou indireta no desenvolvimento econômico, social, político e cultural do Norte Estado do Paraná.

3.3 O PROCESSO MIGRATÓRIO

A contextualização do processo migratório do Norte do Paraná se faz necessária para a discussão das etnias das primeiras famílias que compuseram a região. No Norte do Paraná, esse processo ocorreu em virtude do rápido desenvolvimento econômico dessa região, em que as colonizadoras usaram de todos os artifícios de propagandas para atrair compradores. A história do Norte do Paraná, assim, é composta por várias etnias, refletidas na sua própria história. Nas terras paranaenses, encontra-se um jogo de interesses de particulares, empresas colonizadoras, do próprio governo e dos nativos que permaneceram ocultos por muito tempo.

Parte dos índios participou do processo de aculturação por meio das missões jesuíticas. Lucia Helena Oliveira Silva e Priscila Martins Fernandes destacam em relação às missões:

Elas criaram as reduções onde os Padres moravam com os índios, criando aldeamentos e atravessaram as linhas divisórias que anteriormente dividiam o território entre Espanha e Portugal e espalharam-se principalmente na parte Central, Oeste e Norte do Paraná com as reduções de Santo Inácio, Nossa Senhora do Loreto, entre outras. Tais missões chamaram a atenção, tanto de exploradores espanhóis como de portugueses. Os primeiros, por desejarem mão-de-obra para as minas de Potosi (Peru), e os portugueses, para usarem os índios como escravos e também para neutralizar uma possível expansão espanhola (SILVA; FERNANDES, 2008, p. 116).

A presença indígena, no Paraná, foi destruída com a marcha pioneira da modernização, o índio que aqui estava, dono da terra, foi expulso pelo branco, sendo desrespeitado em todos os aspectos, tendo suas reservas ameaçadas e deixando de preservar sua cultura. A relevância da presença indígena no Paraná, no início de sua formação, ficou registrada por meio dos nomes indígenas colocados em fazendas, riachos e cidades paranaenses.

No início do século XVI, ocorreu o contato das populações europeias com a indígena, habitantes do Rio Tibaji, até o Rio Paraná, por meio das primeiras expedições portuguesas e espanholas que cruzaram a região rumo ao Paraguai e ao Peru (MOTA, 1999).

A presença portuguesa surgiu mais significativamente após a descoberta do ouro: “Em busca do ouro de aluvião (nos leitos dos rios), os exploradores portugueses subiram os rios na região da serra do mar, encontrando um planalto onde formaram arraías que depois se transformaram em Curitiba” (SILVA; FERNANDES, 2008, p. 116).

Com a descoberta do ouro, no século XVII, na região do litoral em Paranaguá, Cananéia, Iguape e Vale do rio Ribeira, foi necessário o aumento de mão-de-obra escrava no Paraná, primeiramente indígena e depois africana (STECA; FLORES, 2002). Prestaram serviço forçado ao branco. Eram dois povos diferentes, mas encontravam-se sob a escravidão do branco:

O trabalho do escravo foi essencial na exploração aurífera, mas também na extração do mate. Dessa forma, a mão de obra contribuiu para a construção do nosso país e o Paraná estava dentro desse contexto. 'O ouro foi descoberto, no século XVII, pelos bandeirantes, na baía de Paranaguá - Estado do Paraná – antes dessa época, a mineração não tinha sido iniciada em nenhuma parte do Brasil' (STECA; FLORES, 2002, p. 175).

Todas as (re) ocupações do Brasil, de forma geral, assim como no Norte do Paraná, foram realizadas por meio da violência e da exclusão. Pode-se assim dizer que a (re) ocupação da terra do Paraná foi escrita com fogo e sangue em muitos casos. Destacam-se os movimentos dos posseiros que ocorreram em Jaquapitã e Porecatu, no início da década de 1950 (TOMAZI, 1999).

A (re) ocupação do Norte do Paraná aconteceu de forma conflituosa por causa da presença cabocla e de índios na região, mas, em vários textos sobre o tema, é ressaltado que aqui se encontrava um vazio demográfico e se exalta a figura do pioneirismo desbravador como principal figura formadora da identidade norte-paranaense.

As propagandas do Norte do Paraná, nesse período, feitas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e pelo governo brasileiro, espalharam-se por todos os Estados. Nas propagandas, eram utilizados *slogans* como: Sinta a alegria de viver e prospere no Norte do Paraná, a terra da promessa, o novo Eldorado, Nova Canaã. A região era conhecida como o paraíso prometido da fertilidade, da produção agrícola abundante, das oportunidades de enriquecimento para todos que queriam prosperar. O discurso da felicidade destacava a ausência de saúvas, os títulos de domínio seguros, a eficiência nas estradas de ferro e de rodagem, assim como a pureza da água. Foi destacado que não havia ouro no lugar, mas se fazia ouro de tudo, principalmente do que se plantava. Esse exagero nos discursos apregoados no período de ocupação dos principais municípios apareceu nas crônicas produzidas sobre a região, estampando-se em discursos como o pronunciado por Vicente Barroso: “o famoso Norte do Paraná: terra onde se anda sobre o dinheiro” (TOMAZI, 1989).

A divulgação das terras do Norte do Paraná atraiu migrantes brasileiros, vindo principalmente de Minas Gerais e São Paulo, como imigrantes estrangeiros.

Por meio das propagandas feitas no exterior pelo governo brasileiro, o imigrante chegava ao Brasil, achando que aqui era o lugar ideal, com grandes possibilidades de se fazer fortuna. Nesse período, a Europa contava com um excedente populacional, com pessoas vivendo na miséria em decorrência de guerras, crises econômicas que geravam desemprego, inflação e muita desigualdade social:

A mão de obra imigrante veio atender as necessidades de plantio de produtos para subsistência que os habitantes da Província não supriam, pois estavam envolvidos na exploração ervateira, ou na atividade tropeira, ou na criação de gado bovino e muar (STECA; FLORES, 2002, p. 26).

A extinção do tráfico de escravos em 1850 e a dificuldade em atender à crescente demanda de mão-de-obra no setor da agricultura, principalmente na lavoura do café, levaram os fazendeiros a buscar uma alternativa viável, mas que se configurava como a única capaz de solucionar o problema naquele momento: a imigração europeia (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977).

Havia também, no Brasil, descendentes de segunda e terceira geração de imigrantes estrangeiros que chegaram em épocas anteriores ao território brasileiro. Algumas famílias descendentes de europeus foram responsáveis pela entrada de mais estrangeiros em terras brasileiras:

Coube ao fazendeiro de café, o Senador Nicolau Campos Vergueiro, dar o primeiro passo a imigração: no decorrer de uma década, entre 1847 e 1857, esse paulista contratou e acolheu em sua fazenda de Ibicaba nada menos de 177 famílias de alemães, suíços, portugueses e belgas, selecionados da Europa e para aqui trazidas sob contrato para trabalharem em suas lavouras de café, sob regime de parceria. Esse exemplo pioneiro foi seguido por um número reduzido de fazendeiros paulistas, cerca de quarenta, que entre 1850 e 1860 trouxeram para São Paulo algumas centenas de famílias europeias, entre as quais predominavam as de origem alemã e portuguesa (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977, p. 25).

Houve dificuldades e obstáculos no relacionamento do brasileiro com os imigrantes, levando ao declínio de imigração, pois estavam acostumados a mão-de-obra barata, sem oferecer o mínimo de conforto aos escravos e isso gerou atrito com as famílias europeias, que exigiam o mínimo de condições de vida. Pelo menos quando estavam em sua terra natal, tinham em casa comida de qualidade, superior àquela oferecida aos escravos.

Esse declínio foi passageiro, e outros fatores contribuíram para o aumento da imigração em território brasileiro, como a Lei do Ventre Livre, uma advertência aos fazendeiros, e também por volta de 1870 a crise econômica e social da Itália, gerando o desemprego e favorecendo a imigração brasileira (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977).

O território paranaense foi sendo ocupado por estrangeiros de diferentes origens, e, em meados do século XIX, o fluxo imigratório foi maior e mais diversificado, sendo que os imigrantes procediam das mais diferentes regiões da Europa:

A primeira leva de imigrantes, entretanto, chegou ao nosso Estado entre 1748 e 1752. Eram portugueses de Açores, que vieram para estabelecer posse de terras de fronteiras entre o Brasil, Uruguai e Argentina, na região de Guaíra e Foz do Iguaçu (STECA; FLORES, 2002, p. 26).

Os imigrantes europeus vieram, primeiramente, para a região de São Paulo, incentivados pelo governo brasileiro, que adotou uma política imigratória que fornecia condições da vinda das famílias, como financiamento para passagens marítimas, alojamentos temporários e a distribuição em fazendas que tinham interesse em empregá-los (STECA; FLORES, 2002).

Esse quadro de imigrantes europeus aumentava à medida que se delineava a abolição e os fazendeiros de café faziam a substituição do braço escravo do negro pelo do branco estrangeiro. No final do século XIX, chegaram ao Brasil: italianos, portugueses, espanhóis, japoneses e alemães, num grande contingente, mas vieram também eslavos, sírios e libaneses. Os números de imigrantes que chegaram a São Paulo foram:

Período	Imigrantes
Até 1882	Cerca de 8.000
De 1872 a 1890	169.000
De 1890 a 1900	735.000
De 1900 a 1920	815.000

Quadro 3 - Imigrantes que chegaram a São Paulo – final do século XIX e início do século XX

Fonte: Companhia Melhoramentos Norte Do Paraná (1977, p. 27).

A produção do café foi a responsável pelo resultado da migração também de brasileiros para as terras do Norte do Paraná. No que tange à migração brasileira, vieram principalmente, no início da ocupação, paulistas para o Estado do Paraná:

Desde o início deste século, a procura de terras roxas mais férteis e rentáveis, os programas de defesa do café, bem como o incentivo levado a efeito do governo estadual, provocaram uma notável expansão dos cafezais do Paraná. Além disso, a proibição do plantio em São Paulo e em outros Estados e o declínio da produção dos cafezais nas regiões de lavoura mais antigas contribuíram para que muitos fazendeiros buscassem as terras paranaenses, próprias para o café e ainda não sujeitas às restrições ao seu plantio (LUZ, 1997, p. 13).

No final da década de 1930 e 1940, a ocupação do Paraná era liderada por migrantes mineiros e paulistas, que se dirigiram às terras do Norte e Noroeste na condição de proprietários ou assalariados para trabalhar na produção do café (OLIVEIRA, 2001). Os fatores que contribuíram para essa migração são a proximidade da região ao Estado de São Paulo e a fertilidade das terras paranaenses.

Com o projeto da ocupação do Norte do Paraná, os imigrantes, os pequenos lavradores e os antigos colonos foram os mais beneficiados. Não houve, portanto, por parte das colonizadoras, benefícios aos caboclos e índios. Isso demonstra o tipo de civilização que a Companhia queria formar: uma sociedade elitizada, excluindo os índios e caboclos e formando uma comunidade

aos moldes europeus, sendo caracterizada pela valorização do trabalho, da posse e do progresso (VIEIRA, 1999).

Nelson Dacio Tomazi afirma:

Se tomarmos por fundamento que a (re) ocupação de uma região se faz com homens e capitais, seria muito significativo que se desenvolvessem pesquisas que nos permitissem conhecer como viviam esses 'outros' que estiveram presentes na (re) ocupação além dos homens detentores do capital (TOMAZI, 1999, p. 60).

A migração de brasileiros para o Paraná foi registrada no trabalho realizado por France Luz, que fez um levantamento da migração do Norte Novo de Maringá, município localizado na região noroeste do Estado, pelos registros de casamentos dos cartórios da região, sendo esse registro uma fonte em relação à naturalidade da população. Ela fez o levantamento da naturalidade dos cônjuges no período de 1944, período em que foi instalado o primeiro cartório na cidade de Mandaguari, até 1980 (LUZ, 1997).

Os Estados que apareceram são:

Naturalidade	Total	Percentual
São Paulo	54.131	36,2%
Paraná	49.140	33,0%
Minas Gerais	20.374	13,6
Bahia	6.903	4,6%
Pernambuco	3.723	2,5
Alagoas	2.491	1,7
Santa Catarina	2.279	1,5%
Rio de Janeiro	2.165	1,4%
Ceará	1.926	1,3%
Espírito Santo	1.350	0,9%
Sergipe	771	0,5%
Paraíba	747	0,5%
Rio Grande do Sul	603	0,4%
Outras Unidades	741	0,5%
Estrangeiros	2.070	1,4%
Sem declaração	44	0,0%
TOTAL	149.458	100%

Quadro 4 - Naturalidade da região Norte Novo de Maringá, segundo as principais unidades de federação – 1944-1980

Fonte: Luz (1999, p. 149).

Em relação ao Norte do Paraná, a diversificação da economia regional, portanto, foi marcada pelo dinamismo, não só em termos de espaço de tempo, mas também em termos de atividades. Exemplo disso foi a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que atraiu profissionais de áreas distintas e, principalmente, de procedência inglesa para concretizar seus objetivos no Brasil. Profissionais que se instalaram no Brasil e nunca mais retornaram a sua pátria. Deixaram marcas nas cidades onde atuaram, como em Maringá, que possui nomes de avenida como do engenheiro Alexandre Rasgualaeffi, de ruas como Arthur Thomas, o responsável pela execução dos planos da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e nome de parques como do diretor Alfredo Werner Nyffeller. Da lavoura cafeeira à atividade industrial, as perspectivas de acesso à propriedade da terra e a demanda por força de trabalho resultaram em afluxo de migrantes, entre os quais japoneses e seus descendentes, vindos, principalmente de São Paulo (STADNIKY; PINTO, 1999).

Orivaldo Robles destaca, nessa mesma perspectiva:

Alçado a fama, desde o início da colonização, pela fertilidade de suas terras, o Norte do Paraná, tornou-se atração agrícola, além de campo aberto ao exercício de outras atividades para muitos japoneses e seus descendentes, originários, na sua maioria, da alta Paulista, sorocabana e Noroeste, regiões do vizinho Estado de São Paulo. Conhecidos por sua devoção ao trabalho e forte disciplina, para cá se transferiram dispostos a melhorar o padrão de vida, sem medo do desconforto que os esperava no mato e nos incipientes lugarejos, transformados com o passar dos anos, em cidades de porte nada desprezível (ROBLES, 2007, p. 230).

Os povos que se instalaram na região Norte do Estado do Paraná tiveram enriquecimento rápido e ajudaram a construir muitos municípios na região: “Enriqueceram tanto que muito do dinheiro que ganharam ajudou a alavancar o progresso de outros municípios como Curitiba, a capital do Estado do Paraná e metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro” (VIEIRA, 1999, p. 13). Outros municípios também fizeram parte do poderio econômico que o café gerou como Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama.

A presença dos migrantes foi essencial ao desenvolvimento do Norte do Paraná, bem como das demais regiões que assistiram à ocupação das terras por

meio da cafeicultura. Em seguida, em função das transformações estruturais na agricultura, em que ocorre uma concentração maior nos centros urbanos, espalha-se a ideia de empreendimento pioneiro bem sucedido, atraindo muitos imigrantes em busca de uma vida melhor.

Por meio da análise das fichas individuais dos primeiros alunos do Ginásio Maringá, na década de 1950 e 1960, conforme apresenta o quadro abaixo, constata-se o processo de migração da região:

Aluno	Período no Ginásio	Naturalidade	Naturalidade do pai	Naturalidade da mãe
Osmar Antonio D'Agostini	1952	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul
Ademar Schiavoni	1952	São Paulo	São Paulo	São Paulo
Bruno Whilhem Wunderlich	1952	São Paulo	Alemanha	Alemanha
Hitosshi Andó	1952 a 1953	Paraná	Japão	Japão
Lúcia Purpur	1952	Paraná	Iugoslávia	Iugoslávia
Lirio Garcia Sanches	1952 a 1953	São Paulo	Espanha	Espanha
Marina Barreto Parolari	1952	São Paulo	Itália	São Paulo
Hidelbrando de Freitas	1953	São Paulo	Portugal	Portugal
Marli Genari	1954	São Paulo	Argentina	São Paulo
Devanir Pagani	1955	São Paulo	Minas Gerais	São Paulo
Dirson Nemer Assaf	1956	Paraná	Síria	Síria
Ari Thonern	1957 a 1961	Santa Catarina	Alemanha	Santa Catarina
Luiz Alberto Schmitt	1964 a 1967	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul

Quadro 5 – Origem das famílias dos primeiros alunos do Ginásio Maringá

Fonte: Ginásio Maringá -1952/1967

Por meio da análise das fichas individuais dos alunos, percebeu-se que a maioria dos chefes de família aparecia como lavradores e uma minoria com outras profissões do comércio ou de repartições públicas e estaduais (GINÁSIO MARINGÁ, 1967). Nesse período, fica evidenciada a relevância do setor agrícola no município de Maringá.

Os primeiros habitantes do patrimônio de Maringá são de regiões brasileiras e diversas etnias como Japão, Alemanha, Portugal, Síria, Espanha, Itália e outros, e pretendiam manter raízes na região, principalmente pela perspectiva do patrimônio se tornar num polo regional. Neste sentido, France Luz constata:

O crescimento demográfico do Município de Maringá se verificou principalmente em decorrência de forte corrente migratória. Isso pode ser comprovado pela análise do Censo Demográfico do Estado do Paraná de 1960, onde se constata que apenas 20,3% dos seus habitantes eram ali nascidos (LUZ, 1997, p. 125)

Esses habitantes foram patrocinadores da educação das primeiras letras, assim como da primeira instituição de ensino ginásial e dos demais segmentos. Primeiramente, como chefes de famílias, visando proporcionar um grau de instrução melhor para seus filhos; depois, como líderes e políticos com o objetivo do ensino ginásial maringaense ser mais um atrativo para possíveis moradores no município.

3.4 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE MARINGÁ

Maringá foi planejada para ser um grande centro urbano regional e não nasceu do acaso, mas como parte de interesses de investidores ingleses. Foi idealizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, em um lugar sem muitos acidentes geográficos e banhada por vários rios.

Após definição do local, aguardou-se a construção da linha do trem que vinha do Estado de São Paulo a Guaíra para se formar a região central da cidade. Enquanto isso, o patrimônio formou-se em uma região chamada posteriormente de Maringá Velho, que se tornou mais tarde em um bairro.

Maringá também foi planejada com o conceito de cidade jardim. Esse modelo passou a ser utilizado após a Revolução Industrial, que empurrou o homem do campo para os centros urbanos, de forma desordenada, ao mesmo tempo em que as indústrias produziam, além da riqueza para a classe burguesa,

um novo elemento que passou a ser integrado à sociedade: a poluição. Os rios serviam de esgoto a céu aberto para tudo que era descartável como borras de ferro, ferro enferrujado, grandes montes de cinzas e até mesmo restos de comida (MUNFORD, 1998).

A ideia de criar uma forma urbana viável, com vantagens que o município grande possuía, não se referia a jardim no sentido da presença de jardins e espaços abertos, “era um método racional e ordenado de tratar a complexidade mediante uma organização capaz de estabelecer o equilíbrio e manter a unidade, a despeito da necessidade de crescimento. Essa era uma ideia transformadora” (PAULA, 1998, p.19). Foi baseando-se nesse modelo utilizado na formação de municípios nos Estados Unidos e da América Latina que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná se inspirou para a criação de seus municípios, inclusive Maringá.

O sucesso da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná fez com que o Estado, possuidor de grandes extensões de terras fosse motivado a implantar um programa para a venda de terras na década de 1940, baseando-se nas formas da Companhia, favorecendo a aquisição de pequenos lotes por pequenos proprietários:

A companhia colonizadora, de origem inglesa, em princípio pretendia investir recursos no Brasil para a produção de algodão, percebeu, no dinamismo da referida marcha pioneira, a chance de se obter lucros com loteamento e venda de terras, aliada à possibilidade de formar cidades, investir no transporte (CAETANO, 2002, p. 27).

Foi também no ano de 1940 que se construiu a primeira igreja Católica em Maringá, a Igreja de São Bonifácio, na zona rural, existente ainda hoje:

Maringá era apenas um projeto de cidade em 1940, quando o Padre Emilio Clemente Scherer inaugurou a Capela São Bonifácio, o primeiro templo religioso do município (em madeira). A fazenda onde se localiza a Capela São Bonifácio foi a porta de entrada dos tropeiros que seguiram mata adentro e que aqui fizeram parada, criando o novo patrimônio, hoje a grande cidade chamada Maringá (REVISTA COMEMORATIVA, [1972?], p. 23).

A população do Paraná, nas décadas de 1940 e 1950, praticamente dobrou com a ocupação do Norte Novo, abrangendo a região de Cornélio Procópio até a

região de Londrina. Em 1940, o povoamento do Norte do Paraná era intenso, visto que dos 49 municípios então existentes no Paraná, 14 se localizavam no Norte do Estado. Londrina, com apenas alguns anos de existência, já se tornara sede e era o município mais populoso da região (LUZ, 1997).

O primeiro centro urbano do patrimônio de Maringá foi o núcleo do Maringá Velho, onde surgiram vários comércios, mas o intuito da Companhia não era desenvolver ali o centro da cidade. Surgiu, nesse espaço, o Hotel Maringá, em 1942, construído pela Companhia. Nele, aconteciam as vendas dos lotes, e ali se instalavam viajantes, compradores e as pessoas que não tinham onde morar. Após o Hotel, foram surgindo outros comércios (LUZ, 1997).

Outra questão que contribuiu para o rápido crescimento do município de Maringá foi a continuidade da construção da estrada de ferro, incorporada pelo governo Federal em 1944, até Guaíra. Isso facilitaria o atendimento à população que se dirigia para a zona rural, sendo necessário construir estradas que ligassem as glebas e seus respectivos lotes ao núcleo urbano. A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná vendia lotes já delimitados e providos de uma via de acesso (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977).

Possuindo poucos recursos e com o investimento de toda a família, o lavrador se estabelecia, promovendo o desenvolvimento de uma economia agrícola da região. Outros fatores vieram a contribuir para o rápido crescimento da região e da capitalização, como a rede de transportes, que facilitou a comercialização dos produtos, e também do mercado internacional que estimulou a expansão da cultura de alguns produtos como o algodão.

Em 1945, chegou ao patrimônio de Maringá o primeiro médico, Dr. Lafayette Tourinho, e os problemas de saúde passaram a ser amenizados, porque a população não necessitava procurar outro município em busca de recurso médico a não ser quando fosse um caso mais sério (LUZ, 1997). No mesmo ano, surgiu a capela urbana denominada Santa Cruz, onde está localizado hoje o Colégio Santa Cruz, pertencente à Congregação das Irmãs Carmelitas da Caridade de Vedruna (ROBLES, 2007). Mais tarde, com aumento da população, a Companhia doou outro terreno para a construção da catedral e também fez doações de

terrenos para outras Igrejas, escolas, seminários e conventos, revelando a preocupação com a manutenção da ordem.

Sabe-se que havia também protestantes no patrimônio de Maringá, que antecederam os anos de 1945, mas foi a partir desse ano, que tanto católicos como protestantes passaram a ter seu espaço físico para a realização de cultos na área urbana: “A diferença é que a capela Santa Cruz hoje é tombada como Patrimônio Histórico, ao passo que da antiga sala onde os protestantes se reuniam não existe sequer a lembrança de sua localização” (CAETANO, 2002).

Identifica-se, por meios de comunicação impressos da época, que não se deu muita ênfase à presença dos protestantes no patrimônio de Maringá. No entanto, eles acompanharam a produção do café e vieram em busca de novos empreendimentos, estando presentes, portanto no período da colonização. Também não se tem documentado nenhuma doação de terreno para construção de templo destinado a essa religião (CAETANO, 2002). Evidencia-se que o catolicismo era mais influente.



Figura 2 – Acampamento de Ângelo Planas, em Maringá (1945)
Fonte: Acervo do Museu da Bacia do Paraná.

O distrito de Maringá, chamado de Novo, foi construído pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, em 10 de maio de 1947. Iniciou-se, então, a

derrubada da mata no local onde se iniciaria a construção da futura cidade, que foi coroada pela expansão do povoamento e da produção do café (LUZ, 1997). O distrito que se tornaria um grande polo foi planejado da seguinte forma:

[...] nele está incluída a localização de bairros, atribuindo-lhes as funções de bairro residencial, residencial popular, bairro industrial, área para armazéns. Na região central abrigaria o centro cívico e administrativo. As regiões reservadas para escolas, hospitais, parques infantis também foram pensadas. A preservação ecológica ficou a cargo da reserva de três áreas verdes nativas dentro da cidade, apesar de a mesma preocupação não ter se voltado ao entorno da cidade e muito menos com as matas ciliares nos rios ou riachos da região (CAETANO, 2002, p. 54).

O patrimônio de Maringá pertenceu ao município de Apucarana até 1947. Em 10 de maio de 1947, tornou-se distrito e, após cinco meses de existência, passou a ser distrito de Mandaguari, em 10 de outubro de 1947. Nos anos de 1947 e 1948 foi chamada de cidade fantasma, ou seja, distrito fantasma, por existir muitas casas vazias na parte nova da cidade (LUZ, 1997). Isto aconteceu porque os lotes eram vendidos e os compradores tinham um prazo para a construção, de acordo com uma cláusula do contrato. Mesmo sem residir no local os compradores eram obrigados a construir. No ano de 1948, foi criada uma agência arrecadadora pela prefeitura de Mandaguari e, no mesmo ano, foi criada a subprefeitura, em substituição à agência arrecadadora (LUZ, 1997).

Mesmo antes de Maringá se tornar distrito de Mandaguari, no ano de 1947, já existiam no patrimônio dois partidos políticos: a União Democrática Nacional (UDN) liderada por Ângelo Planas, que era comerciante, e o Partido Social Democrático (PSD), liderado por Mário Jardim, que foi dono da primeira farmácia do patrimônio e que também tinha o apoio do comerciante Napoleão Moreira da Silva. Logo depois surgiram outros partidos como o Partido Republicano (PR) desmembrado do UDN e liderado por Ângelo Planas, que se desligou da UDN, Nassib Haddad, Boanerges de Oliveira Fernandes, Durval Francisco dos Santos, Arioaldo Moreno, pessoas consideradas, na época, influentes na sociedade (VIEIRA, 1999).

No ano de 1948, Maringá já havia alcançado posição de destaque dentro do município de Mandaguari e já possuía alguns hotéis, pensões, sete farmácias,

cinco postos de gasolina, duas casas de saúde, dois grupos escolares e dois cinemas. Nesse mesmo ano, Maringá já possuía mais profissionais liberais do que a própria sede do município. Já contava com 6 médicos, 4 dentistas e 6 farmacêuticos (LUZ, 1997). O que fazia de Maringá um polo importante dentro da região noroeste.

A arrecadação do município de Maringá advinda dos produtos agrícolas no ano de 1949 foi:

Produto	Quantidade
Café	100 mil sacas em côco
Milho	1.000.000 sacas
Arroz	500.000 sacas em casca
Feijão	200.000 sacas

Quadro 6 - Produtos agrícolas em 1949 – Maringá –Paraná.

Fonte: Revista Pioneira (1950).

O crescimento dos municípios na década de 1950 foi favorecido pelo crescimento do capitalismo internacional, visto que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná era de origem inglesa, bem como pelo crescimento do capitalismo brasileiro. O caráter exportador da agricultura brasileira acentuou-se nesse período, pois desde a época colonial a produção brasileira já estava voltada ao exterior. Foi nesse contexto sócio-político e econômico ligado ao grande capital que Maringá se desenvolveu.

Com o extraordinário crescimento demográfico, foi inevitável que para Maringá se dirigissem muitos fazendeiros e agricultores para a implantação e formação das propriedades, assim como chegaram professores, médicos, advogados e outros profissionais à procura de emprego ou solicitado pela empresa colonizadora. O crescimento foi tão rápido que, em 1950, o censo demográfico registrou 7.270 habitantes na sede do distrito de Maringá somente no centro urbano e 31. 328 na zona rural, totalizando mais de 38.000 habitantes (LUZ, 1997).

Nesse contexto histórico de Maringá, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná iniciou o projeto de construção da primeira instituição ginásial do distrito, o Ginásio Maringá, conforme indicação da placa da construção, no canto esquerdo da foto:



Figura 3 - Construção do Ginásio Maringá – década de 1950

Fonte: Acervo do Museu da Bacia do Paraná

A construção do Ginásio Maringá ficou pronta em 1951. Foi também nesse ano que, após quatro anos de fundação, o distrito de Maringá foi elevado à categoria de município pela lei Estadual n. 790, de 14 de novembro de 1951, e instalado em 10 de maio de 1952. Já no ano de 1952, houve o crescimento dos estabelecimentos comerciais, das agências bancárias e das igrejas. Foi nesse ano que iniciaram as atividades do Ginásio Maringá para a sociedade local e da região. Com estas características, Maringá passou a ser vista com muito interesse pelo governo do Estado, uma vez que o município tinha boa arrecadação.

Foram instalados, na cidade a Delegacia de Polícia, Inspeção de Ensino, Distrito Rodoviário, Coletoria Estadual e Federal e também agências bancárias (LUZ, 1997).

Surgiram muitos municípios, vilas e patrimônios por toda a região nesse período. Conseqüentemente, foram criados municípios, comarcas judiciais e outras agências de serviços federais e estaduais. Surgiram os novos polos de desenvolvimento como o município de Cianorte, em 1953, e Umuarama, em 1955.

Esses municípios foram planejadas pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira, assim como Maringá.

A Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, com uma visão estratégica de aumentar seu capital, no início da década de 1950, transferiu para Maringá seu escritório, vislumbrando o grande progresso do município. Essa transferência acarretou um grande prejuízo para o comércio de Mandaguari: “O movimento comercial caiu abruptamente, centenas de pessoas deixaram o município seguindo a companhia” (SILVA, 1982, p.4).

Em 1952, Maringá, com cinco anos de existência, passou a oferecer aos filhos de seus pioneiros, o segmento educacional secundário. O Ginásio Maringá iniciou as atividades escolares com 176 alunos (GINÁSIO MARINGÁ, 1970). A inauguração da Instituição foi em maio do mesmo ano, data da fundação do município (ROBLES, 2007).

Maringá teve como primeiro prefeito, em 1952, o madeireiro Innocêncio Villanova Junior¹ (1903-1986), na gestão de 1953 a 1955. Nesta eleição foram candidatos à prefeitura pelo PR, Ângelo Planas e pelo PSP, Raul Maure Moletta e pela UDN, Waldemar Barbudo, candidato lançado pela companhia Melhoramentos Norte do Paraná. O prefeito eleito, assim, teve um grande inimigo na sua gestão, que foi a colonizadora de grande influência no município. Aliada aos vereadores da UDN e outros que conseguiu conquistar, a colonizadora trabalhou para cassar o mandato do prefeito eleito, principalmente porque ele se recusava a não atender as reivindicações da Companhia, que solicitava isenção dos impostos. Emplacou, dessa forma, uma campanha com os contribuintes contra os impostos do município (VIEIRA, 1999).

Em 1956, ocorreu a segunda gestão da prefeitura do município de Maringá, sendo eleito Américo Dias Ferraz² (1921-1983). Nesta ocasião, a situação política do país entrava em novo período, tendo como presidente do Brasil o mineiro Juscelino Kubitschek de Oliveira, o fundador de Brasília.

¹ Natural de Curitiba. Atuou como comerciante e industrial e foi eleito prefeito pelo partido do PTB – Partido trabalhista Brasileiro (REIS, 2005, p. 71).

² Natural de Guricema, Minas Gerais. Atuou nas profissões de lavrador e do comércio de cerealista e foi eleito prefeito pelo PSP- Partido Social Progressista (REIS, 2004, p.83).

Foram criadas as Dioceses de Londrina e de Maringá em 1956, pois antes só havia, na região Norte do Paraná, a Diocese de Jacarezinho. Quando criada a Diocese, Maringá tinha apenas oito anos de fundação, e foi um caso raro na história da igreja, um município tão jovem possuir uma Diocese. Maringá recebeu seu primeiro bispo, Dom Jaime Luiz Coelho, no ano de 1956 (ROBLES, 2007).

As prefeituras receberam grandes lotes para a construção de edifícios do setor administrativo, escolas, campos de esporte e cemitérios. As repartições públicas estaduais e federais, sindicatos rurais e associações comerciais também receberam lotes para suas construções. Receberam também prédios, as igrejas, paróquias e congregações religiosas. Em razão do povoamento rápido do Norte do Paraná, graças à produção de café, em 1960, o Estado já contava com 162 municípios instalados (LUZ, 1997).

O nome Maringá foi inspirado em uma música, feita em 1931 por Joubert de Carvalho³ (1900-1977). Este compositor foi incumbido de fazer uma música que retratasse o drama da seca do nordeste brasileiro, fato que era notícia nos jornais do país. Dentre os municípios assolados pela seca, estava Ingá, e o compositor imaginou a cabocla de nome Maria, que seria a Maria do Ingá. Ao compor a música, gostou da contração MARINGÁ. A música teve grande repercussão e era cantada pelos desbravadores do Norte do Paraná. Arthur Thomas, inglês e diretor da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, tinha como esposa Elizabeth Thomas, que após perceber a canção Maringá entoada pelos desbravadores, sugeriu-a como o nome do município (REIS, 2004).

Conhecida também como “cidade canção”, esse cognome começou a circular no ano de 1962, na gestão do prefeito João Paulino Vieira Filho (1921-2001)⁴. O seu secretário de administração, Antenor Sanches, recebeu uma correspondência de uma jovem mineira, solicitando dados estatísticos do

³ Nasceu em Uberaba Minas Gerais. Aos 10 anos compôs sua primeira música intitulada Cruz Vermelha. Em 1921, tornou-se conhecido musicalmente com a música 5 de janeiro. Foi autor de diversas músicas e esteve em Maringá pela primeira vez em 21 de abril de 1959 quando foi homenageado com um nome de uma rua em Maringá. Faleceu em 1977 no Rio de Janeiro (REIS, 2004, p. 24)

⁴ Nasceu em 22 de setembro de 1921 Natural de Antonina Paraná. Atuou como advogado, Promotor Público e pecuarista. Foi eleito prefeito pelo PSD partido Social Democrático. Faleceu em 20 de novembro de 2001.

município, alegando querer conhecer melhor a cidade que nasceu de uma canção (SANCHES, 2006).

Após esse fato, Antenor Sanches liderou uma campanha para que fosse adotado oficialmente o cognome “cidade Canção”. Nesse período, ele era colunista do O JORNAL de Maringá, diário da cidade, que divulgou a notícia e obteve o apoio da população. Mas, somente quarenta anos depois, no ano de 2002, foi oficializado o cognome, pela Lei municipal número 5.945, de autoria do vereador e educador João Batista Beltrame, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PASQUINI, 2009).

O município de Maringá foi bem planejado para que alcançasse crescimento rápido, dentro de um modelo moderno, assim como os outros núcleos planejados pela Companhia Melhoramento Norte do Paraná:

Maringá pode ser classificada como cidade planejada, moderna, criada com os requisitos de um centro urbano de importância regional. Outro aspecto que a distingue é a sua localização numa zona de povoamento recente, pioneira à época de sua fundação. A cidade não se desenvolveu a partir de um núcleo de ocupação do antigo; não passou por etapas mais ou menos longas de evolução; não guarda, portanto, as tradições de épocas mais remotas (LUZ, 1997, p. 6).

Maringá foi planejada para que, após 50 anos de fundação, pudesse abrigar uma população de 200 mil habitantes, mas, aos 41 anos de fundação, no ano de 1988, apresentou uma população de 300 mil, com mais de 90% dessa população distribuída pela área urbana (ALTOÉ, 1988). No ano de 2004, com 50 anos, possuía uma população de 320.000 mil (REIS, 2004) e, em 2010, a população é de 357.1 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

Quem conhece Maringá a partir de sua região central, ou a sobrevoa, tem a noção de estar em uma cidade enquadrada nas características de cidade jardim pela sua apresentação visual. Suas ruas largas e arborizadas permitem a formação de túneis verdes, formados pelo entrelaçamento dos galhos das árvores. As avenidas apresentam, no seu canteiro central, espécies distintas de árvores que florescem em diferentes épocas do ano, como que renovando sempre a paisagem (CAETANO, 2002, p. 49).

O projeto da cidade foi planejado com a preocupação de oferecer conforto aos habitantes. Esta preocupação provocou uma seletividade quando destinou áreas para classes diferentes, pois os terrenos menores e mais baratos da zona 7 atraíam pessoas de menor poder aquisitivo enquanto os terrenos da Zona 5 foram considerados como nobres (LUZ, 1997).

A análise do surgimento do município de Maringá remete-nos ao contexto histórico da ocupação brasileira, cuja fundação está interligada a diversos fatores econômico, social, cultural e político, mas os núcleos urbanos foram subsidiados principalmente pelo setor da agricultura.

As palavras de Benedito Dias, vereador de Maringá pelo partido da UDN, no ano de 1956, elucidam a preocupação que os primeiros políticos de Maringá tiveram com a educação da população: “Maringá, como um das mais prósperas cidades do Norte do Paraná, deve ser um exemplo de civilização, procurando, através de seu legislativo, combater o analfabetismo reinante” (MARINGÁ, 1956, f. 100).

3.5 OS PRIMÓRDIOS CULTURAIS E ESCOLARES DE MARINGÁ

O intuito deste tópico é situar, no cenário educacional do município, o período da instalação do Ginásio Maringá. Para isso, será preciso algumas reflexões no campo educacional, porque esta questão é importante para o desenvolvimento de um país.

Responsáveis pela educação formal, as instituições escolares surgem da necessidade de se transmitir, de forma sistematizada, o saber acumulado pela humanidade, assim como, toda instituição educacional, em cada sociedade, responde às necessidades da época, e recebe influências dos interesses que se apresentam na sociedade.

Por causa das riquezas geradas pelo café, os municípios paranaenses foram se destacando pela sua importância econômica. No caso de Maringá, a

chegada dos colonos era constante. Eles espalhavam-se por toda região. Nesses municípios, alguns avanços tomaram parte do clima de modernização, entre eles, a instrução, que procurava atingir o maior contingente possível da população. Dentre as diversas dificuldades estruturais do novo patrimônio de Maringá nas diversas áreas, a educação apresentava um quadro crítico, desprovido de uma equipe de educadores bem como de espaço físico para atender a população.

No patrimônio de Maringá, os primeiros pioneiros organizavam aulas em suas próprias casas, contratando pessoas que possuíam um pouco mais de conhecimento, consistindo apenas nas quatro operações básicas e na escrita do próprio nome. As aulas eram dadas por pessoas leigas e que possuíam pouca escolarização (SCHAFFRATH, 2006).

O jornalista Manoel Cabral, em pesquisa realizada no ano de 1998, em comemoração aos cinquenta anos de fundação do município, afirma que, no ano de 1944, o patrimônio de Maringá já contava com a abertura das primeiras ruas e do primeiro hotel, necessitava então da construção de uma escola:

Os filhos dos pioneiros precisavam de instrução. Acreditavam que num curto espaço de tempo a pequena vila que ainda tinha tocos chorando cinzas no chão da última queimada, se transformaria numa cidade pujante e a educação devia ter prioridade. Os desbravadores se reuniram e definiram iniciar a construção da escola. A decisão foi acatada por todos e imediatamente o barracão de madeira começou a ser erguido no alto do Maringá Velho. As professoras Maria Soares e Anita Garibaldi compareceram no local e ajudaram o único carpinteiro a bater pregos (CABRAL, 1998, p. 7).

Cabral ainda afirma que, quando a construção foi finalizada, as aulas foram iniciadas com apenas cinco alunos, e as professoras começaram a sair pelas fazendas à procura de alunos. Fizeram um trabalho de conscientização das famílias e o resultado foi satisfatório. Em poucos dias, a escola já estava com 26 alunos (CABRAL, 1998). Em 1946, para suprir as necessidades educacionais do município, surgiu a primeira Casa Escolar de Maringá, organizada por alguns líderes como Ângelo Planas, Otávio Periotto e Napoleão Moreira da Silva. Para organizar essa casa, foi contratada a professora Dirce de Aguiar Maia, que se

deslocou do município de Cambé para essa incumbência (PASQUINI, 2009). Em 25 de abril de 1997, numa entrevista a Juracy de Oliveira, a professora relata:

Em 1946, recebendo convites formulados por Ângelo Planas, Otávio Perito e Napoleão Moreira da Silva, iniciei meu trabalho como professora e fazendo as matrículas das primeiras crianças, criando então a Escola Isolada do patrimônio de Maringá, quando ainda era distrito de Apucarana. Esta escola foi formada por iniciativa da população que coletava contribuições e a construiu (OLIVEIRA, 1997, p.6).

A professora destaca, na mesma entrevista, a caracterização da sala de aula e os primeiros alunos matriculados:

Era uma casa com apenas uma sala feita de madeira, coberta com pequenas tábuas, contendo uma janela e uma porta. Ali estavam dezoito carteiras, um quadro negro, uma mesa e 30 alunos matriculados a muito custo. Nilza Moreira Kouri foi a primeira aluna matriculada, seguidos por Wilson Planas, Elza Perito, Mário Borges, Dirce Righete e Antonio Gomide que receberam diplomas de conclusão do quarto ano primário, formando a primeira turma (OLIVEIRA, 1997, p.6).

A Casa Escolar de Maringá passou por mudança na nomenclatura em 1947 e, com o passar do tempo, transformou-se em Escola Isolada do Maringá Velho. Já, em 1948, transformou-se em Grupo Escolar Visconde de Nacar e, nesse mesmo ano, surgiu em Maringá, com a ajuda da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, a segunda escola pública denominada de Grupo Escolar do Maringá Novo, chamada mais tarde de Grupo Escolar Dr. Osvaldo Cruz. Nos anos de 1948 e 1950, surgiram outros grupos na cidade, também construídos com a colaboração da Colonizadora, todos destinados ao ensino primário (PASQUINI, 2009).



Figura 4 - Grupo escolar Dr. Osvaldo Cruz (1948)
Fonte: Acervo do Museu da Bacia do Paraná

Hoje, em 2011, essa escola da rede pública municipal atende 532 alunos no período matutino e vespertino e o prédio apresenta uma visão moderna de construção.



Figura 5 - Escola Osvaldo Cruz (2011)
Fonte: Professora Vânia Ueno⁵

⁵ Professora desde 1983. Passou a trabalhar na rede municipal desde 01/03/1993. Trabalha na Escola Osvaldo Cruz desde fevereiro de 2009.

A solicitação de ampliação do número de escolas tornou-se uma constante reivindicação das autoridades do ensino. Os inspetores gerais, por meio de relatórios frequentes, solicitavam a construção de prédios destinados ao ensino (SCHAFFRATH, 2006).

A primeira escola da rede estadual, José Gerardo Braga, surgiu em 1948, com o único objetivo de contemplar os alunos com o ensino primário (ALTOÉ, 1988). Não existia, nesse período, uma escola destinada ao ensino ginásial. A primeira era da rede privada, que iniciou suas atividades em 1952, o Ginásio Maringá, objeto desta investigação. Somente dois anos após o funcionamento do Ginásio Maringá, surgiu o Ginásio Municipal, em 1954.

Com o desenvolvimento da atividade agrícola, foi necessária a criação de escolas na zona rural, pois a preocupação era aprimorar a formação dos jovens da sociedade maringaense. Na gestão do prefeito Innocêncio Villanova Junior (1952 a 1956), foi intensificada a criação de muitas escolas rurais, pois, até então, os alunos se deslocavam ao Maringá Velho para estudar. As escolas foram construídas com madeira, sem iluminação, com banheiros externos, com uma ou duas salas de aula, com cozinha, classes multisseriadas e sem uma equipe técnica administrativa na escola (ALTOÉ, 1988).

Em 1952, quando o prefeito Innocêncio Villanova Junior assumiu a prefeitura de Maringá, estava no governo Federal Getúlio Vargas, que havia ganhado as eleições, apoiado pelas coligações PTB/PSP/PSD. Nesse período, o governo retomou as plataformas populistas e nacionalistas, mantendo a intervenção do Estado na Economia, favorecendo a implantação de grandes empresas públicas. Nesse contexto nacional, Maringá, no ano de 1952, chegava ao número de 2.000 imóveis construídos, entre residências, casas comerciais e armazéns, mostrando rápido crescimento urbano (LUZ, 1997). Por isso, havia necessidade de uma instituição de ensino ginásial para atender às crianças e adolescentes, futuros profissionais da cidade promissora.

O primeiro prefeito de Maringá, Villanova, em depoimento na data de 3 de dezembro de 1984, destacou que:

O mais difícil foi a parte educacional, porque nós precisamos ter uma perfeita noção do que prevalece no mundo da educação. Agora, não tínhamos professoras, eu pedia professoras em Curitiba para resolver os problemas aqui e nada. Eu montei, eu criei aqui... quanto mais ou menos? Umas 58 escolas em todo o município, e dei madeira e consegui as professoras, que eram alunas da 3ª e 4ª séries daqui para lecionar os primeiros que eram analfabetos, uma dificuldade tremenda. Mas isso já vem desde a cidade de Curitiba do meu tempo (MARINGÁ, 2003, p. 34).

A falta de professores e de valorização desses profissionais era assunto constante na equipe do legislativo. Em 1953, o vereador Napoleão Moreira da Silva (ANEXO A) ressaltou as dificuldades de professores formados residir em Maringá porque o padrão de vida era alto para eles e não havia um salário digno que pudesse garantir sua sobrevivência (MARINGÁ, 1953b). O prefeito, por este motivo, contratava pessoas sem formação adequada para ensinar.

Em 1953, em várias atas da Câmara Municipal de Maringá, podem ser constatados projetos e leis em torno da construção de escolas e doação de terrenos para a construção, com o objetivo de atender à necessidade da população bem como o interesse da elite (MARINGÁ, 1953c).

No ano de 1955, a situação salarial dos professores de Maringá continuava crítica, conforme relatou o vereador José Hauare, (ANEXO B), em 28 de novembro de 1955, “[...] vamos ter a falta de colégios e do curso científico em Maringá, muito dos professores vão se ausentar e outros não abandonarão por amor aos alunos [...] tem pedreiros que ganham mais que um professor” (MARINGÁ, 1955b, f. 73).

O prefeito Inocêncio Villanova, do partido PTB, (Partido Trabalhista Brasileiro), teve uma gestão sem o apoio da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A colonizadora havia apoiado outro candidato à prefeitura, Valdemar Gomes da Cunha, da UDN, (União Democrática Nacional). A falta do apoio da Companhia refletiu no trabalho da sua gestão no município e também em todos os projetos apresentados pelos vereadores, em especial, os apresentados pelos representantes do PTB (VIEIRA, 1999).

Em 25 de fevereiro de 1953, período em que as questões políticas prejudicam os trabalhadores maringaenses, (ANEXO C), o vereador Jorge

Ferreira Duque Estrada apresenta esta preocupação no plenário da Câmara Municipal:

[...] Um fato lamentável e injustificável que estaria acontecendo naquela Companhia e onde a gerência local deixou de beneficiar um grupo de operários que ali trabalham em igualdade de condições com outros que receberam aumento de vencimentos e são da mesma categoria daqueles que não foram beneficiados [...] porque os mesmos pertenciam ao partido do senhor Ademar de Barros e ao PTB (MARINGÁ, 1953c, f. 23).

Não havia uma grade curricular adotada pela rede municipal, inicialmente, e os professores trabalhavam conforme seu conhecimento. Em 1960, foi realizado um concurso para professor municipal e, nesse período, foram contratados dez professores. Somente em 1969 foi elaborado um plano curricular, aprimorado pela lei 5.692/71, que fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. A Lei em seu artigo 4º reza que os currículos do ensino de 1º e 2º graus passariam a ter núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, de acordo com as necessidades locais, aos planos de estabelecimentos e assim contemplar as diferenças individuais de cada aluno (BRASIL, 1971).

Foi nesse contexto, na gestão do prefeito Innocêncio Villanova Junior, que surgiu o primeiro Ginásio da rede privada de ensino, o Ginásio Maringá, construído na Avenida Tiradentes, pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A pedra fundamental foi lançada em 9 de setembro de 1951, na Nona 2, quadra 3, conforme Ofício enviado ao Sr. Alfredo Werner Nyffeller, gerente suíço da colonizadora, em 08/09/1951, pelo professor Anthero Alfredo Chaves Santos, diretor da escola no período de 1952 a 1954 (ANEXO D):

Considerando que V. S é nesta cidade o representante e supremo da companhia de Melhoramentos Norte do Paraná, considerando que V. S. foi a pessoa que mais labutou para a concretização e a existência do Ginásio em Maringá, considerando que em V. S. temos um verdadeiro e particular amigo e colaborador, resolve esta diretoria convidar mui honrosamente V. S. para ser o 'MESTRE' da colocação da Pedra Fundamental do edifício do 'Ginásio Maringá'. A cerimônia terá lugar às 9 horas do dia 09 de setembro corrente, à Avenida Tiradentes, quadra 3. Com os maiores respeitos e agradecimentos a V. S., penhoramente firmamos (SANTOS, 1951).

Arthur de Oliveira Andrade Netto destaca a implantação do Ginásio Maringá:

Ressalte que o Ginásio Maringá foi o primeiro estabelecimento de ensino secundário a funcionar, graças à iniciativa da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e ao extraordinário educador e professor Anthero Chaves Santos e foi autorizado a funcionar em 27 de setembro de 1951, em prédio totalmente de alvenaria e com ótimas instalações (ANDRADE NETTO, 1979, p.121).

A implantação do Ginásio Maringá “refletiu os interesses de uma empresa colonizadora particular, cujo objetivo era obter lucros com a venda dos lotes em que dividira suas terras, e, em nível da sociedade global, os interesses dos detentores do capital” (LUZ, 1997, p. 136). Nesse período, houve também uma ocupação de forma mais acentuada, principalmente pelo fato de Maringá se tornar município, o que atraiu mais gente ao município.

No contexto da formação maringaense, é importante salientar que a educação se consolidou em virtude das demandas da sociedade, das necessidades da população, principalmente por causa do rápido crescimento e desenvolvimento do município.

4 O GINÁSIO MARINGÁ

Nesta seção, será analisado o surgimento do Ginásio Maringá, primeira Instituição Escolar da rede privada de ensino ginasial, instalado em Maringá, em 1952. Após a análise da implantação, será apresentada sua consolidação por meio da estrutura da organização pedagógica. Dentre os diversos aspectos do contexto escolar, destacaremos o ensino ginasial, ou secundário; currículo escolar; exames de admissão, exames de adaptação; a educação feminina; quadro de professores e registros sobre a arquitetura e respectivo espaço escolar.

4.1 IMPLANTAÇÃO DO GINÁSIO MARINGÁ

Até o início da década de 1950, o distrito de Maringá possuía apenas escolas que ofereciam o ensino primário, e quem desejasse continuar os estudos teria que se deslocar para outras localidades como Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro. Isso implicava muito trabalho às famílias, assim como altos custos. A partir de 1952, o Ginásio Maringá, instituição da rede privada, passou a oferecer o ensino secundário e teve importante papel na formação de quadros nas áreas política, industrial e comercial da região.

A foto a seguir mostra o prédio em construção, pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná:



Figura 6 - Ginásio Maringá (1950)

Fonte: Acervo do Museu da Bacia do Paraná

O Ginásio Maringá surgiu a partir da necessidade dos líderes que, além do interesse comercial, precisavam resolver o problema educacional dos filhos e da elite maringaense:

Para compreender o papel da escola nesse sentido, um pressuposto fundamental da nossa reflexão é pensar a escola como um espaço de poder que, além de cumprir a sua principal atribuição que é a transmissão do conhecimento, cumpre também a função de integrar os alunos dentro de um sistema único de percepção, bastante homogêneo (CECATTO, 2008, p. 5).

O Ginásio Maringá foi implantado em um município que tinha poucos anos de vida, mas necessitava do ensino secundário para os estudantes, os quais não precisavam, deste modo, parar os estudos ou recorrer a outras localidades. O fato foi registrado com festa pela sociedade. A instituição teve a pedra fundamental lançada em setembro de 1951 e foi inaugurado no quinto aniversário do município, em 10 de maio de 1952 (ROBLES, 2007).



Figura 7 - Festa comemorativa da inauguração do Ginásio Maringá - 9 de setembro de 1951

Fonte: Acervo do Museu da Bacia do Paraná

O rápido crescimento de Maringá já deixava entrever o grande município que se tornaria: em 1960, o Censo Demográfico do Estado do Paraná registrou 47.592 habitantes, na Zona urbana, e 56.539, na zona rural, quase se igualando o número de habitantes nas duas Zonas; inversamente ao Censo apresentado em 1950, quando havia muito mais moradores na zona rural. Os referidos dados, portanto, demonstram o crescimento urbano da cidade (LUZ, 1997).



Figura 8 - Vista parcial de Maringá – década de 1950
Fonte: Acervo do Museu da Bacia do Paraná

Para historiar o Ginásio Maringá, é necessário levar em consideração que, no período de sua implantação, século XX, década de 1950, a norma que regulamentava o ensino ginasial eram as Leis Orgânicas de Ensino, criadas em 1942, no período do Estado Novo. Dermeval Saviani afirma que tais leis foram estabelecidas por Gustavo Capanema (1900-1985), Ministro da Educação, no governo de Getúlio Vargas (SAVIANI, 2007b)

Embora de forma parcial, houve reorganização na estrutura educacional baseada em oito Decretos-lei:

- a) Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro, que criou o SENAI; b) Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial; c) Decreto-lei n. 4.244, de 09 de abril: Lei Orgânica do Ensino Secundário; d) Decreto lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino comercial; e) Decreto lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário; f) Decreto lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal; g) decreto lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que criou o SENAC; h) Decreto lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola (SAVIANI, 2007b, p. 268).

O ensino ficou composto por quatro anos elementares do ensino primário, acrescido do primário complementar de um ano. Já o Ensino Médio ficou estruturado verticalmente em dois ciclos; sendo o ginasial, composto de quatro anos, e o colegial, com a duração de três anos; e horizontalmente; nos ramos secundário e técnico-profissional. A área profissional foi subdividida em industrial, comercial e agrícola, além do Normal (SAVIANI, 2007b).

No contexto da Reforma Capanema, foi incluída uma série de cursos profissionalizantes para atender aos diversos ramos profissionais que emergiam em função do desenvolvimento dos setores secundários da economia brasileira.

A educação apresentou-se, na Constituição de 1937, bastante restritiva e determinadora no que diz respeito ao âmbito social. Enquanto a Constituição de 1934 estabelecia categoricamente que o dever da educação era da família e da União, a de 1937 reduziu a responsabilidade do Estado, restando apenas um suplemento para aqueles que não poderiam financiar a educação, pois, nesse período, abriram-se enormes concessões a elites na área do ensino. O Estado estava preocupado em controlar a mão-de-obra e não formá-la, sendo o responsável para prover os meios da educação profissional. Desta forma, a educação limitava os pobres, restringindo a possibilidade de ascensão social, já que o Estado era responsável para prover os meios para a educação profissional (BRASIL, 1937).

Conforme documentação da secretaria do Colégio Marista de Maringá, nos anos de 1952 a 1953, o Colégio pertenceu ao professor Anthero Alfredo Chaves Santos, um português que arrendou o prédio da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (ANEXO E) e também atuou como professor e diretor do Ginásio Maringá.

Ao iniciar as atividades, o prédio do Ginásio Maringá cedeu espaço à educação primária, organizada pelo respectivo professor com a denominação Externato Santos, sob a direção da professora Amélia Mafalda Modenezi Santos. Em 4 de abril de 1952, o diretor do Ginásio Maringá enviou correspondência à professora Odete Alcântara Rosa, diretora do Grupo Escolar do Maringá Novo, para comunicar que, mesmo com a autorização da diretoria do Ensino Primário de Curitiba a se estabelecer naquela instituição, não haveria a necessidade da utilização do espaço, porque as instalações do Ginásio Maringá já estavam prontas. Salientava, ainda, que não usaria nenhuma sala a partir do ano de 1952 (ANEXO F).

Em 1952, o Ginásio Maringá iniciou as turmas, de acordo com o livro-ata da relação de alunos que fizeram as primeiras provas no mês de junho, da seguinte forma:

Série/turma	Sexo masc.	Sexo fem.	Total de alunos
1ª série A	49	00	49
1ª série B	47	00	47
1ª série C	20	29	49
2ª série A	09	07	16
3ª série A	08	05	13
4ª série A	02	03	05
Total	135	44	179

Quadro 7 – Turmas do Ginásio Maringá (1952)

Fonte: Ginásio Maringá (1970b)

A instituição iniciou com três turmas da primeira série: turma “A”, com 49 alunos, somente meninos; turma “B”, com 47 alunos, somente meninos; e turma “C”, com 49 alunos, mista. A partir da segunda série do Ginásio, as turmas foram mistas, sendo assim constituídas: segunda série, com 16 alunos; terceira série, com 10 alunos; e quarta série, com cinco alunos. No primeiro ano de funcionamento, o Ginásio Maringá tinha o total de 179 alunos (GINÁSIO MARINGÁ, 1970b). A quantidade de alunos caracterizava a necessidade do segmento de ensino naquele período.

No primeiro ano das atividades escolares do Ginásio Maringá, o número de reprovados foi significativo, principalmente nas séries iniciais (GINÁSIO MARINGÁ (1970a). Ao finalizar o ano letivo, o número de alunos reprovados foi:

Série/turma	Total de alunos	Alunos reprovados
1ª série A	49	12
1ª série B	47	15
1ª série C	49	14
2ª série A	16	01
3ª série A	13	00
4ª série A	05	00
Total		42

Quadro 8 – Alunos reprovados do Ginásio Maringá (1952)

Fonte: Ginásio Maringá (1970a)

Nesse mesmo período, não havia outra oferta do segmento ginásial e muitas famílias não tinham outra opção de matrícula para os filhos, principalmente os de classe pobres, a não ser matriculá-los em uma escola da rede privada.

Outro fator a ser destacado é a formação elitizada, evidenciada nas disciplinas do ensino secundário (GINÁSIO MARINGÁ, 1970a). Na década de 1950, havia o ensino do Inglês, Francês e do Latim. Os alunos que não conseguiam acompanhar as referidas disciplinas, necessitavam de aulas particulares no contraturno.

Destarte, desde o início das atividades escolares, o público do Ginásio Maringá passou a ser delineado, ocorrendo a seletividade dos alunos que iriam permanecer na instituição; fato comprovado nos anos subsequentes à implantação da instituição. Assim que foi fundado o Ginásio público em Maringá, houve um número significativo de pedidos de transferência (GINÁSIO MARINGÁ, 1967).

O que se verifica em relação ao público que tinha acesso ao Ginásio Maringá, vai ao encontro do que Otaíza de Oliveira Romanelli observa em relação ao surgimento da escola como instrumento para a manutenção dos desníveis sociais. A autora destaca que a função foi de manter privilégios da classe abastada, a partir do momento em que se utilizam mecanismos seletivos e de conteúdo cultural que não favorece às camadas sociais como, por exemplo, a eficiência na preparação para o trabalho (ROMANELLI, 1986).

O Ginásio Maringá teve a participação de 119 alunos no exame admissional, no final de dezembro de 1952 e fevereiro de 1953, para a primeira série ginásial. Houve 10 reprovos, totalizando 109 alunos para a primeira série do ano de 1953 (GINÁSIO MARINGÁ, 1954). Com a efetivação de 116 alunos matriculados na primeira série para 1953, foi constatado que as matrículas superaram as expectativas baseadas nos exames de admissão, período em que as turmas do ginásio foram compostas da seguinte forma:

Séries/turma	Sexo masc.	Sexo fem.	Total de alunos
1ª série A	00	36	36
1ª série B	37	00	37
1ª série C	31	00	31
1ª série D	12	00	12
2ª série A	16	21	37
2ª série B	43	00	43
3ª série A	11	09	20
4ª série A	08	06	14
Total	158	72	230

Quadro 9 – Turmas do Ginásio Maringá (1953)

Fonte: Ginásio Maringá (1970b)

Em 1953, o Ginásio Maringá assim distribuiu suas turmas: período diurno: primeira série “A”, com 36 alunas; primeira série “B”, com 37 alunos (masculina); primeira série C, com 31 alunos (masculina); segunda série “A”, com 37 alunos (mista); terceira série “A”, com 20 alunos (mista); e quarta série “A”, com 14 alunos (mista). No período noturno, havia uma turma de primeira série “D”, com 12 alunos (masculina). O aumento do número de alunos em 1952 para o ano de 1953 demonstra a grande procura das famílias pelo Ginásio Maringá (GINÁSIO MARINGÁ, 1970b).

Apesar do aumento do número de alunos matriculados em 1953, o Ginásio Maringá apresentou irregularidades no decorrer do referido período. Fato registrado no Legislativo, na ata da Câmara Municipal de Maringá, de 2 de junho de 1953 (ANEXO G), pelo vereador Benedito Dias, que alegou irregularidades na instituição e solicitou uma comissão de vereadores para averiguar o fato (MARINGÁ, 1953d).

Por meio da ata analisada, constatou-se que o assunto das irregularidades do Ginásio Maringá se referia às taxas cobradas pela instituição e pelas irregularidades junto ao Ministério da Educação, pois constava apenas o registro de dois professores da instituição, podendo acarretar em futuros transtornos aos estudantes do Ginásio (MARINGÁ, 1953d).

Em relação à falta de registro dos professores da instituição, ao analisar os documentos do período, nada foi encontrado que apontasse para tal situação. Quanto às taxas cobradas pela instituição, também foi registrado pelo vereador Jorge Ferreira Dutra, em reunião da Câmara Municipal (ANEXO H), em 20 de janeiro de 1953, que:

[...] Aludiu ao descaso pelas organizações colonizadoras ao ensino rural e urbano declarando que sua filha paga mensalmente Cr\$ 300,00 para estudar no Ginásio o que taxou de absurdo e por isso que os menos favorecidos se vêem impossibilitados de sustentar seus filhos em escolas, aumentando o número de analfabetos, fator principal do atraso de uma nação [...] (MARINGÁ, 1953a, f. 8).

O vereador criticava as colonizadoras pelo fato de não se preocuparem com o ensino rural e urbano gratuito. Demonstrou, também, a dificuldade que as famílias pobres tinham para pagar a escola no valor cobrado, resultando no aumento do analfabetismo no Brasil (MARINGÁ, 1953a).

A reprovação dos alunos matriculados, em 1953, foi bem menor que no ano anterior:

Série/turma	Total de alunos	Alunos reprovados
1ª série A	36	00
1ª série B	37	10
1ª série C	31	04
1ª série D	12	00
2ª série A	37	05
2ª série B	43	12
3ª série A	20	00
4ª série A	14	01
Total		31

Quadro 10 - Alunos reprovados do Ginásio Maringá (1953)

Fonte: Ginásio Maringá (1970a)

Em 1954, o Ginásio Maringá teve redução no número de matrículas, sendo as turmas assim constituídas:

Série/turma	Sexo masc.	Sexo fem.	Total de alunos
1ª série A	08	04	12
2ª série A	08	04	12
3ª série A	04	07	11
4ª série A	01	02	03
Total			38

Quadro 11 – Turmas do Ginásio Maringá (1954)

Fonte: Ginásio Maringá (1970b)

Vários fatores contribuíram para a redução do número de alunos, tais como: as irregularidades citadas pelo Legislativo; o fato de o diretor Anthero Alfredo Chaves Santos, no período de matrícula, ter se ausentado do país; e a abertura de uma instituição de ensino secundário da rede pública de ensino.

Os professores do Ginásio Maringá procuraram o gerente da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, Alfredo Nerner Niffeler, para saber que decisão deveriam tomar em relação às matrículas da Instituição. A colonizadora informou a eles que o ensino daquela instituição era de responsabilidade do referido professor e diretor, sendo a colonizadora apenas proprietária do prédio (ALTOÉ, 2009).

Tudo isso, somado ao fato de o início das aulas ocorrer em março, conforme calendário da época, gerou insegurança nas famílias, e a redução de matrículas foi inevitável. A abertura de uma instituição da rede pública municipal também foi fator relevante. Ao pesquisar as pastas individuais dos alunos (GINÁSIO MARINGÁ, 1967), constatou-se que, no início de 1954, com a abertura do Ginásio Municipal, foram solicitadas e efetuadas transferências.

Em 1954, a construção do Ginásio municipal não havia sido concluída e o mesmo não possuía condições de atender aos alunos, bem como de oferecer espaço de qualidade aos professores. O município teria dificuldades financeiras para administrar esse Ginásio. Os vereadores de Maringá iniciaram campanha para estadualizar o Ginásio Municipal, formando uma comissão e se deslocando até Curitiba para procurar meios de agilizar a rápida estadualização (MARINGÁ, 1954a).

O Ginásio Municipal, após estadualização, continuou com problemas financeiros, necessitando da ajuda da prefeitura para pagar os salários dos professores, pois precisavam manter a educação pública para a população. De acordo com a ata de Câmara Municipal, em 20 de janeiro de 1953, (MARINGÁ, 1953a), havia necessidade de manter o ensino do ginásio público que estava quase fechando as portas por falta de valorização dos professores e resultando em muitos jovens fora do ensino secundário nesse período.

A falta de recursos do Estado para pagamento dos professores pode ser constatada pela apresentação da Lei n. 11, de 1955, que concedia ajuda de Cr\$ de 2.0000,00 aos professores do Ginásio Estadual que trabalhavam doze ou mais horas por semana, conforme registrado na Ata do dia 21 de setembro de 1955, (ANEXO I), na qual a comissão do projeto alega: “O Ginásio Estadual desta cidade é composto de corpo docente competente e está elevando o ensino de nossa cidade” (MARINGÁ, 1955a, f. 49b).

LEI Nº 11/55

- Art. 1º - A cada professor do Ginásio Estadual de Maringá, que trabalhe 12 (doze) ou mais horas por semana, pelo Poder Executivo do Município, fica destinada uma ajuda de Cr\$ 2.000,00 mensais.-
- Art. 2º - Fica também destinada pelo Poder Executivo Município, uma ajuda mensal de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), e Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), respectivamente ao Secretário e Zeladores do Ginásio Estadual de Maringá.-
- Art. 3º - A ajuda de que tratam os artigos 1º e 2º desta lei, vigorarão por 2 (dois) anos, ou seja de 1º de janeiro do corrente ano à 31 de dezembro de 1956.-
- §.- ÚNICO - Será automaticamente revogada esta lei, no momento em que o Governo do Estado, por qualquer forma, conceder aumento de vencimentos aos professores secundários.-
- Art. 4º - As despesas com a presente lei, no corrente exercício, serão atendidas com a DOTAÇÃO 18 do Orçamento da Receita e Despesa para o ano de 1955.-
- Art. 5º - Para atender a despesa com a presente lei no exercício de 1956, em época oportuna, será consignada dotação no Orçamento da Receita e Despesa do Município para aquele exercício.-
- Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.-
Maringá, 30 de novembro de 1955.-

ass-NAPOLEÃO MOREIRA DA SILVA
-presidente-

ass-DR. JOSÉ HAUARE
1º secretário

Figura 9 - Lei no 11/55 de 30 de novembro de 1955
Fonte: Maringá (1955c)

A Lei também beneficiava funcionários como secretários e zeladores, com respectiva ajuda de Cr\$ 2.000,00 e de Cr\$ 1.000,00, demonstrando que, além dos professores, os demais profissionais não tinham salário condizente à profissão. O benefício teve validade por dois anos, ou seja, até 31 de janeiro de 1956, podendo ser vedado caso o governo do Estado concedesse aumento aos professores do ensino secundário (MARINGÁ, 1955c).

A ajuda resultou em um abaixo-assinado dos professores do ensino primário da rede municipal e estadual, (ANEXO J), que também requereram ajuda financeira à Câmara Municipal. O documento foi enviado ao vereador Arlindo Planas, alegando-se que não poderia ocorrer distinção de classe:

Diversas professoras residentes deste município exercem a longos anos o Magistério Municipal e Estaduais sendo muitos 29, 32, 28,21 anos de trabalho prestados ao Estado e ao Município, sendo que a professora primária é o alicerce de ensino em todo o mundo, assim como somos as iniciantes, também de início somos as desamparadas [...]. Se os professores do Ginásio Estadual de Maringá têm direito de uma ajuda de custo de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), nós também teremos o mesmo direito, tanto são professores eles quanto nós (MARINGÁ, 1955d, f. 1).

Tal situação ocorria porque o Estado não tinha professores no quadro permanente e pagava a eles um ordenado mínimo. Entendia-se que a falta de ajuda do município poderia resultar na desistência de professores. Os pais de alunos procuraram a prefeitura, solicitando que fosse concedida ajuda ao Ginásio Estadual temporariamente (MARINGÁ, 1955b).

O Ginásio Municipal passou para o atual Colégio Estadual Gastão Vidigal; escola que se consolidou como instituição da rede pública de ensino e está localizada a um quilômetro do centro do município. Atualmente, atende em torno de 2.500 alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio (COLÉGIO GASTÃO VIDIGAL, 2010).

Retomando o foco de nossa pesquisa, em 1954, Dom Geraldo de Proença Sigaud, Bispo da Diocese de Jacarezinho, comunicou aos conselheiros o interesse em adquirir o Ginásio Maringá, para que não caísse nas mãos dos protestantes, pois havia possibilidade de o Ginásio ser adquirido por um

proprietário de um colégio de Londrina, o qual tinha interesse em comprá-lo para torná-lo extensão da atividade educacional evangélica (ROBLES, 2007).

Diante dessa situação, a Igreja Católica, representada pela Diocese de Jacarezinho, adquiriu os direitos do professor Anthero Alfredo Chaves Santos e passou a responsável pelas atividades escolares dessa instituição a partir do segundo semestre de 1954, assim não corriam o risco de perder espaço para outras religiões. O Ginásio Maringá, a partir de então, tornava-se uma escola confessional e todo o direito e patrimônio passaram à Diocese. Esse acontecimento foi destacado pela Câmara de vereadores de Maringá, em 09 de novembro de 1954, (ANEXO K), pelo vereador José Mario Hauare:

Como é do conhecimento dos nobres pares o Ginásio Maringá foi comprado pelos Padres, porque o mesmo se achava em situação difícil e, como todos nós sabemos que para comprar o referido Ginásio foi composta uma comissão de cidadãos beneméritos desta cidade, para resolver os assuntos referentes a esse educandário. Acontece, porém, que foi solicitado pela comissão, a fim de apresentar a esta casa um projeto de Lei, que visa abrir um crédito de Cr\$400.000,00, a fim de proporcionar um ensino eficiente a nossa juventude e acudir as necessidades financeiras desse educandário, que vem lutando com grandes dificuldades; que estou certo merecerá o mais amplo apoio dos meus nobres pares (MARINGÁ, 1954b, f. 138-b)

O Ginásio Maringá, a partir de 1954, cedeu espaço do prédio para o funcionamento da Escola Técnica do Comércio, dirigida pelo professor Anthero Alfredo Chaves Santos, que, naquele ano, deixou a direção do Ginásio Maringá (COLÉGIO COMERCIAL MARISTA DE MARINGÁ, 1970).

Foi nomeado para direção do Ginásio Maringá, após a aquisição pela Diocese, o Padre Cleto Altoé (COLÉGIO COMERCIAL MARISTA DE MARINGÁ, 1970). Com a participação da Igreja Católica, em 1955, houve aumento considerável do número de alunos matriculados, conforme Quadro 12:

Série/turma	Sexo masc.	Sexo fem.	Total de alunos
1ª série A	12	31	43
1ª série B	42	00	42
1ª série C	22	02	24
2ª série A	16	10	26
2ª série B	13	00	13
3ª série A	16	06	22
4ª série A	09	05	14
Total			184

Quadro 12 –Turmas do Ginásio Maringá (1955)

Fonte: Ginásio Maringá (1970b)

O Ginásio Maringá passou à situação estável, no tocante ao número de matrículas em 1955. Já em 1956, a Instituição não conseguiu manter o mesmo número de alunos, mostrando a falta de instabilidade em se manter no cenário educacional.

Um fato relevante que colaborou para a diminuição do número de matrículas no ano de 1956 foi a abertura de um outro Ginásio da rede privada, o Ginásio Santa Cruz, da Congregação das Irmãs Carmelitas da Caridade de Vedruna. No dia 18 de junho de 1952, chegou a Maringá um grupo de freiras dessa Congregação e se instalaram na primeira capela da cidade, em terreno doado pela Companhia Melhoramentos (GULLA, 2009).

O colégio Santa Cruz obteve autorização para funcionar em 1952 e iniciou as atividades escolares em 1953, atendendo às crianças do Jardim de Infância e do ensino primário. O objetivo era atender às meninas, porém, em virtude de não ter na cidade uma congregação masculina, ofereceu a co-educação. A partir de 1956, passou de Colégio Santa Cruz para Ginásio Santa Cruz, atendendo ao segmento pós-primário (GULLA, 2009).

A partir de 1956, o Ginásio Maringá teve redução de 20% do número das matrículas femininas, fato que persistiu e se acentuou nos anos seguintes. Em 1956, o quadro das turmas do Ginásio Maringá estava assim constituído:

Série/turma	Sexo masc.	Sexo fem.	Total de alunos
1ª série A	27	13	40
1ª série B	24	00	24
2ª série A	34	14	48
3ª série A	18	03	21
4ª série A	12	04	16
Total			149

Quadro 13 - Turmas do Ginásio Maringá (1956)

Fonte: Ginásio Maringá (1970b)

Vale lembrar que, desde o advento da Primeira República, em 1889, começou o crescimento paulatino do número de escolas católicas, constituindo elementos importantes na estratégia do episcopado para acelerar o processo de romanização da Igreja no Brasil. Escolas protestantes também surgiram de forma lenta no território nacional brasileiro. No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, vieram para o Brasil muitas congregações religiosas dedicadas ao ensino da juventude, tanto masculina quanto feminina, ocorrendo a expansão do ensino confessional:

O esforço da Igreja no campo da educação parece ter êxito. Nos anos 1930, cerca de 80% dos estudantes secundários do país se encontram em escolas particulares, sendo que a maior parte deles pertence à Igreja. Por volta de 1931, segundo Thomas Bruneau, há poucas escolas primárias, mas três quartos das 700 escolas secundárias eram católicas (MOURA, 2000, p. 99).

Com o crescimento dos municípios do Paraná, foram surgindo novas Dioceses. Até 1956, em todo o Norte do Paraná, só havia a Diocese de Jacarezinho. Ao iniciar 1957, foram instaladas as Dioceses de Londrina e a de Maringá, pela Bula *Latissimus Partire Ecclesis*, de Pio XII, datada de 1º de fevereiro de 1956. As duas Dioceses foram desmembradas do território da Diocese de Jacarezinho pela solicitude da Igreja para com as regiões emergentes e onde já se encontrava uma considerável população (PASQUINI, 2009).

Nas décadas de 1950 e 1960, com a liderança dos Estados Unidos, o mundo ocidental encontrava-se no auge da Guerra da Fria, com o Comunismo assustando os países, principalmente os subdesenvolvidos, pois temiam que os

trabalhadores e os pobres fossem receptivos e aderissem às ideias comunistas. Em busca de alternativa para esse problema, várias ações voltadas à área social foram postas em prática, e a Igreja Católica utilizou padres, freiras e leigos para tais ações, participando ativamente, estimulando a criação de instituições filantrópicas, como também a participação da comunidade católica em campanhas assistenciais (SILVA, 1969).

Com o surgimento da Diocese de Maringá, a responsabilidade do Ginásio Maringá passou para a referida entidade. A partir de 1957, a instituição manteve como diretor o Padre Cleto Altoé, com a supervisão do novo líder religioso da Diocese, Bispo Dom Jaime Luiz Coelho, que tinha muitos planos para o setor educacional do município.

Após a chegada do novo bispo, foram intensificados os trabalhos no sentido de ampliar o número de instituições educativas no município de Maringá, sendo criadas várias escolas, atendendo aos vários segmentos da educação (ROBLES, 2007). Trabalho este já iniciado com o bispado de Dom Geraldo de Poença Sigaud, mas acentuado a partir da criação da nova Diocese de Maringá:

COLÉGIO	ANO	CONGREGAÇÃO
Colégio Santa Cruz	1952	Irmãs Carmelitas da Caridade [de Vedruna]
Ginásio Maringá	1952	[Leigo] e entregue aos Irmãos Maristas no ano de 1957.
Colégio Santo Inácio e Noviciado Rainha da Paz	1957	Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria
Grupo Escolar Ipiranga	1961	Irmãs de Santo Antonio Maria Claret
Seminário Diocesano Nossa Senhora da Glória	1962	Paroquial [Diocesano]
Colégio São Francisco	1963	Irmãzinhas da Imaculada Conceição
Colégio Regina Mundi	1967	Irmãs da Instrução Cristã [Instituto das Damas da Instrução Cristã]
TOTAL DE ESCOLAS		7

Quadro 14 - Instituições construídas em Maringá com o apoio da Diocese de Maringá.

Fonte: Revista Comemorativa ([1972?], p. 28)

A Igreja Católica também ampliou a criação de escolas na região, conforme Quadro 15:

COLÉGIO	ANO	CONGREGAÇÃO	Município
Colégio Sagrada Família	1948	Irmãs Franciscanas da Sagrada Família [de Maria]	Mandaguari
Escola primária São Tarcisio	1961	Paroquial [Diocesano]	Mandaguari
Escola Paroquial São Vicente Palotti	1963	Sacerdotes dos Apostolados Católicos	Mandaguari
Centro de treinamento Profissional	1971	Paroquial [Diocesano]	Mandaguari
Colégio São Francisco de Assis	1956	Irmãs Carmelitas da Caridade e em 1960 Instituto das Damas da Instrução Cristã	Mandaguaçu
Colégio São José	1963	Irmãs Passionistas [de São Paulo da Cruz]	Jandaia do Sul
Colégio Anjo Custódio	1965	Irmãs dos Anjos custódios	Marialva
Colégio Nossa Senhora da Esperança. [Colégio Sagrado Coração de Jesus]	1959 1965	Irmãs Apostólas do Sagrado Coração de Jesus	Nova Esperança
Colégio Santa Maria	1965	Irmãs do Instituto da Beatíssima Virgem Maria e a partir de 1968, passou a ser da Diocese de Paranavaí	São Jorge
Colégio Rainha da Paz	1955	Irmãs Franciscanas de Bonlandem	Alto Paraná
Seminário Menor Imaculada Conceição	1959	Padres Carmelitas	Graciosa
Colégio Santa Edwiges	1964	Irmãs de Nossa Senhora do Monte Calvário	Loanda
Colégio Santa Inês	1964	Irmãs Franciscanas de Bonlandem	Nova Londrina
Colégio Nossa Senhora Aparecida	1959	Irmãs Vicentinas [Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo]	Paraíso do Norte
Colégio Nossa Senhora do Carmo	1955	Paroquial [Diocesano]	Paranavaí
Colégio São Vicente de Paulo	1960	Irmãs Vicentinas [Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo]	Paranavaí
Colégio Nossa Senhora Aparecida	1967	Irmãs Carmelitas missionárias de Santa Terezinha	Paranavaí

Cont.

Colégio Santa Cruz	1965	Irmãs Dominicanas da Beata Imelda	Santa Cruz de Monte Castelo
Colégio Sagrado Coração de Jesus	1961	Irmãs da Instrução Cristã [Instituto das Damas da Instrução Cristã]	Santa Isabel do Ivaí.
TOTAL DE ESCOLAS		19	

Quadro 15 - Escolas construídas, na região, com o apoio da Diocese de Maringá
 Fonte: Revista Comemorativa ([1972?]), p. 28)

Os quadros demonstram o trabalho realizado pelos religiosos no setor educacional Maringaense, sendo maior a expansão a partir da criação da Diocese de Maringá, a qual ocorreu também em outros Estados. Nessa perspectiva, Robles destaca:

A missão educadora da infância e da juventude, sobretudo a partir da Idade Moderna, cumpriu-a a Igreja, de forma privilegiada, através de Institutos religiosos nascidos da visão de mulheres e homens de Deus atentos às necessidades das novas gerações. Compreende-se, por essa razão, que o trabalho desenvolvido por educadores católicos concentre-se em larga escala, nas mãos de religiosos e religiosas (ROBLES, 2007, p. 177).

No bispado de Dom Jaime Luiz Coelho, foi criada, também, a Faculdade de Ciências Econômicas, que deu origem à Universidade Estadual de Maringá, pela Lei Estadual de n. 4.070, de 28 de agosto de 1959, que teve como primeiro diretor e professor de ética e sociologia, o próprio bispo; e como secretário, o professor Geraldo Altoé. Em 1960, foram realizadas as provas classificatórias, e a Faculdade iniciou suas atividades acadêmicas em 1961 (ROBLES, 2007).

Assim como em outras partes do Brasil, a Igreja Católica participou da formação dos primórdios educacionais no município de Maringá, influenciando seus seguidores e tendo um papel relevante na constituição das famílias, na política e na economia do país.

Enquadradas como tendências modernizadoras da igreja Católica, as propostas realizadas e efetivadas no bispado de Dom Jaime Luiz Coelho tiveram o objetivo de tentar moldar a sociedade, bem como combater as religiões concorrentes, visto que “[...] na medida que a região de Maringá ia sendo aberta, ou seja, a mata ia sendo derrubada para dar lugar às lavouras de café e que municípios iam surgindo ao longo da estrada de ferro, os protestantes também

iam plantando as suas igrejas” (CAETANO, 2002, p. 66). A Igreja, assim, ganhou espaço em diferentes campos como a política, a economia e a mídia, além da educação.

A atuação da Igreja Católica, nessa perspectiva, no contexto da formação do município maringaense, foi relevante para a formação histórica da rede de ensino do município, usando, muitas vezes, *slogans* como: “A Diocese na Educação Evangelizadora”; a “Igreja e a Instrução”; “o direito e o dever da Igreja em educar” (REVISTA COMEMORATIVA, [1972?]).

Quanto ao Ginásio Maringá, em 1957, com a supervisão do novo bispo, as turmas estavam assim distribuídas:

Série/turma	Sexo masc.	Sexo fem.	Total de alunos
1ª série A	40	02	42
1ª série B	24	00	24
2ª série A	32	09	41
3ª série A	13	09	22
4ª série A	07	05	12
Total			141

Quadro 16 - Turmas do Ginásio Maringá (1957)

Fonte: Ginásio Maringá (1970b)

Ainda continuava a redução do número de matrículas em 1957, no Ginásio Maringá, período em que havia diversas congregações religiosas na região de Maringá, representando a Igreja na década de 1950. Em 1957, o bispo, entretanto, ao assumir a Diocese e também a responsabilidade do Ginásio Maringá, começou a negociação para trazer para ao município a Congregação dos Irmãos Maristas (COELHO, 1957e); congregação de religiosos cuja prioridade é o serviço aos jovens em todas as formas de educação (MASSON, 2000).

Em maio de 1957, o bispo Dom Jaime Luiz Coelho (ex-aluno marista de Franca – SP) encaminhou correspondência endereçada ao superior dos Irmãos Maristas, mostrando o interesse em ter a presença da Congregação no âmbito educacional do município no ano subsequente; o que já era intenção do bispo de Jacarezinho (ROBLES, 2007). Na carta, o bispo relatou também a situação do

prédio do Ginásio Maringá, deu detalhes sobre a escritura e, em seguida, convidou-os para tomar posse do colégio e desenvolver um trabalho educacional de acordo com a proposta marista (COELHO, 1957e).

Após receber a carta do bispo, o responsável pela Congregação Marista, Irmão João de Deus, apresentou as dificuldades em aceitar a proposta. Dom Jaime Luiz Coelho buscou alternativas para alcançar seu objetivo. Em 28 de junho de 1957, escreveu a Dom Armando Lombardi, Núncio Apostólico do Rio de Janeiro, pedindo ajuda para trazer os Irmãos Maristas para o município de Maringá, (ANEXO L):

[...] Exmo. Sr. Núncio, estou procurando ver consigo trazer pra Maringá, no próximo ano, os Rvdos. Irmãos Maristas, para tomarem conta do Colégio Diocesano, que já possuímos aqui. Por ocasião da minha posse o Exmo. Mons. Gaspari disse-me que, se fosse necessário, a Nunciatura poderia auxiliar-me nesse sentido, dirigindo ao Revmo. Irmão Provincial. Escrevi ao Irmão Provincial em Mendes, Irmão João de Deus, e acabo de receber sua resposta dizendo-me das dificuldades no momento, falta de pessoal, outros pedidos em outras Dioceses, [...] (COELHO, 1957a).

Na mesma carta, o bispo justifica a necessidade da vinda dos Irmãos Maristas em função da expansão protestante no município:

[...] Exmo. Sr. Núncio, V. Excia. bem conhece a região aqui, e quanto bem faria o colégio nas mãos dos Rvdos. Irmãos Maristas. Consta mesmo que os protestantes, no dia da minha posse aqui se reuniram, decidindo fundar um grande Colégio, como o de Londrina. A presença dos Irmãos Maristas seria uma barreira para eles, e uma grande vitória da Igreja. O que eu desejava pedir a V. Excia., se isso em nada obstar por parte da Nunciatura, era dirigir uma palavrinha ao Revdo. Irmão Provincial, a meu favor, e assim, já no próximo ano poderiam tomar conta do colégio Diocesano e começar suas ampliações. Aliás, na carta que escrevi ao Irmão Provincial, eu acenava essa possibilidade de um pedido da Exma. Nunciatura, como me assegurava Mons. Gaspari (COELHO, 1957a).

Dom Armando Lombardi informou ao bispo que já havia mandado correspondência à Congregação Marista e que obtivera resposta no dia 20 de julho de 1957, na qual o Provincial da instituição de Mendes, Estado do Rio de Janeiro, escreveu informando que havia recebido a carta, (ANEXO M):

[...] em atenção a V. Excia Revma, como também a D. Jaime, irei àquela cidade no dia 10 de agosto. Estudar o problema “in loco”, embora já tenha dado uma resposta negativa a tal pedido. Apesar de toda a minha boa vontade, não quereria, entretanto, que tal visita constituísse desde já um compromisso (DE DEUS, 1957).

Já, em carta datada de 12 de agosto de 1957, o Bispo diocesano relatou ao Núncio Apostólico a visita do irmão João de Deus à cidade de Maringá, (ANEXO N):

Anteontem S. Revma aqui esteve, como prometera. Procurei expor-lhe todos os motivos e razões da necessidade da entrega do nosso Colégio Maringaense aos Irmãos Maristas no próximo ano. O Revdo Irmão Provincial estudou bem a situação, e saiu convencido da necessidade e da oportunidade da instalação dos Irmãos Maristas aqui. Contudo, apresentou certas dificuldades internas da congregação, uma vez que lutam com falta de elementos. Quero crer, porém, que se V. Excia amparar novamente meu pedido na palestra que irá ter na Nunciatura nestes próximos dias, pois me falou S. Revma que falará pessoalmente com V. Excia, penso que tudo estará conseguido. Aliás, disse-me o Revdo Irmão Provincial que todos os Irmãos da Província são favoráveis à aceitação do colégio, estando também de acordo o Revdo Irmão Assistente [...] (COELHO, 1957b).

Em outra carta, de 23 de agosto de 1957, o Bispo escreveu ao Núncio Apostólico, (ANEXO O), afirmando que os Irmãos Maristas haviam aceitado a incumbência de dar continuidade aos trabalhos escolares do Ginásio Maringá, com algumas ressalvas:

Esteve aqui o Irmão provincial dos Maristas, como já escrevi a V. Excia. Agora, em Curitiba, recebi por intermédio do Vice-Provincial uma carta em que diz aceitar o colégio, apenas acertadas algumas condições. Aceitei todas, exceto uma: comecem o colégio só com o primário e 1ª série. Como se trata de um Colégio já existente, com o funcionamento normal de todo o ginásio, não fica bem dispensarmos esses alunos, enviando ao Colégio Estadual. Aliás, os pais estão contentíssimos e esperançosos com a vinda dos Maristas, e não saberiam compreender essa dispensa dos alunos. Espero que o Irmão Provincial entenda a nossa

situação, e assim teremos o colégio já garantido no próximo ano (COELHO, 1957c).

O excerto acima evidencia a preocupação da autoridade da Diocese de Maringá em dar continuidade às atividades do Ginásio Maringá e em não dispensar os alunos. Se os Irmãos Maristas não aceitassem o trabalho educativo do Ginásio Maringá e tampouco outra congregação, não se poderia prever o que aconteceria com essa escola. O bispo destacou, ainda, que os alunos iriam para uma instituição estadual, demonstrando a falta de condições da Diocese de manter as atividades. Ficou evidente a preocupação da Igreja Católica, naquele momento, representada na pessoa do bispo, em perder a administração daquela instituição.

O Bispo Dom Jaime Luiz Coelho, no final de 1957, fez o relatório da Diocese para a Nunciatura Apostólica. Datado do período de 24 de março a 12 de novembro de 1957, o documento de sete páginas relata a situação geral da Diocese: situação religiosa, situação do clero, seminaristas, comunidade japonesa e situação das paróquias. No mesmo relatório, apresenta a passagem do Ginásio Maringá à Congregação Marista:

[...] O Revmo superior Provincial dos Maristas, Irmão João de Deus, estudou todas as condições e a situação local, aceitou a direção do GINÁSIO MARINGÁ, de propriedade da Mitra Diocesana, para cuja aquisição dispendeu a mesma quantia de Cr\$ 700. 000,00. O terreno, de quase um alqueire, e o prédio existente, de propriedade da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, serão doados à Congregação Marista, bem como o direito da Mitra sobre o Colégio. Consideradas as causas excepcionais dessa fundação, depois de ouvir os consultores Diocesanos, assim se resolveu, visto ser o modo mais prático para solucionar o grave problema do ensino, e também facilitar a aceitação do Colégio por parte da Congregação Marista. Ficou a mesma com o encargo de pagar à Companhia a quantia de Cr\$ 1. 000. 000,00 (Hum milhão de cruzeiros), pelo prédio que foi construído às expensas da mesma Companhia (COELHO, 1957d).

O Ginásio Maringá, assim, adquirido pela Congregação Marista, conforme escritura, (ANEXO P), recebeu a doação do terreno e também todos os direitos da Mitra Diocesana sobre a instituição. O negócio foi fechado mediante o pagamento de Cr\$ 1.000,000,00, valor gasto na construção pela Companhia.

O acordo entre as partes ficou registrado numa correspondência enviada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, em 09 de dezembro de 1957, à mantenedora dos Irmãos Maristas, União Brasileira de Educação e Ensino, com localização no município de São Paulo (ANEXO Q):

[...] Acontece, entretanto, que, de acordo com nossa carta de 02 de outubro de 1957 endereçada a D. Jaime Luiz Coelho, afirmamos que a Companhia fará a doação da referida quadra, mas deseja receber a importância que empregou na construção do Ginásio, no valor aproximado de 1.000.000,00. Sugerimos que o pagamento poderia ser feito em 60 prestações mensais, acrescidas de juros à taxa de 8% ao ano (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1957).

Os Irmãos Maristas, ao examinar o prédio do Ginásio Maringá, solicitaram mais espaço, ou seja, as quadras no entorno da construção, alegando que, sem campo de futebol e sem quadras esportivas para recreação dos alunos, a instituição não funcionaria.

De acordo com um documento localizado na secretaria da escola que versa sobre a negociação do prédio, João de Deus disse que não aceitaria o prédio somente com aquele espaço. O presidente da colonizadora perguntou quanto ele desejava, e João de Deus respondeu que precisaria da quadra inteira. Portanto, a negociação foi fechada com o acordo de ser pago mais Cr\$ 1.000,000,00 cruzeiros pela aquisição da quadra inteira em que estava construído o Ginásio Maringá. A compra do Ginásio Maringá resultou no total de Cr\$ 2.000,000,00 cruzeiros (ELIAS, [1994?]). Assim, com a aquisição de todo o quarteirão, além da construção de outros prédios, algumas quadras esportivas foram instaladas (ALTOÉ; REWCKI, 1969).

No dia 5 de dezembro de 1957, o diretor do Ginásio Maringá enviou correspondência aos pais dos alunos, comunicando que no dia 9 de dezembro do mesmo ano, passaria a direção do Ginásio Maringá e cursos anexos à Congregação dos Irmãos Maristas (ANEXO R):

Ao mesmo tempo em que agradeço de público a confiança dos Srs. pais matriculando seus filhos nos diversos cursos que o Ginásio mantém, quero dizer-vos da satisfação que sinto em poder entregar a direção deste ginásio aos Revmos Ir. Maristas, cuja atuação no campo educacional é sobejamente conhecida. Se

meu trabalho, apoiado na solidariedade incondicional dos Superiores e Professores, foi proveitoso para os alunos, podemos ter certeza dos grandes triunfos para o futuro, com os Ir. Maristas (ALTOÉ, 1957).

Padre Cleto Altoé destacou, também, que todos os cursos funcionavam da mesma forma em 1958, ressaltando datas e valores correspondentes a cada uma das séries e segmento por anuidade:

	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
Primário	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.500,00
Ginásio	3.500,00	3.500,00	4.000,00	4.000,00
Curso de Comércio	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00

Quadro 17 - Valores das mensalidades (anuidade) do Ginásio Maringá (1957)

Fonte: Altoé (1957)

No ano de 1958, o preço do dólar variava em torno de Us\$ 3,20 (ALVIM;FEU, 2003). A partir dessa informação, percebe-se que a anuidade das duas primeiras séries do ginásio correspondia a Us\$ 1.093,75, equivalente a Us\$91,14 ao mês. Tomando-se como base o preço do dólar a 1,70, média na atualidade, e o valor cobrado no Ensino Fundamental no Colégio Marista de Maringá, R\$520,00, no ano 2011, conclui-se que a mensalidade atual corresponde a Us\$302,88, ou seja, aproximadamente três vezes mais do que na época. Outra comparação interessante que se pode fazer diz respeito ao salário mínimo. No ano de 1958, o valor do salário mínimo correspondia a Cr\$ 3.800,00, (SÉRIE..., 2009), valor correspondente a partir do mês de agosto 1956 ao mês de dezembro de 1958. Esses números demonstram que a anuidade, nos dois primeiros anos do ginásio, não chegava a um salário mínimo (0,92). Considerando, da mesma forma, a anuidade de R\$6.240,00 e o valor do salário mínimo na atualidade de R\$540,00, aproximadamente, pode-se concluir que a anuidade, hoje, no mesmo segmento, corresponde a 11,55 salários mínimos.

Em correspondência do dia 9 de dezembro de 1957, Padre Cleto Altoé esclarece a situação da Escola Técnica do Comércio de Maringá:

Para tirar dúvidas e desmentir versões malévolas, comunicamos que a Escola Técnica de Comércio de Maringá, está devidamente registrada no Ministério da Educação e Cultura e está autorizada a funcionar desde 1954. Pela portaria número 48, de 05/03/54 foi determinada a inspeção prévia e em 13/09/1954, pela portaria número 233, da D.E.C, foi autorizada a funcionar. Já formou duas turmas de contadores, cujos diplomas estão no Ministério para o devido registro (ALTOÉ, 1957).

Em dezembro de 1957, chegavam ao município de Maringá os Irmãos Maristas, a fim de trabalhar com os segmentos do ensino primário e ginásial. No ano subsequente, os meios de comunicação divulgaram a presença da Congregação Marista no município de Maringá e nas atividades do Ginásio Maringá (ELIAS, [1994?]). Nesse ano, o número de alunos matriculados na instituição foi de 156 alunos (Quadro 18):

Série/turma	Sexo masc.	Sexo fem.	Total de alunos
1ª série A	48	00	48
1ª série B	49	00	49
1ª série C	00	17	17
2ª série A	26	00	26
3ª série A	16	00	16
Total			156

Quadro 18 - Turmas do Ginásio Maringá (1958)

Fonte: Ginásio Maringá (1970b)

Ao iniciar os trabalhos no Ginásio Maringá, os irmãos enfrentaram dificuldades financeiras para manter a instituição. O vereador Primo Monteschio elaborou o anteprojeto de Lei 155-58, em que a Câmara Municipal, conforme Ata de 29 de agosto de 1958, ajudaria o Ginásio Maringá, com o valor de

Cr\$100.000,00, (ANEXO S), baseado no Artigo 20, da Constituição Federal⁶ (MARINGÁ, 1958b).

O anteprojeto⁷ de Lei 105-58, posto em votação e aprovado em primeira discussão por unanimidade, propunha a verba destinada ao Ginásio Maringá, com o objetivo de auxiliar na manutenção de alunos que não podiam pagar o ensino secundário, fato divulgado no Diário Oficial, em 13 de setembro de 1958 (MARINGÁ, 1958b):

[...] O Ginásio atualmente conta com 15 alunos que recebem ensinamentos gratuitos e outro que gozam de abatimento de 50% cinquenta por cento em suas anuidades. [...] se assim o fiz, não fiz somente baseado no que acabei de expor, como também sabemos que todas as iniciativas tomadas em Maringá, lutam com enormes dificuldades financeiras, daí a razão de haver tomado a liberdade de levar a proposição a consideração de meus ilustres pares desta casa, na certeza de ser a mesma acatada por todos vós (MARINGÁ, 1958b, f. 159).

Os vereadores também destacaram que a verba não só beneficiaria a instituição de ensino secundário como os próprios alunos carentes (MARINGÁ, 1958b). Assim, foi aprovada, pela Prefeitura Municipal, a Lei n. 105, de 1958, (MARINGÁ, 1958):

⁶ De acordo com a Constituição de 1946, Art. 20 - Quando a arrecadação estadual de impostos, salvo a do imposto de exportação, exceder, em Município que não seja o da Capital, o total das rendas locais de qualquer natureza, o Estado dar-lhe-á anualmente trinta por cento do excesso arrecadado (BRASIL, 1946).

⁷ Maurício Donaldo Girardello, vereador no período, congratulou-se com o autor do projeto, alegando que foi aluno do Colégio Marista e considerava-os grandes educadores. Por sua vez, Miravan Barlavento Salles, também vereador, destacou que o educandário necessitava de auxílio financeiro: “O ginásio dos Maristas vem prestando à sociedade real valor e seus ensinamentos são ministrados com maestria” (MARINGÁ, 1958b, f. 160).

Prefeitura Municipal de Maringá

LEI N.º 105-58

DATA: 13 de Sbro. de 1958

SUMULA: Autoriza a dispender a importância de .. Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) como auxílio ao Ginásio Marista, de Maringá.

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica o Sr. Prefeito Municipal Autorizado a dispender a importância de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) de uma só vez como auxílio ao Ginásio Marista de Maringá.

Art. 2.º — A verba mencionada no artigo anterior

correrá por conta do Artigo 20 da Constituição Federal, crédito êsse que o município tem com o Estado do Paraná.

Art. 3.º — Para gozar do auxílio que menciona dita lei, ficará o Ginásio na obrigação de manter 15 alunos gratuitamente, desde que seja comprovados a impossibilidade de seus proenitores em mantê-los no referido educandário.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edif. da Prefeitura Municipal de Maringá, 23 de Sbro. de 58

Américo Dias Ferraz

Prefeito Municipal.

Figura 10 - Lei no 105/58, de 13 de setembro de 1958

Fonte: Maringá (1958)

Em 1958, o Ginásio Maringá possuía 156 alunos matriculados no ensino ginásial (GINÁSIO MARINGÁ, 1970). Destes, 15 alunos recebiam auxílio financeiro da prefeitura, na forma de bolsa social, número que correspondia a 10% das vagas existentes na instituição. O Regimento Interno do Ginásio Maringá apresenta no Título XI, Artigo 111, referente às disposições gerais e transitórias (ANEXO T):

O ginásio só poderá solicitar dos bolsistas a parte da anuidade correspondente ao valor da bolsa de estudo, no final do ano letivo, antes do início dos exames finais, e desde que a bolsa ainda não tenha sido paga no todo ou em parte, compromete a devolver integralmente a parcela recebida, assim que for efetuado o pagamento (GINÁSIO MARINGÁ, 1962, f. 22).

Desde sua implantação em 1952 até 1958, o Ginásio Maringá passou por várias direções. Maria Cecília Martins de Oliveira afirma que as escolas fundadas por leigos, no início da ocupação do Paraná, não tiveram muita duração, prevalecendo as criadas por religiosos e que se tornaram tradição em grandes municípios como Curitiba, Ponta Grossa, entre outras (OLIVEIRA, 2006), semelhantemente ao que ocorreu com a instituição pesquisada neste trabalho, que passou por diversas direções nos primeiros anos de funcionamento, mas que se consolidou após a aquisição pela instituição confessional.



Figura 11 - Alunos do Ginásio Maringá – 1ª comunhão - década de 1960 -
Fonte: Família Tozzo⁸

⁸ Gomercindo Antonio Tozzo é do Rio Grande do Sul. Mudou-se para o município de Maringá em 1953. Teve seis filhos, dos quais três estudaram na década de 1950 e 1960 no Ginásio Maringá: Iselso José Tozzo, Idarci Antonio Tozzo e Arquimedes Tozzo. Pai e filhos são empresários na cidade de Maringá e formam o grupo comercial TOZZO Maringá.

Após 1958, o Ginásio Maringá aumentou o número de matrículas e, nos anos subsequentes, foi necessário que a Congregação ampliasse o espaço físico da instituição para atender à clientela, filhos das famílias de elite da cidade maringaense (GINÁSIO MARINGÁ, [1960?]).

4.2 ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DO GINÁSIO MARINGÁ

Nesta seção, faremos a abordagem acerca da forma de organização pedagógica da instituição em análise, e, por consequência, se pode compreender o contexto educacional estadual e federal da década de 1950, do segmento secundário, bem como a consolidação da instituição na sociedade maringaense. Para tanto, serão analisados o segmento ginásial ou secundário, exames de admissão, exames de adaptação, a educação feminina, professores e espaço físico do Ginásio Maringá.

4.2.1 Curso Ginásial

A palavra Ginásio, na década de 1950, designava o segmento educacional após o ensino primário, constituído da primeira à quarta série, correspondente à atual nomenclatura brasileira do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental. Na atualidade, o termo ginásio é utilizado em contextos como quando se oferece espaço destinado à prática de atividades esportivas, referindo-se ao estádio poliesportivo (ROCHA; PIRES, 2001).

O ensino ginásial, na época da instalação do Ginásio Maringá, era denominado ensino secundário:

Literalmente, a expressão ensino secundário designa um grau ou nível do processo educativo e, desta forma, teria ela o mesmo significado de ensino médio, de segundo grau ou pós-primário. Educação secundária significaria a fase do processo educativo que corresponde à adolescência, ou que se superpõe à educação primária ou elementar; seria a educação do adolescente, assim como a educação primária é da criança (SILVA, 1969, p. 19).

O ensino primário, no Paraná, desde sua emancipação, em 1853, possuía situação precária. O ensino secundário praticamente não existia, e o mínimo existente na capital de Curitiba buscava atender à demanda local e do interior da Província. No referido período, muitas escolas privadas de ensino secundário funcionaram como internato, acolhendo alunos do interior (ANDREAZZA; TRINDADE, 2001). Maringá, por sua vez, no início de sua ocupação, não oferecia infraestrutura à população que correspondesse ao sistema de internato.

No período da instalação do Ginásio Maringá, as escolas possuíam dois níveis no processo de educação escolar: primário e secundário, termos utilizados na França desde o tempo da Revolução Francesa, a partir do primeiro ato de Napoleão Bonaparte (1769-1821), Lei de 1.802. Nela, as escolas foram divididas em primárias, secundárias e escolas superiores especiais. Essa Lei tinha como objetivo principal organizar o ensino que veio a ser denominado de ensino secundário:

A retomada, nessa lei de 1802, da designação escola secundária, criada por Condorcet, é função ainda da idéia de graduação do processo educativo, ou seja, da ideia de sistema em seu aspecto pedagógico. Essa designação se referia às escolas do nível de educação pós-primário. Mas, de maior significado, era a definição, dada a essas escolas, em termos de conteúdo de ensino ou currículo a ser ministrado, ou seja, 'língua latina e francesa, os primeiros princípios da geografia, a história e as matemáticas, nas palavras da lei' (SILVA, 1969, p. 126).

No Brasil, em 1942, com a Lei Orgânica do ensino secundário, Decreto-lei 4.244, de 09 de abril de 1942, organizada por Gustavo Capanema, foi elaborado o curso secundário, composto de um primeiro ciclo, com quatro séries e denominado ginásial; e de um segundo ciclo, composto pelo curso clássico ou científico de três séries (BRASIL, 1942).

Referente à relação do ensino secundário com as outras modalidades de ensino, no Cap. IV, Art. 9, da Lei Orgânica, consta que todo o ensino secundário

deveria manter ligação com as outras modalidades. O curso ginásial, assim, estaria articulado ao ensino primário, de tal modo que, de um para o outro, o aluno conseguisse progressão. Consta, também, que o curso ginásial estaria vinculado aos cursos de segundo ciclo, de forma que os alunos tivessem condições de acompanhá-los (BRASIL, 1942).

A Lei Orgânica de 1942 manteve o sistema dualista de ensino até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1961. Neste contexto, o período pesquisado neste trabalho, 1953 a 1963, corresponde ao período no qual a Lei Orgânica de 1942 sustentava o ensino brasileiro do segmento secundário, destinado à formação das elites, clientela encaminhada ao ensino superior às posições mais privilegiadas da sociedade. O Ginásio Maringá foi instituído na década de 1950 para formar a elite da sociedade maringaense, pois somente quem tinha condições financeiras podia enviar seus filhos a essa escola.

No município, com apenas cinco anos de fundação, era uma minoria a se beneficiar com a criação da primeira escola de ensino secundário, a primeira instituição ginásial maringaense, mas pertencente à rede privada de ensino, ou seja, o foco estava na elite e não na educação do povo.

Na realidade, os alunos favorecidos com a criação do Ginásio teriam a possibilidade de estudar o segmento ginásial no mesmo município, sem precisar se deslocar para outra região e se preparar para o ingresso no Ensino Superior, o que lhes possibilitaria a oportunidade de serem profissionais e futuros líderes da cidade de Maringá.

A relação dos primeiros alunos que estudaram no Ginásio Maringá, na década de 1950, evidencia a ideia anterior. Após levantamento do sobrenome dos alunos, por meio do livro-ata, com resultados finais de 1952 a 1970 (GINÁSIO MARINGÁ, 1970a), foram analisadas as profissões desses alunos. Primeiramente, consultou-se um jornalista, Jorge Fregadoli⁹, de quem foi obtida a informação de que alguns alunos são parte integrante da sociedade maringaense e respectivas profissões (FREGADOLLI, 2010). Outro passo seguido foi a busca de outros sobrenomes, averiguados por meio da lista telefônica da cidade e região, na qual se evidenciou a informação dada pelo jornalista de que muitos dos

⁹ Jornalista na cidade de Maringá. É editor e diretor da Revista Tradição, Maringá.

alunos, após a faculdade, retornaram à cidade e atuaram ou ainda atuam em diversas áreas do setor comercial maringaense.

Nos quadros a seguir, das turmas de 1952 a 1958, foram levantadas as seguintes profissões:

Ano de 1952:

Alunos	Série que cursou	Formação
Ademar Schiavoni	1ª série A	Radialista e empresário
José Manuel Ribeiro	1ª série A	Empresário
Osmar D'Agostini	1ª série A	Comerciante
Altamir Vinheski	1ª série B	Empresário
Amancio José Rodrigues	1ª série B	Direito
Benivaldo R. Ferreira	1ª série B	Direito
Carlos Alberto Borges	1ª série B	Administrador de empresas
Oswaldo Rodrigues Truite	1ª série B	Médico
Akiko Nogano	1ª série C	Direito
Antonio Bortolotto	3ª Série A	Direito

Quadro 19 - Formação dos alunos do Ginásio Maringá (1952)

Fonte: Fregadolli (2010)

Ano de 1953:

Alunos	Série que cursou	Formação
Iselso José Tozzo	3ª série – turma única	Empresário
Luciano João Teixeira	3ª série – turma única	Direito
Arlindo Peralta	2ª série B	Empresário
João Sakay	2ª série B	Odontologia

Cont.

Idelfonso Nogueira dos Santos	2ª série B	Empresário
José Fuentes Romero	1ª série B	Empresário
Irivaldo Joaquim de Souza	1ª série C	Direito

Quadro 20 - Formação dos alunos do Ginásio Maringá (1953)

Fonte: Fregadolli, 2010.

Ano de 1954:

Alunos	Série que cursou	Formação
Antonio Hilário Alves	1ª série– turma mista	Empresário
Luiz Carlos Bulla	1ª série– turma mista	Empresário

Quadro 21 - Formação dos alunos do Ginásio Maringá (1954)

Fonte: Fregadolli, 2010

Ano de 1955:

Alunos	Série que cursou	Formação
Devair Pagani	1ª série A	Empresário
Dirceu Pagani	1ª série A	Direito
Devanir Braz Palma	1ª série B	Empresário
Devanir Mariani	1ª série B	Empresário
Idalci Antonio Tozzo	1ª série B	Empresário
Paulo Erasmo Campos	1ª série B	Empresário
Vanderlei de Almeida Cezar	1ª série C	Odontologia
Elisa Germani	2ª série A	Empresária
Franchim Vieira da Silva	2ª série A	Empresário
Itiró Nihyama	2ª série B	Empresária
Tutomu Hirose	2ª série B	Direito

Quadro 22 - Formação dos alunos do Ginásio Maringá (1955)

Fonte: Fregadolli, 2010

Ano de 1956:

Alunos	Série que cursou	Formação
Dario Nogueira de Campos	1ª série A	Direito
Nilson Rossi	1ª série B	Empresário
Osmar Margarido dos Santos	1ª série B	Direito
Ivanildo Calvo	1ª série C	Empresário
João Baptista Alves	3ª série – turma única	Empresário

Quadro 23 - Formação dos alunos do Ginásio Maringá (1956)

Fonte: Fregadolli, 2010

Ano de 1957:

Alunos	Série que cursou	Formação
Nelson Meneguetti	1ª série B	Empresário
Wanderlei Planas	3ª série A	Empresário
João Batista Leonardo	4ª série A	Médico

Quadro 24 - Formação dos alunos do Ginásio Maringá (1957)

Fonte: Fregadolli, 2010

Ano de 1958:

Alunos	Série que cursou	Formação
Dirceu Pagani	1ª série A	Direito
Helio Fernandes Dias	1ª série A	Administrador de empresas
Léo Sérgio Ruggeri	1ª série B	Empresário

Quadro 25 - Formação dos alunos do Ginásio Maringá (1958)

Fonte: Fregadolli, 2010

Foi constatado que alunos de famílias com situação financeira estável recorreram a outras cidades para buscar o Ensino Superior, visto que, nesse período, a cidade ainda não possuía tal nível de educação. A primeira Universidade de Maringá surgiu em 1960: Faculdade de Ciências Econômicas (ROBLES, 2007).



Figura 12 –Alunos do Ginásio Maringá – final da década de 1960
 Fonte: Arquivo pessoal da família Tozzo

Esquerda para direita – em pé:

NOMES	PROFISSÕES
Luiz Carlos Vargas	Médico
Edson Klokner (<i>in Memoriam</i>)	Engenheiro civil
Monqueiro	Empresário
Arquimedes Tozzo	Economista e empresário
Walter Seixas Marin	Médico
Sérgio Visoni Vargas	Médico

Agachados:

NOMES	PROFISSÕES
Josmar José dos Santos	Administrador de empresas
Herdites	Empresário
Paiva	Pecuarista
Valdecir Palacani (<i>in memorian</i>)	Economista
Adelino Pelissari	Empresário

A maioria dos alunos mencionados nesse item do trabalho cursou faculdade em outra região, porém retornaram a Maringá para desenvolver a vida profissional e social. O ensino ministrado pelo Ginásio Maringá, na década de 1950, portanto, foi essencial ao futuro dos jovens que se destacaram na sociedade maringaense.

4.2.2 Exames de Admissão

É necessário investigar as ações que se passam nas escolas para que possamos analisá-las detalhadamente e, dessa forma, entender a cultura escolar do período. Entretanto, ao recorrermos às fontes disponíveis tais como atas, relatórios de inspetores e documentos das escolas, os alunos aparecem como dados estatísticos, ou seja, como objeto da escola e não como sujeito de uma história.

Há a necessidade de se recorrer a outras fontes que recuperem dados da realidade social e cultural das instituições escolares. Entre essas fontes, mais do que pelas provas, é por meio dos exames que a instituição deixa claro o que os alunos precisam mostrar para receber o certificado de conclusão de curso. No caso de exame de admissão, que tipo de candidatos poderiam ser recebidos como alunos (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO, 2001).

Todo tipo de exame tem como objetivo verificar conhecimentos de um determinado sujeito, o que lhe dará sua classificação. Os estudos dos exames, por isso, podem ser delineados como instrumentos úteis e necessários para se estudar a história de um currículo.

Para se efetuar a matrícula no Ginásio Maringá, na década de 1950, era necessário passar no exame de admissão, promovido em todos os ginásios do país, fato que ocorreu durante quarenta anos do período da história brasileira, entre o período de 1931 a 1971 (SILVA, 1969). A aprovação no exame de admissão era algo marcante para os alunos, como também para as famílias, porque a admissão representava o ingresso de alunos do curso primário, entre 10 a 13 anos, no ginásio, objeto de desejo da classe média em ascensão.

Para a efetivação da matrícula no primeiro ciclo, ou seja, no ensino ginásial, a Lei Orgânica de 1942, na Seção Cinco, determinava que o aluno também deveria apresentar documento comprovando que não possuía nenhuma doença contagiosa e o atestado de vacinação. Já, o Artigo 32, dessa mesma Lei, ressaltava que o aluno deveria possuir menos de 11 anos ou completa-los até 30 de junho; ter concluído satisfatoriamente o ensino primário; e também que o aluno deveria apresentar aptidão intelectual para ingressar no ensino secundário (BRASIL, 1942). Todas essas questões também constavam no Regimento Interno do Ginásio Maringá e, para a admissão no ensino secundário, era exigido do candidato, entre outras questões, conforme Título IV, Cap. I, Artigo 31:

b) Provas regulamentares de sanidade física e mental, imunização anti-varíola, devendo ser feita, ainda, exigência de quaisquer outras provas, sempre que as autoridades sanitárias competentes as julguem necessárias; c) Certificado de conclusão de curso primário ou estado idôneo de haver recebido satisfatória instrução primária (GINÁSIO MARINGÁ, 1962, f. 6).

Quanto ao Item b, indicado acima, constatou-se que os alunos do Ginásio Maringá efetivaram tal procedimento, conforme atestados do aluno Nilson Rossi¹⁰

¹⁰ Nilson Rossi chegou à Maringá em 1954. Após estudar no Ginásio Maringá, fez o curso Técnico em Administração e tornou-se agropecuarista, função em que atuou até 1988, ano de seu falecimento. Teve três filhos e seu nome atribuído a uma rua do Bairro Moradias Atenas - Zona 19, Maringá – Pr, denominada Pioneiro Nilson Rossi.

(ANEXOS U,V,W), que cursou o primeiro ano do ensino secundário, em 1956 (GINÁSIO MARINGÁ, 1967).

Na Lei Orgânica destacava que os exames poderiam ser feitos em duas épocas, em fevereiro e em dezembro, e o candidato reprovado na primeira época poderia fazer o exame na segunda época, entretanto não poderia fazer o mesmo exame em outro estabelecimento de ensino (BRASIL, 1942).

De acordo com as atas do Exame de Admissão do Ginásio Maringá, as disciplinas avaliadas no exame de admissão, na década de 1950, eram: Português, Aritmética, Geografia e História, compostas de prova oral e escrita. Para obter o resultado de cada candidato, somava-se a nota das duas avaliações de cada disciplina (oral e escrita); e, no final, somavam-se as médias de cada disciplina e dividiam-nas por quatro, quantidade de matérias avaliadas (GINÁSIO MARINGÁ, 1954).

Nas provas dos exames de admissão, eram cobrados os seguintes conteúdos:

Português	Além da redação, o estudo das classes de palavras bem como a estrutura geral da oração.
Matemática	Cálculo elementar aritmético, morfologia geométrica essencial às aplicações desse cálculo e as unidades de uso mais comuns do sistema métrico brasileiro.
Geografia	Era enfatizada a geografia do Brasil que se limitava aos conhecimentos elementares de geografia física e política.
História	Era cobrada a história do Brasil de forma a permitir que fosse dado destaque aos fatos fundamentais e aos grandes fatos de nossa história.

Quadro 26 - Conteúdos cobrados no exame de admissão

Fonte: Silva (1969)

A primeira prova de exame de admissão era a de Português e, caso o aluno não atingisse a média, já era eliminado. Deveria ocorrer uma prova escrita, eliminatória, e oral de português. O aluno que tivesse alcançado, na prova escrita,

nota igual ou superior a cinco, era considerando habilitado para continuar os exames (LAMB, 2004).

No exame de admissão, exigia-se do candidato, na prova de Português, que escrevesse uma redação, para a qual os alunos dispunham de 90 minutos. O exame de admissão ESCRITO, de carácter eliminatório, tinha maior importância, pois permitiria analisar a preparação dos alunos para o ensino secundário. Nesse período, havia grande preocupação com o ensino da língua materna, por isso, na prova escrita de português, cobravam-se ortografia, pontuação e caligrafia. Também era aplicado um ditado de 15 linhas, a partir de um texto de autor brasileiro (LAMB, 2004). O ditado era de carácter seletivo, e a redação não poderia ser apenas uma reprodução decorada, devendo o inspetor escolher, no momento, a gravura a ser descrita, sem o conhecimento prévio dos alunos.

Os exames para o curso de admissão, para os primeiros alunos do Ginásio Maringá, iniciaram no término de 1951 e foram realizados no Grupo Escolar do Maringá Novo, dirigido pela professora e diretora Odete Alcântara Rosa (SANTOS, 1952b).

Os primeiros exames de admissão de primeira época, no Ginásio Maringá, foram realizados em dezembro de 1951, nos dias 26, 27 e 28, e foram designados aos alunos da primeira série ginásial, com a presença do Inspetor Geral, Dr. Armelindo Tassitano, e os membros da comissão organizadora, constituída pelos professores Anthero Alfredo Chaves Santos, Lúcio W. de Souza Campos e Amélia Mafalda M. Santos, presidente da Comissão organizadora (GINÁSIO MARINGÁ, 1952a).

Na primeira época dos exames, participaram 50 alunos; um grupo misto, composto de 15 alunas e 35 alunos. Desse grupo, apenas um aluno reprovou, não fazendo todas as provas, constando apenas nota de português escrita, com valor 4,0, e aritmética escrita, com valor 7,5. Considerando que a média final para aprovação no exame de admissão era 5,0, a maior média desse grupo foi 9,4 e a menor foi 5,6 (GINÁSIO MARINGÁ, 1952b).

A segunda época foi realizada em fevereiro de 1952, entre os dias 25, 27 e 28, com a mesma comissão da primeira época. Participaram das provas 78

alunos, sendo um grupo misto, composto por 13 alunas e 65 alunos. A maior média foi 9,6 e a menor, 5,7 (GINÁSIO MARINGÁ, 1952c).

De acordo com os resultados dos exames analisados, no período correspondente a 1952 a 1968, a reprova dos alunos foi mínima; e, em muitas etapas, não houve reprovação, mesmo porque, quando o aluno não se saía bem em uma disciplina, ele conseguia recuperar a média em outra. Esse baixo índice de reprova pode indicar que os alunos eram bem preparados para esse tipo de exame (GINÁSIO MARINGÁ, 1968).

O exame de admissão ao ensino secundário deixou marcas na história da educação brasileira e em muitos alunos desse período, porque, por muitas décadas, foi muito mais que uma linha divisória entre a escola primária e a secundária; aos estudantes, trouxe uma carga de sentimentos e emoções conflitantes para os adolescentes ainda despreparados para enfrentar situações de frustração (SILVA, 1969).

É necessário levar em consideração que os exames eram feitos por adolescentes de 10 a 13 anos, e que a reprova resultaria, algumas vezes, numa grande frustração nessa faixa etária, principalmente por ser uma prova escrita e uma oral (com tema sorteado na hora). Some-se a isso o fato de que os alunos ficavam diante de uma banca examinadora, composta pelos professores do estabelecimento.

A expectativa dos alunos diante do resultado do exame de admissão era grande, apreensão que demonstra o quanto esse sistema era seletivo, pois era o que garantia o ingresso daqueles que tiveram um ensino primário eficiente, e que, muitas vezes, puderam pagar aulas particulares para se preparar. O Regimento Interno do Ginásio Maringá destaca os seguintes termos: [...] “os candidatos serão classificados para efeito de preferência de matrícula, de acordo com a média global obtida” (GINÁSIO MARINGÁ, 1962, f. 7).

Ressalta-se, também, que os alunos aprovados deveriam ter condições de dedicar quatro anos exclusivamente aos estudos. O que implicava em maiores dificuldades para alunos de baixa renda frequentar o Ginásio Maringá.

A seletividade ficou evidente no Regimento Interno, Título IV, Cap. I, Art.35, Alínea 1: “A direção do colégio poderá reservar o direito de dar a preferência de

matrícula aos alunos que seguiram o curso de admissão no [sic!] Ginásio” (GINÁSIO MARINGÁ, 1962, f. 7).

4.2.3 A educação feminina

A divisão de classes entre meninos e meninas nas instituições escolares estava marcada desde a construção dos prédios, como os de São Paulo em grupos escolares no período de 1890 a 1920:

São edifícios quase sempre térreos, divididos em duas alas, uma para meninos e outra para meninas, conforme exigia o regimento dos grupos escolares, com entradas independentes e muros que se prolongam até o fundo do lote, separando também os recreios. Nas escolas de dois andares, muitas delas, projetadas até 1902, localizadas na capital e nas mais expressivas cidades do interior, a divisão dos alunos por sexo é feita por pavimentos (BUFFA; PINTO, 2002, p. 27).

Desde o final do século XIX, no Estado do Paraná, foram criadas escolas para o sexo feminino como os colégios de Mme. Mariete, Mme Taulois ou Mrs. Brand, que disputavam a clientela do colégio Nossa Senhora da Glória ou do Externato Santa Tereza, que anunciavam a predileção na educação das jovens paranaenses, na virada do século (ANDREAZZA; TRINDADE, 2001).

A chegada a Curitiba do primeiro Bispo, em 1896, D. José de Camargo Barros, contribuiu para a ampliação das instituições religiosas, pois houve incentivo para a vinda de várias congregações, de diversas nacionalidades, com o intuito de atender à população local e também às colônias de imigrantes. No final do século XIX, chegaram a congregação de religiosas francesas dos Santos Anjos e de São José de Chambéry, a fim de atender à educação das filhas da elite curitibana (GULLA, 2009).

Com relação ao ensino secundário feminino, recomendava-se:

1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina;
2. nos estabelecimentos de ensino secundário

freqüentados por homens e mulheres, será a educação destas ministradas em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e com especial autorização do Ministério da Educação; 3. incluir-se-á, em todas as séries dos cursos ginasial, clássico e científico, e será ministrado com os convenientes desenvolvimentos, o ensino de economia doméstica; 4. a orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar (BRASIL, 1942, p. 183).

O Ginásio Maringá iniciou com a co-educação, então criticada pelos católicos conservadores, porque consideravam que a educação feminina deveria ser inferior à do homem. A educação mista, igualitária, colocaria em risco a estabilidade moral e social, conforme doutrina do Papa Pio XI, desde 1927:

Nesse sentido, dentro dos princípios da Igreja, a convivência entre indivíduos de gêneros distintos era aceita somente para os fins de procriação, e, nesse sentido, a co-educação era prejudicial à criança e, principalmente, ao jovem, porque a fragilidade “natural” do ser humano poderia levá-lo a transgredir os princípios morais. Ao nascer em pecado, o homem estava fadado à fraqueza da vontade e, por isso, predisposto ao vício, aos maus costumes. O papel da Igreja, e também da escola, deveria ser o de impedir que os cristãos ficassem suscetíveis ao pecado. A proximidade com alguém do sexo oposto era um perigo a ser evitado. Os sistemas de educação moderna precisavam ser veementemente combatidos e, nesse sentido, a figura do educador como símbolo da autoridade precisava continuar tendo legitimidade. Entre os discentes, os jovens, caracterizados como inexperientes e volúveis, eram os que necessitavam de maior vigilância e atenção (CECATTO, 2008, p. 38).

Ao analisar as sete primeiras turmas do Ginásio Maringá (Quadro 7), em 1952, constata-se que, do total de 176 alunos, 25 % eram do sexo feminino. De três turmas do 1º ano, duas eram formadas somente por meninos, totalizando quase cinquenta alunos em cada turma (GINÁSIO MARINGÁ, 1970b).

A média era de 20% a 30% de matrículas femininas até as turmas de 1955, pois, em 1956, conforme citado anteriormente, o Colégio Santa Cruz passou a oferecer o ensino ginasial, acarretando ainda mais a diminuição do percentual feminino.

Após a abertura do Ginásio Santa Cruz, a sociedade maringaense caracterizou-o como sendo de meninas, por ser dirigido por congregação

feminina; e o Ginásio Maringá, como dos meninos por pertencer, neste período, à Diocese, ou seja, aos Padres, e, posteriormente, a uma congregação religiosa masculina. Constatação que pode ser verificada, no quadro de alunos do Ginásio Maringá, a partir de 1956, ano em que ocorreu a redução de matrículas femininas na instituição que se acentuou ainda mais nos anos seguintes. Permaneceu, a despeito disso, a co-educação, ainda que de forma menos expressiva:



Figura 13 - Alunos do Ginásio Maringá – década de 1960

Fonte: Família Surita¹¹

A co-educação se fazia necessária uma vez que meninos e meninas conviviam de modo natural na família, na vizinhança, na igreja, no trabalho e nas diversões. Não havia mais razão para que não o fizessem na escola, onde se encontravam sob o controle de um educador. Outra questão a favor da co-

¹¹ Wilson Saenz Surita chegou a Maringá em 1952. Dos três filhos, dois estudaram no Ginásio Maringá: Carlos e Wilson Surita.

educação é a de que, se a mulher conquistou o direito de participar da vida pública e de nela intervir, não havia razão para que tivesse uma educação separada dos homens. Convinha, ao contrário, que se educasse e convivesse com eles para que pudessem participar igualmente de seus deveres e usufruir dos direitos.

4.2.4 Exames de adaptação

Conforme apresentado no quadro de alunos, o Ginásio Maringá iniciou as atividades escolares com alunos de todas as séries e por ter sido o primeiro da cidade nesse segmento, foi necessário, como em toda instituição escolar, elaborar e aplicar exames de adaptação, conforme Art. 28, do Conselho Estadual de Educação:

A adaptação de estudos é o conjunto de atividades didático-pedagógicas desenvolvidas, sem prejuízo das atividades previstas na proposta pedagógica da escola em que o aluno se matricular, para que este possa seguir o novo currículo (PARANÁ, 2001).

O exame de adaptação é uma prática utilizada até nossos dias, quando são recebidos alunos de outras escolas com grade curricular diferente. O exame permite que o aluno acompanhe as atividades normais da grade curricular da nova instituição. Para elaborar o processo de adaptação, a instituição compara o currículo da instituição da qual o aluno veio, especifica as adaptações a que o aluno estará sujeito, elabora um plano próprio, flexível e adequado a cada caso e, ao final do processo, elabora a ata de resultados e registra no histórico escolar do aluno.

O Ginásio Maringá recebeu alunos de séries diferenciadas, que estudavam em outras instituições da região. Para efetivação da matrícula, fazia-se necessário o exame de adaptação. No arquivo do Colégio Marista de Maringá, foi encontrado um livro-ata dos exames, relatando que, em 31 de maio de 1955, foram realizados exames de adaptação, da segunda série ginásial, da prova de Latim (escrita e oral) da qual participaram nove alunos (Quadro 27):

Alunos
Aníbal Antonio
Antonio Higarashi
Itiro Nishiyama
Manoel de Souza Antunes
Ranulpho Marques
Salvador Garcia
Tetno Nishiyama
Tutomi Hirose
Momara Sakamoto

Quadro 27 - Relação de alunos que fizeram os exames de adaptação: 2ª série (1955) - prova de Latim

Fonte: Ginásio Maringá (1955)

A prova de adaptação oral de latim era ministrada por uma comissão organizadora, formada pelo primeiro examinador, prof. Padre Cleto Altoé; segundo examinador, prof. José Hiran Sallée; e o presidente, o prof. Basílio Martinechen. O documento pesquisado traz a relação de notas dadas pelos examinadores (Quadro 28). A coincidência das notas evidencia o consenso entre os examinadores:

Aluno	1º examinador	2º examinador	Presidente	Média
Aníbal Antonio	6,0	6,0	6,0	6,0
Antonio Higarashi	5,0	5,0	5,0	5,0
Itiro Nishiyama	7,0	7,0	7,0	7,0
Manoel de Souza Antunes	7,0	7,0	7,0	7,0
Ranulpho Marques	10,0	10,0	10,0	10,0
Salvador Garcia	9,0	9,0	9,0	9,0

Cont.

Tetno Nishiyama	8,0	8,0	8,0	8,0
Tutomi Hirose	8,0	8,0	8,0	8,0
Momara Sakamoto	8,0	8,0	8,0	8,0

Quadro 28 - Resultados das notas da prova oral de latim de adaptação: 2ª série (1955) por examinador

Fonte: Ginásio Maringá (1955)

Resultado final das notas de exame de adaptação em 1955:

Aluno	Prova escrita	Prova oral	Média
Aníbal Antonio	7,0	6,0	6,5
Antonio Higarashi	7,0	5,0	6,0
Itiro Nishiyama	9,0	7,0	8,0
Manoel de Souza Antunes	7,0	7,0	7,0
Ranulpho Marques	10,0	10,0	10,0
Salvador Garcia	9,0	9,0	9,0
Tetno Nishiyama	10,0	8,0	9,0
Tutomi Hirose	8,0	8,0	8,0
Momara Sakamoto	8,0	8,0	8,0

Quadro 29 – Notas finais do exame de adaptação de Latim - 1955

Fonte: Ginásio Maringá (1955)

No período da década de 1950, a instituição cumpria com o regulamento desse segmento de ensino, elaborando e aplicando exames de adaptação aos alunos oriundos das diversas instituições.

4.2.5 Professores

A história de qualquer instituição escolar não pode abandonar a pesquisa referente aos professores que nela atuam, bem como sua formação acadêmica. (NOSELLA; BUFFA, 2009). Não podemos deixar de mencionar, portanto, esse aspecto na análise do Ginásio Maringá.

Um professor que fez parte da história dos primórdios da educação maringaense no ensino secundário, principalmente do Ginásio Maringá, foi Geraldo Altoé, hoje com 84 anos, personagem essencial para a localização das fontes primárias e informações preciosas para se concluir esse trabalho.

José Hilário, autor do livro **“Maringá-Jubileu” de Ouro**, reconhece a importância do trabalho realizado pelo referido professor no contexto da educação maringaense e registrada na contra-capa do livro com o qual José Hilário presenteou o professor Geraldo:

[...] O senhor, ilustre mestre, soube como poucos trilhar as veredas dessa obrigação, pisando firmemente em cada pedra do caminho, evitando as areias movediças da vida [...] tateando, informando, educando, realizando. [...] Quem não haverá de se recordar da sua postura nas salas de aula? Quantos doutores, empresários e bons pais de família foram educados por você? A sua lisura, a sua competência, Mestre, haverão de permanecer eternamente na memória maringaense, como um verdadeiro símbolo à educação democrática! Obrigado por tudo que o senhor fez por Maringá (HILÁRIO, 1997).

O professor Geraldo Altoé chegou a Maringá em 1953 e fez parte do corpo docente do Ginásio Maringá, atuando como professor de História e de Latim até 1975. Também trabalhou como secretário da instituição, permanecendo nela por muitos anos, mesmo com as mudanças de direção. Após deixar os trabalhos no Colégio Marista (nomenclatura pela qual a escola já era reconhecida desde 1969), esteve lá por diversas vezes para orientar a secretaria nos trabalhos educativos (MARTINS, 2009).

Em 1955, lecionou no Ginásio Estadual, atual Gastão Vidigal, exercendo o cargo de professor e de vice-diretor. Em 1973, passou a lecionar na Universidade Estadual de Maringá (UEM) e ocupou vários cargos administrativos. Em 2007, escreveu o livro: **O rádio em Maringá - o pioneirismo, o alcance e a bela trajetória do mais ágil meio de comunicação social** (ALTOÉ, 2007).

Reconstituir a história de uma instituição educativa por meio da memória e das lembranças é mostrar o passado e o presente num movimento que reconstrói a identidade e a transforma, sempre pensando num contexto histórico-social, no

qual se desenvolveram suas relações enquanto pessoas que contribuíram para a formação social e educacional daqueles que tiveram acesso à instituição.

De acordo com as lembranças do Professor Geraldo Altoé, todos os anos, em razão do dia do professor, era feito um almoço comemorativo (ALTOÉ, 2009). O professor lembra que os professores eram respeitados pelos alunos e considerados bem rigorosos. Por isso mesmo, sempre recebiam apoio das famílias, o que fortalecia o trabalho dos educadores no referido período. Geraldo Altoé alega que, quando encontra um ex-aluno, a fala é sempre a mesma, ou seja, que ele era muito rígido. Porém, o professor sempre responde aos alunos que eles são grandes profissionais em razão da forma rígida do ensino daquela época (ALTOÉ, 2009).



Figura 14 – Almoço dos professores do Ginásio Maringá- restaurante Rigalle (1957)

Fonte: Arquivo pessoal do professor Geraldo Altoé

Na documentação pesquisada, foi encontrada a relação do corpo docente do Ginásio Maringá e respectivas matérias por eles lecionadas, com o número do registro ou suficiência, obrigatória: “[...] ao exercício do magistério nos estabelecimentos de ensino secundário reconhecido exigir-se-á prévia inscrição, que se fará mediante prova de habilitação, no competente registro do Ministério da Educação” (BRASIL, 1942, p. 192). O Quadro 30, de 19 de maio de 1958, traz

a relação de professores, a matéria lecionada, a data de admissão e o número de registro:

Nome do professor	Matéria	Data	Numero de registro
Irmão Estevão José	Francês	06/11/47	4887-D
Irmão Estevão José	Desenho	05/06/53	4887-D
Irmão Estevão José	Latim	06/11/47	4887-D
Irmão Zenon Elizeu	Português	29/09/47	4438-D
Irmão Zenon Elizeu	Geografia	29/09/47	4438-D
Irmão Zenon Elizeu	Francês	24/11/47	4438-D
Irmão Zenon Elizeu	Canto	16/07/57	2. 283
Paulo Romanchiv (Ir. Marcos)	Matemática	08/03/57	6307-F
Paulo Romanchiv (Ir. Marcos)	Histórias	08/03/57	6307-F
Giampero Monacci	Francês	10/07/56	23. 001-D
Giampero Monacci	Matemática	10/07/56	Suficiência 58
Giampero Monacci	Inglês	10/07/56	Suficiência 58
José Hiran Sallée	Ciência		Suficiência
Heráclito Machado Sandano	Latim		Suficiência
Heráclito Machado Sandano	Matemática		Suficiência
Odete Alcântara Rosa	TR. Manuais	18/03/54	19. 417-D
Rachel Torrente Andrade	Português	19/09/1956	F. V. Universidade de Minas
Dalysbor Gomes de Oliveira	Educação Física	04/03/55	2. 975-D
José Hiran Sallée	Desenho		Suficiência

Quadro 30 – Relação de professores do Ginásio Maringá (1958)

Fonte: Ginásio Maringá (1958b)

Os professores tinham que apresentar atestado de boa conduta para lecionar, fornecido pela delegacia de polícia. Tal procedimento foi utilizado pelo Ginásio Maringá no início de sua fundação (GINÁSIO MARINGÁ, 1962).

Aos professores do Ginásio Maringá, dentre as várias atribuições, o Regimento Interno destaca no Título VI, Seção I, Artigo 73:

Colaborar na formação moral e cívica dos alunos, dando a estes, por palavras, atitudes e ações, exemplos de elevado padrão de urbanidade, civismo e exatidão no cumprimento do dever; colaborar, outrossim, na formação católica dos educandos, quer pelo exemplo, quer pelos ensinamentos que em nada podem desviar-se da doutrina da Igreja (GINÁSIO MARINGÁ, 1962, f. 12).

Na década de 1950, os professores que trabalharam tanto no Ginásio Maringá, da rede privada, assim como na rede municipal e estadual, enfrentaram muitos obstáculos para vencer os desafios de um município sem infraestrutura, escolas sem condições de qualidade de ensino e, principalmente, no tocante à questão financeira, pois precisavam recorrer a várias instâncias para receber salário condizente à profissão.

4.2.6 Arquitetura e espaço escolar

Historiar uma instituição educativa implica também escrever sobre os monumentos, prédios materiais, considerados documentos, pois existem neles relações de poder. É necessário, diante disso, perguntar-se: por que foi construído assim? Quem construiu? Como aconteceu o uso do prédio? As inovações dele ocorreram por causa do crescimento da demanda, por causa de inovações pedagógicas ou por motivo de segurança? (WERLE, 2004). A história de uma instituição educativa pode ser memória, contada a partir da crítica ao prédio, marca de poder de uma época ou de uma sociedade.

As políticas educacionais, do início da década de XX, prestigiavam, especialmente, o ensino primário, construindo edifícios escolares que ainda hoje

exibem beleza arquitetônica. Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, entretanto, houve mudança nesse quadro por causa do enorme crescimento demográfico e das novas exigências profissionais da sociedade industrializada, alterando os projetos arquitetônicos, racionalizando e modernizando-os. Os governos responsáveis pela construção de edifícios não acompanharam de forma adequada o crescimento urbano, e isso ocasionou o distanciamento entre arquitetos e pedagogos (BUFFA; PINTO, 2002).

Os pesquisadores Ester Buffa e Gelson de Almeida Pinto, ao escrever o livro sobre “Arquitetura e Educação: Organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893, 1971”, destacam que existe uma relação entre a proposta pedagógica e a organização do espaço:

De fato, para o filósofo grego, assim como para a maioria dos pedagogos, o processo educativo não se restringe à relação individual entre professor e alunos. Quem realmente educa é um ambiente geral, uma Paidéia, um clima cultural complexo que envolve, num mesmo processo educativo, alunos professores, administradores da escola e população. O espaço físico da escola, sua fachada e estrutura, o jardim, as salas de aula, os corredores, a sala dos professores e do diretor, enfim, toda a organização arquitetônica do espaço é parte importante desse determinado ambiente que educa (BUFFA; PINTO, 2002, p. 13).

O prédio escolar deve ser funcional, isto é, adequado à missão educacional que lhe é confiada. Os educadores deveriam ser consultados antes da construção de um edifício escolar, pois, muitas vezes, a arquitetura do prédio não satisfaz às ações educacionais por não serem funcionais à educação. É necessário que o prédio contenha salas adequadas ao número de alunos, espaço para biblioteca, sala de reuniões, cozinha, banheiros, entre outros ambientes necessários para que a educação possa acontecer de forma social e ativa.

No edifício de uma instituição escolar, principalmente de crianças, há a necessidade de se levar em consideração alguns aspectos como: um edifício que corresponda às necessidades das crianças, conforme faixa etária; com fácil acesso; instalações higiênicas e pedagógicas; partindo do pressuposto de que muitas crianças ficam em período integral em algumas dessas instituições.

No tocante às construções de grupos escolares no Estado paulista, gradativamente, os espaços físicos foram sendo modificados para melhor atender à clientela estudantil. Criados pelos republicanos paulistas, eram muito distantes das escolas de primeiras letras do período imperial. Para a estudiosa Buffa, até 1920, pode-se afirmar que os grupos escolares adotavam a pedagogia tradicional, ou seja, estavam presos a metodologias e a propostas pedagógicas ultrapassadas, porém apresentavam uma arquitetura neoclássica, semelhantes aos da França. A partir de 1930, identifica-se uma nova linguagem pedagógica e arquitetônico-espacial nos prédios construídos em São Paulo, evidenciando uma arquitetura moderna (BUFFA, 2007).

A partir da década de 1960, o afastamento entre arquitetos e pedagogos no Estado de São Paulo tornou a construção dos grupos escolares paulistas bem distantes do ideal pedagógico:

Assim, por um lado, os edifícios exteriormente fossem imponentes e se apresentassem em toda a plenitude moderna estampada nas formas geométricas simples e no concreto aparente, por outro lado, interiormente, apesar da proposta moderna evidenciada pelas ruas e pátios modernos, certos detalhes importantes foram negligenciados, exatamente, entendemos nós, por essa distância entre arquitetos e pedagogos no momento da definição do programa de escolas (BUFFA; PINTO, 2002, p. 141).

Numa sociedade desigual como a nossa, em função de diferenças econômicas e sociais, os prédios também demonstram a mesma realidade. Por fazer parte do espaço urbano, os prédios dialogam com o bairro, com a cidade. Muitas vezes, na periferia urbana, as escolas não têm relação com seu entorno, firmando uma relação antagônica com a população que se sente à margem dos bens culturais e escolares. Isso pode ser evidenciado nas pichações e depredações nos prédios.

A arquitetura não define a filosofia educacional de uma instituição, mas a arquitetura adequada favorece as finalidades pedagógicas. Anísio Teixeira, nessa perspectiva, em texto para revista *Habitat*, em 1951, escreveu que na complexidade da situação educacional, depois do professor, nenhum outro elemento é tão fundamental quanto o prédio e suas instalações: “Possam esses

prédios escolares, concebidos em juventude, árdegos e elegantes como potros de raça, impacientes de dinamismo e de amor à vida, comunicar a educação e, pela educação, à existência brasileira” (TEIXEIRA, 1951, p. 2):



Figura 15 - Ginásio Maringá – década de 1950
Fonte: Acervo do Museu da Bacia do Paraná

O histórico da construção do prédio do ginásio Maringá revela um projeto arrojado e moderno, já nos seus primórdios:

Na década de 1950 instalaram-se vários estabelecimentos de Ensino Médio, como o Ginásio Maringá, o Ginásio Estadual, o Ginásio Santa Cruz, a Escola Normal Secundária Amaral Fontoura e a escola Normal Regional Eduardo Claparede; estas últimas funcionaram a partir de 1956. O Ginásio Maringá foi o primeiro estabelecimento de ensino médio a funcionar em Maringá. Foi inaugurado em 27 de setembro de 1951, em prédio de alvenaria e com ótimas instalações, sob a direção do professor Antero Alves Santos (LUZ, 1997, p.174).

O prédio foi considerado uma obra prima para a cidade porque, nesse período, havia casas de madeira e poucas de alvenaria e o próprio *slogan* da propaganda do Ginásio Maringá, conforme foto do prédio, refletiu a imponência de sua construção: “O magnífico prédio do Ginásio Maringá construído pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná”. O prédio, dessa forma, distinguia-se das demais construções que compunham a cidade.

A rápida formação da cidade central ocorreu por causa de uma cláusula do contrato da Companhia que exigia que os lotes adquiridos deveriam ser construídos no prazo de um ano (LUZ, 1997). Por se exigir que as construções nos lotes centrais fossem em alvenaria, diferentemente das demais, a normativa colaborou para que a Zona 2 fosse ocupada por famílias de maior poder aquisitivo.

O prédio do Ginásio Maringá, posteriormente denominado Colégio Marista de Maringá, tem grande importância para o patrimônio histórico da cidade. Ele serviu de sede para a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Maringá (FECHEM), no início da década de 1960, e também para sede da PUC-PR, Universidade Católica do Paraná, em 2004 (ROBLES, 2007).

O prédio foi também utilizado para o funcionamento do primeiro curso de Direito, da Universidade Estadual de Maringá, no ano de 1966. Em 1967, a UEM ampliou a oferta de cursos, oferecendo os cursos de Letras, História, Geografia, Ciências de 1º grau, utilizando o mesmo prédio (LINHA..., 2005, p. 6).

Por ter sido o responsável direto pela criação da Universidade Estadual de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, não se intimidou em solicitar o prédio aos Irmãos Maristas, que foi reformado diversas vezes, mas manteve-se a primeira parte original da construção.

O bairro em que foi construído o Ginásio Maringá, Zona 2, foi planejado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná para ser um bairro de categoria residencial. A boa localização no centro, “área nobre da cidade, destinada às pessoas com maiores recursos financeiros, desde seu desenho inicial” (MENDES, 1999, p. 393), favoreceu a instalação de uma escola secundária destinada à elite nascente do distrito, fundado em 1947.

A Avenida Tiradentes, localizada na Zona 2, onde foi construído o prédio do Ginásio Maringá, tornou-se uma das avenidas principais da cidade. No início da década de 1950, não se tinha noção da relevância futura dessa Avenida no contexto comercial maringaense, conforme Figura 16:



Figura 16 - Avenida Tiradentes – década de 1950

Fonte: Acervo do Museu da Bacia do Paraná

Nela, foram construídos também os maiores templos para atender à população. Um deles é a Igreja Presbiteriana Independente e, outro, a Catedral Metropolitana de Maringá, um dos pontos turísticos mais visitados da cidade. A Catedral foi idealizada em 1957, pelo Bispo Dom Jaime Luiz Coelho, que desde o início tinha a intuição de torná-la destaque no cenário da cidade, conforme relata o Padre Orivaldo Robles, em seu livro “A Igreja que brotou da Mata”, destacando o objetivo do Bispo:

De onde quer que venha, por terra ou de avião, a primeira imagem de Maringá que impressiona o viajante, ainda ao longe, é sua imponente catedral. Plantada na extensa planície que alarga o horizonte a perder de vista, a cidade emerge dos campos agricultados à sua volta, em meio de casas, prédios e farta arborização. Mas no belo conjunto de edificações erguido por mão humana, mais que tudo atrai o arrojo de um templo que se projeta em direção do céu (ROBLES, 2007, p. 161).

A pedra fundamental da Catedral foi lançada em 15 de agosto de 1958. Simbolicamente, a Catedral foi construída a partir de um pedaço de mármore, retirado de escavações do túmulo de São Pedro, em Roma, e benzido pelo Papa Pio XII (ANDRADE, 1979).

Destarte, a construção do prédio do Ginásio Maringá foi estrategicamente planejada, O terreno foi escolhido em uma das principais avenidas do patrimônio. A localização, em um bairro destinado à elite, era de fácil acesso, com visão privilegiada e espaço amplo, o que favoreceu a ampliação do prédio e a construção de outros no mesmo espaço.

4.2.7 Currículo Escolar

Por currículo escolar entende-se a vivência de experiências sistematicamente organizadas e planejadas, com o objetivo de atingir o ensino e à aprendizagem de elementos culturais, selecionados e institucionalmente considerados relevantes para que os alunos se tornem algo que essas experiências previstas objetivam. Desta forma, a escola não funciona como experimento de ensinar e aprender qualquer coisa, de qualquer forma, para quaisquer finalidades. Ao contrário, parte de uma cultura, de uma vida, de uma identidade e propicia condições para determinadas finalidades (TINÉ; DANTE, 2004, p. 2).

São consideradas como currículo escolar todas as atividades produzidas pela instituição, e é por meio dele que pode ser analisada parte da história de determinada instituição: “O currículo escolar é concebido como um artefato cultural e histórico, inventado e reinventado ao longo da história, a partir de tensões e concessões provisórias entre proposições cognitivas entranhadas de relações de poder” (DALLABRIDA, 2001, p. 25).

Ao analisar o currículo escolar, identificam-se alguns pressupostos básicos como: influências políticas, sociais e econômicas vigentes; visão de cultura de cada período, compreendendo um processo historicamente construído:

As instituições, como fenômenos singulares, só existem historicamente no interior de uma determinada formação econômico-social. Por sua vez, a formação econômico-social não é um simples conglomerado de indivíduos ou agregado mecânico de fenômenos sociais independentes, mas é estruturada com

base em determinado sistema social que forma um todo, isto é uma totalidade histórica. Neste sentido, cada um dos seus componentes societários não deve ser considerado em si mesmo isoladamente, mas unicamente em conexão com outros fenômenos sociais, pois cada um deles desempenha certa papel específico no funcionamento e desenvolvimento da sociedade; por conseguinte estabelecem, por meio de mediações complexas e contraditórias entre eles, o sentido de realidade concreta que configura qualquer totalidade historicamente constituída. Assim, podemos afirmar que toda formação econômico-social é sempre um determinado tipo de sociedade historicamente construída, ou seja, um sistema social integral que, portanto, funciona e se desenvolve segundo as suas leis específicas, na base do respectivo modo de produção que lhe garante, a um só tempo, tanto na história tanto a existência material e como a espiritual (BITTAR; FERREIRA JUNIOR, 2009, p. 502).

O currículo escolar é composto por todas as experiências e atividades que o educando executa, supervisionado pela orientação da escola, com objetivo de alcançar o ensino-aprendizagem. Constitui um processo escolar em que são considerados todos os fatores relacionados à aprendizagem como: objetivos, conteúdos, experiências, atividades, estratégias, técnicas, cultura ambiental, sociedade, valores etc.:

Dessa forma, para que a educação seja compreendida, é preciso concebê-la como uma atividade que se expressa, de formas distintas, em que tanto o conteúdo programático quanto a didática utilizada transformam o currículo em uma Prática para a aprendizagem (LIMA; LEMOS; ANAYA, 2006).

Por currículo escolar se entende, também, a relação de disciplinas de um determinado curso de educação básica, de curso de graduação, curso de pós-graduação e outros. O Ginásio Maringá iniciou suas atividades escolares com as seguintes disciplinas, em 1952:

Disciplinas	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
Português	X	X	X	X
Latim	X	X	X	X
Francês	X	X	X	X

Cont.

Matemática	X	X	X	X
História	X	X	X	X
Geografia	X	X	X	X
Trabalhos manuais	X	X		
Desenho	X	X	X	X
Canto	X	X	X	X
Inglês		X	X	X
Ciências naturais			X	X

Quadro 31 – Disciplinas do Ginásio Maringá (1952)

Fonte: Ginásio Maringá (1970a)

O Ginásio Maringá, conforme regimento interno (GINÁSIO MARINGÁ, 1962), ministrava o ensino de disciplinas obrigatórias, optativas, facultativas e práticas educativas, de acordo com a Lei Orgânica de 1942. Eram consideradas disciplinas obrigatórias: português, matemática, geografia, história e ciência. As disciplinas optativas: francês, inglês e latim. As disciplinas facultativas: desenho, canto e trabalhos manuais. E as práticas educativas: educação física, que podia variar de ano para ano, com a autorização da Inspetoria de Ensino Secundário. As disciplinas optativas e práticas educativas eram estabelecidas pela direção, com a participação da equipe de professores do Ginásio. O Título III, Seção I, referente à organização didática dos cursos, Artigo 15, Alínea 2, do Regimento Interno do Ginásio Maringá, destaca:

O currículo escolar sobre matérias optativas, facultativas e práticas educacionais pode variar de ano para ano, com anuência da Inspetoria Seccional de Ensino Secundário; as modificações do currículo, contudo não têm efeito retroativo (GINÁSIO MARINGÁ, 1962, f. 5)

A partir de 1953, foi constatada a assinatura do professor de Educação Física no livro-ponto dos professores. O que demonstra que esta disciplina foi incluída em todas as séries, mas não houve registro de notas (GINÁSIO MARINGÁ, 1953). De acordo com o Regimento Interno do Ginásio Maringá e a lei que regulamentava o ensino secundário no período, a disciplina de Educação

Física era obrigatória até 18 anos, podendo ser uma aula semanal, e a nota não servia para promoção, mas poderia ser utilizada para classificação mensal.

As disciplinas de Formação Social e Religiosa, de acordo com o livro-ponto dos professores, integraram o currículo escolar no ano de 1954, quando o Ginásio foi assumido pela Diocese de Jacarezinho, como se observa na citação a seguir. As referidas disciplinas eram consideradas Prática Educativa, seguindo o mesmo critério da disciplina de Educação Física, ou seja, sem registro de notas dos alunos:

O ensino da religião constitui parte integrante da educação da adolescência, sendo lícitos os estabelecimentos de ensino secundário incluí-lo nas disciplinas do primeiro e do segundo ciclo. Parágrafo único: Os programas de ensino de religião e o seu regime didático serão fixados pela autoridade eclesiástica (BRASIL, 1942, p. 183).

Em relação aos dias letivos, a lei que regulamentava o ensino secundário determinava que o encerramento das aulas do ensino secundário deveria ocorrer até o dia 14 de novembro, sendo fiscalizadas as instituições de ensino. As escolas que ministrassem aulas no regime de seis dias por semana deveriam ter 165 dias letivos. Nos cursos que funcionavam em regime de cinco dias por semana, o mínimo seriam 140 dias letivos por ano. Caso o estabelecimento não completasse o número mínimo de aulas previstas, deveria prorrogar as aulas (BRASIL, 1942). Se optasse por aumentar o número de aulas para completar a grade curricular, não poderia fazer em outro turno, de modo a não prejudicar o aluno, devendo ser feito um plano preestabelecido, sem improvisações, de forma que os alunos não fossem surpreendidos com aulas inesperadas.

O currículo escolar de cada instituição caracteriza a educação oferecida aos alunos, que tipo de homem se quer formar, bem como sua filosofia e missão. O Ginásio Maringá tinha como “[...] finalidade formar a personalidade integral dos educandos e ministrar-lhes o ensino secundário, dentro dos planos, leis e normas estabelecidas pela legislação competente em vigor, segundo os princípios cristãos” (GINÁSIO MARINGÁ, 1962, f. 1).

No sentido de formar a personalidade integral dos alunos, o Ginásio Maringá apresentava uma orientação vocacional efetuada por uma pessoa

especializada cujo objetivo, conforme Seção II, Título VIII, artigo 83, do regimento interno era:

a) Promover o ajustamento dos educandos na escola e no seu meio, individualmente ou em grupos, visando o desenvolvimento da personalidade e o encaminhamento vocacional e profissional, em cooperação com a família; B) incrementar a assistência social escolar, através de medidas que atendam ao tratamento dos casos individuais, a aplicação de técnicos de grupo e a organização social da comunidade (GINÁSIO MARINGÁ, 1962, f. 15).

Tal profissional da educação teve como atribuição: acompanhar a vida estudantil do aluno e orientá-lo de acordo com sua capacidade, preferências e possibilidades; conscientizar o aluno dos valores da vida social e da vida espiritual de forma a elevar o amor pela pátria e dos ideais da nação brasileira; articular-se com outras instituições das quais se possam beneficiar os alunos em atividade culturais, de forma a estimular a prática de intercâmbio das organizações estudantis, entre outros (GINÁSIO MARINGÁ, 1962). O item “Organização Didática dos cursos”, na Seção I, Artigo 17, da organização didática dos cursos do Regimento Interno, rege que: “O estabelecimento poderá organizar cursos especiais, além dos estabelecidos em lei, a fim de atender as necessidades dos alunos assim como promover atividades extra-classe que completem o ensino ministrado pelo professor” (GINÁSIO MARINGÁ, 1962, f. 5).

Havia cobrança no sentido do bom comportamento, pois os alunos possuíam uma caderneta escolar em que eram anotadas as notas, frequência, sanções disciplinares, comunicação à família. O incentivo ao estudo e ao comportamento adequado era reforçado pela seguinte medida: “[...] o ginásio inscreverá no quadro de honra os alunos que atenderem às condições estabelecidas pela diretoria” (GINÁSIO MARINGÁ, 1962, f. 11).

No Ginásio Maringá, os trabalhos, arguições e exames eram avaliados com notas de 0 (zero) a 10,0 (dez), ocorrendo notas mensais de março a novembro. A média final para aprovação, em cada disciplina, era igual ou superior a 5,0. Os alunos que não alcançavam a média deveriam se submeter ao exame final, denominado primeira época, elaborado por uma banca examinadora, formada por três membros, no qual era avaliado todo o conteúdo lecionado. Caso o aluno não

conseguisse a média, poderia solicitar o exame de segunda época, o qual não era diferente dos demais, ou seja, era oral (GINÁSIO MARINGÁ, 1970b).

A partir da análise do Regimento Interno do Ginásio Maringá e dos documentos específicos referente ao ensino secundário do período, constatou-se que o mesmo cumpria as normas e planos estabelecidos no período, baseando-se na Lei Orgânica de 1942, que sustentava o ensino secundário na década de 1950, bem como se preocupava com a formação integral dos alunos.

O currículo formal estabelecido pelo Ginásio Maringá gerou aprendizagens como a aquisição de conhecimentos, o saber fazer e saber ser, bem como a formação de valores. A educação, quando direciona as experiências dos alunos, torna-se eficaz ao propor um currículo com sequência coerente de experiências formadoras. A instituição em análise, portanto, cumpria sua missão educacional, articulando as atividades pedagógicas por meio do currículo escolar, consolidando-se, dessa forma, no cenário educacional maringaense.

5 DO GINÁSIO MARINGÁ AO COLÉGIO MARISTA DE MARINGÁ

Nesta seção, serão abordados alguns aspectos relevantes à consolidação da instituição, o Ginásio Maringá, como Colégio Marista, e a contribuição do grupo religioso em questão para a cidade de Maringá. Os aspectos destacados são: o fundador – Marcelino Champagnat e a Congregação dos Maristas; princípios filosóficos e a gestão pedagógica marista.

5.1 O FUNDADOR – MARCELINO CHAMPAGNAT E A CONGREGAÇÃO DOS IRMÃOS MARISTAS: BREVE HISTÓRICO

A história dos maristas iniciou-se em função de um homem simples, que tinha um grande sonho: levar a educação às crianças e aos jovens de famílias necessitadas, principalmente os da área rural.

Na França, nasceu Marcelino José Bento Champagnat, em Marlies, em 20 de maio de 1789, de uma família de lavradores. Em 1804, respondendo a uma campanha da Igreja Católica para aumentar o número de religiosos, a família de Marcelino foi visitada, e, em 1805, Champagnat entrou para o Seminário e foi ordenado Padre em 22/07/1816 (FURET, 1999).

O referido período foi marcado pela Revolução Francesa, como apresenta Pedro Cavalcanti:

Em maio de 1789 intensificaram-se as convulsões sociais que culminaram na Revolução Francesa. Eram dias de violência e de paixões políticas antagônicas, quando se vivia entre a sombra das guilhotinas e das baionetas. No dia vinte desse mês nasceu José Bento Marcelino Champagnat, em Rosey, um vilarejo de quinze ou vinte casas esquecidos nas montanhas da comuna de Marlies, Diocese de Lyon. Sua trajetória, porém, seria marcado pelo desejo da paz (CAVALCANTI, 2010, p. 17).

Ainda no período de estudos no seminário, Champagnat pensava em fundar uma sociedade dedicada ao trabalho nas paróquias e à educação cristã dos jovens da zona rural, desprovidos da oportunidade de uma educação cristã:

Próximo ao seu povo e consciente das suas desvantagens em face de um mundo em transformação, ele ousou imaginar outras possibilidades, além das contempladas pelos homens da Igreja e governantes do seu tempo sua determinação e dinamismo levaram-no a reunir seguidores, para fundar uma nova comunidade religiosa, apenas seis meses após sua ordenação (COMISSÃO INTERPROVINCIAL DE EDUCAÇÃO MARISTA, 2003, p. 21).

O contexto da fundação remete a um período pós-revolução francesa, em um cenário de agitação cultural, política e econômica, com profunda crise na sociedade e na Igreja, quando as escolas religiosas foram perseguidas e muitas até fechadas. Nesse contexto, foi fundada a Congregação dos Pequenos Irmãos de Maria, no dia 02 de janeiro de 1817, com apenas dois Irmãos (MASSON, 2000).

A primeira escola fundada pela Congregação foi em La Valla, pequena aldeia ao sul da França, onde eram transmitidos os conhecimentos básicos de leitura, escrita, aritmética e religião (FURET, 1999).

Padre Marcelino Champagnat sabia que, nos grandes centros, a instrução civil e religiosa dos meninos pobres já era atendida pelos Irmãos lassalistas, da Congregação dos Irmãos das Escolas Cristãs¹², faltava, porém, atender aos jovens da zona rural (CAVALCANTI, 2010).

As famílias não tinham condições de pagar as mensalidades, assim, estas teriam que ser gratuitas e ele teve a ideia de abrir escolas nos grandes centros para que as mensalidades pagas por famílias ricas pudessem subsidiar as crianças das escolas rurais: “Esse mecanismo representou uma das principais formas que haveria de se manter em todos os lugares do mundo, nos quais as escolas maristas destinadas à formação das elites contribuiriam para financiar ações sociais” (CAVALCANTI, 2010, p. 20).

¹² Congregação fundada por São João Batista de La Salle (1651-1759), cuja primeira escola data de 1679. Foi também a primeira congregação religiosa masculina constituída exclusivamente de religiosos leigos, isto é, não sacerdotes. Atendiam exclusivamente às crianças da zona urbana (CAVALCANTI, 2010).

O sucesso das escolas maristas foi grande e as paróquias passaram a solicitar o trabalho desses profissionais, normalmente em atenção a pedidos de autoridades eclesiásticas ou civis. Desta forma, os Maristas passaram a dirigir alguns colégios dos grandes centros industriais de vários países.

Da Diocese de Lião (La Valla), a Congregação Marista estabeleceu-se na Austrália, Nova Zelândia e em muitas ilhas da Oceania. No fim do século XIX, ela estava presente no Oriente e na América, estabelecendo-se no Brasil a partir de 1897 (AZZI, 1997).

Em 1833, a Congregação Marista já tinha 82 Irmãos que ensinavam em 19 escolas para 2.000 alunos (MARCELINO CHAMPAGNAT EM REVISTA, 1999). Quando da morte do fundador dos Irmãos Maristas, Padre Marcelino Champagnat, no dia 06 de junho de 1840, a Congregação tinha 23 anos e já era composta por 48 escolas, 290 Irmãos Maristas e 7.000 alunos (FURET, 1999):

Durante seus cinquenta e um anos de vida, Marcelino champagnat trabalhou com exaustão, para fundar uma família de educadores religiosos. Ele experimentou a Cruz na sua vida, com incontáveis decepções, dificuldades e contratemplos, mas a sua esperança e o seu ideal continuaram inabaláveis. Quando morreu, no dia 06 de junho de 1840, esta família contava com 290 Irmãos e 48 escolas (COMISSÃO INTERPROVINCIAL DE EDUCAÇÃO MARISTA, 2003, p. 24).

A Igreja reconhece e assume Champagnat como homem que pode ser colocado como exemplo de vida para todos. Ele foi reconhecido santo, em 18 de abril de 1999, pelo Papa João Paulo II (MARCELINO CHAMPAGNAT EM REVISTA, 1999).

Diversas Congregações religiosas vieram para o Brasil no início da fase republicana, quando se propagou a necessidade de reformas no campo educacional, e os republicanos se viram diante de um grande dilema, pois não havia um aparato institucional nem diretrizes com as quais pudessem conduzir a educação nacional. Portanto, a escola confessional supriu as lacunas existentes naquele período (MOURA, 2000).

A primeira comunidade marista, representada por seis Irmãos, começou seus trabalhos na área escolar, em Congonhas do Campo, no Estado de Minas

Gerais. Rapidamente, as obras se espalharam por Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Paraná. Muitas solicitações de diversos bispos chegaram aos Superiores Maristas, solicitando a presença da Congregação, mas não havia recursos humanos para atender a todos.

A solicitação da presença Marista, no Brasil, já havia ocorrido pela primeira vez no ano de 1842, pelo médico de Dom Pedro II, para atendimento aos jovens de uma colônia francesa de seis mil pessoas, no Rio de Janeiro. Tal pedido, porém, não foi aceito (AZZI, 1997). No final do século XIX, novamente houve insistência dos religiosos brasileiros:

[...] Dom Silvério Gomes Pimenta, bispo de Mariana, foi em pessoa à presença dos Superiores, mas como resposta recebeu vaga promessa, como vaga fora a promessa a Dom Eduardo, bispo de Uberaba. Mineiramente, dizem que, aconselhado por algum Irmão, Dom Silvério trouxe de Roma uma carta de ninguém menos que o Cardeal Rampolla, chefe de Estado no Vaticano, que apoiava o pedido e solicitava pronto atendimento. Assim, antecipando-se aos demais, Dom Silvério conseguiu os primeiros seis Irmãos, que aportaram em terras de Santa Cruz no dia 15 de outubro de 1897 (ADORÁTOR, 2005, p. 5).

Os Maristas chegaram ao Estado do Paraná em 1925, mais precisamente na cidade de Curitiba, onde fundaram o Colégio Santa Maria. Em 1938, a Congregação assumiu, também em Curitiba, o internato do Ginásio Paranaense, hoje denominado Colégio Marista Paranaense (CAVALCANTI, 2010).

Em 1925, foi aberta, em Curitiba, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Paraná, reconhecida pelo governo dois anos mais tarde. Em 1946, foi incorporada à universidade Federal do Paraná. Cinco anos após a referida data, um irmão Marista, Mário Cristovão, organizou uma segunda Faculdade de Filosofia e Ciências e Letras, que daria origem à Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) (CAVALCANTI, 2010).

No final da década de 1940, a expansão já estava sinalizada, ocorrendo reformas e ampliações dos edifícios e muitas escolas paroquiais e colégios diocesanos vinculados anteriormente à jurisdição eclesiástica, passaram a pertencer exclusivamente aos maristas, com a denominação “escola e colégio marista” (AZZI, 1997).

Na cidade de Londrina, o Colégio Marista foi inaugurado no ano de 1955; já, em Maringá, a inauguração ocorreu em 1958; e em Cascavel e Ponta Grossa, no ano de 1962 (AZZI, 1997). A expansão, no Paraná, teve importante papel na consolidação das obras maristas no Brasil, tanto em termos materiais como jurídicos e institucionais.

Em relação à chegada em Maringá, o Bispo Diocesano Dom Jaime Luiz Coelho, ao convidar esses religiosos para a sua Diocese, encaminhou correspondência endereçada ao provincial dos Irmãos Maristas, João de Deus, com data de 23 de maio de 1957:

Esta carta já vai, não digo com atraso, mas com certa demora. Contudo o prezado Irmão Provincial já está a par do seu conteúdo, desde dezembro do ano passado, quando fui eleito bispo de Maringá. A todos os Irmãos que eu encontrava, dava-lhes a incumbência de dizer ao Irmão Provincial dos Maristas que eu, como ex-aluno, esperava tê-los aqui, já no próximo ano. E agora, prezado Irmão Provincial, chegou o momento de lhe escrever (COELHO, 1957e).

Na atualidade, a instituição marista está presente em 79 países, nos quais mais de 3.600 Irmãos partilham a missão junto com mais de 40.000 leigos, envolvidos com mais de 500 mil crianças e jovens de diversas etnias. Essa distribuição pelos cinco continentes obedeceu às necessidades históricas e culturais. Há uma concentração maior na América Latina e, ainda mais forte, no Brasil, onde se encontram mais de 30% do total das crianças atendidas por esses religiosos (PROVÍNCIA MARISTA BRASIL CENTRO-SUL, 2010):



Figura 17 - Presença Marista no mundo
 Fonte: Presença... (2010)

A sede do Instituto dos Irmãos Maristas localiza-se em Roma e está organizada em regiões administrativas autônomas, denominadas províncias. As províncias brasileiras iniciaram em 1908, com três frentes pioneiras: Minas Gerais (1897), Rio Grande do sul (1900) e Belém do Pará, em 1903, cuja, organização passou por diversas reestruturações administrativas, em razão das necessidades do desenvolvimento educativo e social (CAVALCANTI, 2010).

Hoje, a congregação marista, no Brasil é denominada UMBRASIL, União Marista do Brasil, organizada por distritos e províncias da seguinte forma: Província marista do Brasil Centro-Norte – PMBCN com sede em Núcleo dos Bandeirantes, no Distrito Federal; Província marista do Brasil Centro Sul – PMBCS com sede em Curitiba - Paraná, Província marista do Rio Grande do Sul – PMRS com sede em Porto alegre – RS e Distrito marista da Amazônia – DMA com sede em Porto Velho – RO (UMBRASIL, 2007).

A União Marista do Brasil (UMBRASIL) é composta pelas seguintes associadas:



Figura 18: Associados da União Marista do Brasil (UMBRASIL).
Fonte: Umbrasil (2007, p.39)

Quanto aos fins e objetivos da UMBRASIL, o capítulo II, Artigo 2, apresenta:

Promover ações no âmbito da assistência social, da educação, do ensino, da pesquisa, da cultura, do meio ambiente, da saúde, da geriatria, da comunicação social, da promoção e da proteção à infância, à juventude e ao idoso, desenvolvendo suas atividades em qualquer parte do país, respeitada a legislação pertinente, visando sempre o desenvolvimento social e o enfrentamento da pobreza no Brasil (UMBRASIL, 2007, p. 17).

A ênfase do trabalho desta congregação está na educação e na assistência social, estendendo-se, ainda, a hospitais, editoras, meios de comunicação, entre outros. Essas unidades estão associadas à UMBRASIL e são conhecidas pela logomarca abaixo:



Figura 19 – Logomarca Marista
Fonte: Identidade...(2010)

Dentre as províncias brasileiras, cabe aqui ressaltar a Província Marista do Brasil Centro Sul – PMBCS, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, que abrange os Estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e a cidade de Brasília. Está presente em 24 municípios por meio de diferentes modalidades de atuação, sendo: 15 colégios, 26 centros sociais, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, quatro hospitais, entre eles, o hospital Cajuru e a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, três meios de comunicação, a Editora FTD, várias casas de formação, entre outros (PROVÍNCIA MARISTA BRASIL CENTRO-SUL, 2010).

A expansão da Congregação no mundo demonstra a concretização do sonho do fundador, que dizia que todas as Dioceses do mundo estavam em seu plano. No Brasil, a Congregação Marista espalhou-se pelas diversas regiões, diversificando-se em variadas frentes, embora o foco da missão tenha permanecido: a educação cristã das crianças e dos jovens.

5.2 OS PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS EDUCACIONAIS MARISTAS

Na década de 1950, havia dois tipos de estabelecimentos de ensino secundário: o ginásio e o colégio. O ginásio foi a instituição de ensino secundário destinado a ministrar o curso referente ao 1º ciclo, enquanto o colégio foi o estabelecimento de ensino secundário, destinado a trabalhar, além do curso ginásial, os dois cursos do 2º ciclo: o Clássico e o Científico. As instituições escolares de ensino secundário, nesse período, não podiam adotar outra denominação a não ser a de ginásio ou de colégio (BRASIL, 1942).

O Ginásio Maringá, a partir de 1963, passou a ser denominado Colégio Comercial Marista e, no ano de 1969, Colégio Marista de Maringá (COLÉGIO COMERCIAL MARISTA DE MARINGÁ, 1970). Além do ensino primário e ginásial, a referida instituição passou a atender ao ensino secundário, segundo ciclo. Desta forma, foram relevantes a proposta e a filosofia da congregação para a consolidação da instituição no cenário maringaense.

A foto abaixo mostra o aluno Norival Dias, na 2ª série do ensino primário, no ano de 1961. O aluno estudou na Instituição nas décadas de 1960 e 1970 e se tornou um dos principais fotógrafos do município:

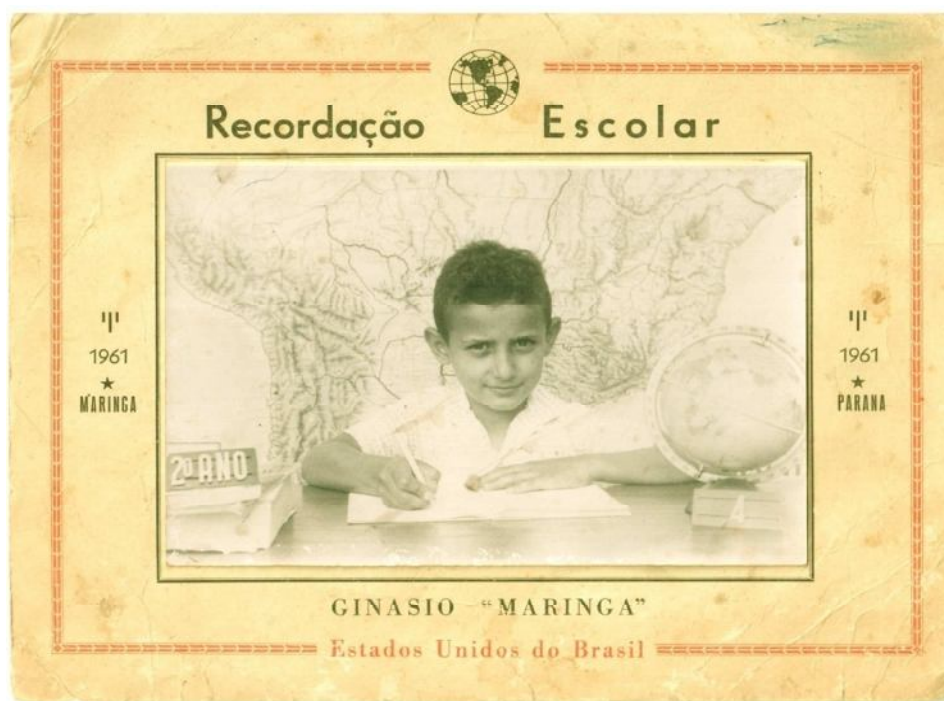


Figura 20 – Recordação escolar: Norival Dias – 2ª série (1961)
Fonte: Norival Dias

O fundador da congregação Marista via na educação uma forma privilegiada para a formação integral do ser humano e a transformação social. Nesta perspectiva, desde os fins do século XIX, quando os Irmãos Maristas iniciaram suas atividades educacionais no Brasil, alguns aspectos foram trabalhados com relevância nas paróquias e nas instituições de ensino, constituindo um conjunto de valores norteadores, que mostra sua identidade, suas peculiaridades e suas prioridades, formando o estilo marista de educar.

Um desses aspectos é o espaço amplo reservado às brincadeiras e às práticas esportivas, nas quais os alunos podem jogar e conviver durante os recreios. O Padre Champagnat falava que o espaço amplo traria benefícios aos alunos, que poderiam utilizá-lo da melhor forma, sendo acompanhados por um

adulto nas atividades pedagógicas ou esportivas (COMISSÃO INTERPROVINCIAL DE EDUCAÇÃO MARISTA, 2003).

Essa preocupação ficou evidente na vinda dos Irmãos para Maringá, ao adquirirem o quarteirão inteiro para construção de quadras esportivas. Tal preocupação demonstra a finalidade da missão educativa marista: “[...] proporcionar uma educação do corpo, da mente e do coração, adequada à faixa etária, às potencialidades pessoais, às necessidades individuais e ao contexto social” (COMISSÃO INTERPROVINCIAL DE EDUCAÇÃO MARISTA, 2003, p. 41).

O Colégio Marista de Maringá, hoje, é um dos maiores colégios da cidade, privilegiado pelo amplo espaço, com modernos prédios, distribuídos num quarteirão da Zona 2, com laboratórios de ciências, química, física e biologia, pistas e quadras esportivas.

Outro aspecto a ser destacado na proposta marista, desde a fundação dos primeiros colégios no Brasil, é a prática de esportes como meio para a educação integral:

Coerentes com o nosso ideal de proporcionar uma educação verdadeiramente integral incluímos nas experiências de aprendizagem dos nossos educandos, a educação física, da saúde e do meio ambiente. Estimulamos as atividades esportivas como meio para desenvolver as suas habilidades físicas e a sua coordenação motora, a formação, a formação da personalidade, o espírito de equipe, a disciplina pessoal, o reconhecimento das suas próprias limitações, a capacidade de aceitar o fracasso e o desejo de obter êxito (COMISSÃO INTERPROVINCIAL DE EDUCAÇÃO MARISTA, 2003, p. 58)

Nos arquivos do Irmão Pedro Danilo Trainotti – Irmão Marista desde 1958, responsável pela fanfarra nas décadas de 1960 e 1970 e atual diretor do Colégio Marista de Maringá – foi encontrada uma foto que demonstra a importância dos esportes na Instituição desde longos anos:



Figura 21 – Alunos do Ginásio Maringá: pista atletismo - Década de 1960
Fonte: Arquivo pessoal do Irmão Pedro Danilo Trainotti

Na atualidade, o incentivo aos esportes revela-se na prática do dia-a-dia, e além das aulas de Educação Física, há a oferta de escolinhas de treinamento para todas as faixas etárias.

Desde o final da década de 1950 até os dias atuais, o Colégio Marista de Maringá participa dos diversos campeonatos locais e regionais, em diversas modalidades esportivas, representados pelos troféus recebidos pela instituição. A Figura 22 mostra a mesma pista de atletismo da década de 1960, reformada e modernizada:



Figura 22 – Pista de atletismo (2010)
Fonte: Anselmo Carlos Baraldi

A ênfase dada à ordem e à disciplina é outro aspecto a ser considerado nas instituições, aspectos estes enfatizados no regimento interno do Colégio Comercial Marista, conforme Artigo 32, Item d: “obedecer aos preceitos da boa educação, nos seus hábitos, gestos, atitudes e palavras, tendo especial acatamento a quanto vise ordem e disciplina” (COLÉGIO MARISTA DE MARINGÁ, 1965, p. 7). Para contribuir com a disciplina, em meados da década de 1960, o Regimento Interno do Colégio determina, na Seção onze, Artigo 31, referente ao corpo discente e como deveres dos alunos:

Apresentar-se com asseio na pessoa e no traje, bem como corretamente uniformizado; obedecer aos preceitos de boa educação e formação nos seus hábitos, gestos atitudes e palavras; ocupar, em classe, o lugar que lhe for designado, responsabilizando-se pela conservação do material escolar exigido, mantendo-o em perfeita ordem e devidamente cuidado; indenizar o prejuízo por dano material que causar ao Estabelecimento, colegas, professores ou funcionários; ficar de pé quando interrogado pelo professor ou quando entrar alguma autoridade em classe ou outra pessoa de responsabilidade. (COLÉGIO MARISTA DE MARINGÁ, 1965, f. 7-8).

O Guia do aluno Marista 2010 enfatiza que, para o bom andamento das atividades escolares, “[...] num ambiente fraterno, integrado e cooperativo, favorável ao aprendizado pleno, é necessário o cumprimento das determinações da instituição, sendo essas amparadas pelo Regimento Escolar [...]” (COLÉGIO MARISTA DE MARINGÁ, 2010, p. 9). No ato da matrícula, as famílias assinam o compromisso de aceitação das normas do regimento, concordando com a manutenção das normas estipuladas pelo colégio.

Outro aspecto considerado como estilo marista de educar é a Pedagogia da presença. Concebe-se, desse modo, que estar junto das crianças e dos adolescentes é relevante para perceber as necessidades e intervir no momento certo, sem oprimir ou inibir as iniciativas de cada um, mas conquistando a confiança deles. E se estabelece, assim, um relacionamento que favorece a aprendizagem (COMISSÃO INTERPROVINCIAL DE EDUCAÇÃO MARISTA, 2003).

Baseado no guia das escolas, o documento da Comissão Interprovincial de Educação Marista registra:

Nossa presença não deverá ser expressamente vigilante, tampouco negligentemente tolerante. Ajudamos os jovens com nossa presença preventiva, aconselhamento e prudência. Tentamos, respeitosamente, ser firmes e exigentes com eles, permanecendo, contudo, otimistas e sempre dando prioridade ao seu próprio desenvolvimento (COMISSÃO INTERPROVINCIAL DE EDUCAÇÃO MARISTA, 2003, p. 50).

A presença constante dos Irmãos no convívio com os alunos, como professores ou como orientadores, principalmente na entrada e saída dos alunos, nos intervalos e eventos, caracteriza o estilo marista de ser. A pedagogia da simplicidade, onde educar exige objetivos claros e ações que expressem as convicções e crenças individuais e coletivas, caracteriza outro estilo marista de ser:

Orientamos os jovens a adotarem a simplicidade como um valor para as suas próprias vidas, encorajando-os a serem autênticos em todas as situações, abertos, verdadeiros, e firmes nas suas convicções. Em um mundo impregnado de superficialidade, nós os ajudamos a valorizar a si mesmos e aos demais pelo que são, não se deixando seduzir pelo ter e pela fama (COMISSÃO INTERPROVINCIAL DE EDUCAÇÃO MARISTA, 2003, p. 51).

Um outro aspecto enfatizado na proposta da instituição é a pedagogia do amor ao trabalho, ou seja, as tarefas devem ser realizadas com empenho, dedicação e organização, contribuindo com o bem-estar social e com a pedagogia marial, na qual ser mãe e educadora exige grandeza de espírito, compromisso com a vida e respostas assertivas para os desafios do cotidiano: basear-se no exemplo de Maria (COMISSÃO INTERPROVINCIAL DE EDUCAÇÃO MARISTA, 2003).

O aspecto religioso também enfatizado desde a chegada dos Irmãos ao Ginásio Maringá, refletido nas aulas de Ensino Religioso como na promoção de atividades extracurriculares para complementar a educação dos alunos; e com essa prática, desenvolver valores, principalmente os de caráter religioso (COLÉGIO MARISTA DE MARINGÁ, 1965). Desta forma, a Instituição procura aliar a educação religiosa ao estudo de várias disciplinas curriculares. De acordo com o fundador, o Ensino Religioso nas paróquias populosas e nas cidades deve ter maior profundidade, em função do índice superior de desenvolvimento da sua instrução elementar (FURET, 1999).

A instituição marista, apesar de ser católica, está aberta a todos os educandos, independentemente das suas crenças religiosas, desde que as famílias aceitem o projeto educativo marista (COMISSÃO INTERPROVINCIAL DE EDUCAÇÃO MARISTA, 2003).

Outras práticas relacionadas à arte e à música também demonstram o incentivo à cultura. Muitas escolas, nas décadas de 1950 e 1960, formaram bandas ou fanfarras que representavam os Colégios Maristas. O Ginásio Maringá teve uma fanfarra, criada no final da década de 1950, pelo Irmão Marcos, e que foi destaque no cenário estudantil, participando de vários concursos de fanfarras e obtendo diversos troféus nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Foi um orgulho da cidade, pois “A fanfarra do Marista de Maringá foi uma das grandes organizações do gênero no Paraná, ficando em alguns concursos de âmbito nacional com excelente classificação” (FANFARRA ..., 1975, p. 8).

Após ganhar o primeiro lugar no concurso do Estado, em 1967, a fanfarra Marista passou a ser destaque nos demais concursos, com muitas conquistas. No

ano de 1971, possuía 85 integrantes e já era pentacampeã do Estado (FANFARRA ..., 1971). No sucesso da fanfarra, no auge da década de 1970, destacou-se a presença do irmão Pedro Danilo Trainotti:

Agora com conquista ainda maior a de um pentacampeonato Estadual, a fanfarra do Colégio Marista de Maringá estará se apresentando no desfile da Proclamação da República, em Brasília, sob os olhos do presidente Médici, mostrando ao Brasil inteiro o que Maringá tem (FANFARRA ..., 1971, p. 7-A).



Figura 23 – Fanfarra do Ginásio Maringá- Desfile comemorativo ao aniversário da cidade – década de 1960

Fonte: Acervo do Museu da Bacia do Paraná

A fanfarra marista, iniciou com 50 integrantes, chegou a ter 125 componentes, todos meninos, com idade de 13 a 16 anos, encerrou as atividades em 1975, com 105 alunos maristas. Após a dissolução da fanfarra, transformou-se em banda marcial (FANFARRA...1971).

A partir do final da década de 1950, o Ginásio Maringá destacou-se em diversas áreas culturais e esportivas maringaenses e cumpriu sua filosofia, na qual a finalidade da educação não é apenas preencher a mente dos estudantes com os conhecimentos baseados nos componentes curriculares, mas fornecer os

meios para a formação integral. Baseado nesses princípios, o Ginásio Maringá, e depois o Colégio Marista de Maringá, manteve-se e se mantém no cenário educacional maringaense.

5.3 GESTÃO PEDAGÓGICA MARISTA EM UM MUNDO DE TRANSFORMAÇÃO

A partir do compromisso com as atividades do Ginásio Maringá, a Congregação ampliou e modernizou os prédios, conforme fotos apresentadas no próximo item e renovou também sua proposta pedagógica. As mudanças são constantes e acontecem para atender e acompanhar as transformações da atualidade.

Até a década de 1970, a escola estava organizada e direcionada por funções. Havia uma função pedagógica, SOP, (Serviço de Orientação Pedagógica); uma psicológica, SOE, (Serviço de Orientação Educacional); uma religiosa, SOR (Serviço de Orientação Religiosa); e uma administrativa, SOA, (Serviço de Orientação Administrativa) (COLÉGIOS..., 2000).

Esse tipo de organização tornava os departamentos autônomos e hierarquizados, promovendo uma comunicação frágil, e o aluno sendo atendido de forma fragmentada. A partir de 2000, pensou-se numa proposta que pudesse ver o aluno como um todo, melhorando o desenvolvimento integral do ser humano, conforme dizia Champagnat, fundador da Congregação.

Na nova reorganização, o SOE e SOP passaram a constituir o Núcleo Psicopedagógico; as atividades extracurriculares, que incluem os esportes, a arte e a cultura, formaram o Núcleo cultural; o laboratório de informática e o audiovisual (multimeios) tornaram-se o Núcleo de Tecnologia da Informação; e o SOR, o núcleo de Pastoral (COLÉGIOS..., 2000).

Essa nova forma de organização fez com que os núcleos trabalhassem de forma integrada e facilitou a comunicação direta do trabalho em equipe. Foram mudadas, também, as nomenclaturas de cargos: de coordenadores para

assessores. O novo desenho estrutural da reorganização tornou o processo descentralizado e mais democrático:

[...] A história das instituições educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem, por meio da busca de apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela se tenha transformado no decorrer dos tempos (GATTI, 2002, p. 20).

É necessário levar em consideração que toda escola, em cada período histórico, possui filosofia e metodologia como expressão e resposta à sociedade na qual está inserida. Desta forma, nunca é neutra, mas sempre ideológica e também comprometida com os ideais políticos:

A escola atua e se justifica socialmente como uma instituição que miniaturiza, no seu interior, uma relação complexa entre esses quatro tipos de desenvolvimentos societários: material, social, político e espiritual. A preponderância de um sobre os outros, ou dos três sobre um, ou ainda, o justo equilíbrio entre eles guarda, no âmbito pedagógico de uma Instituição Escolar, relação direta com as necessidades impostas por cada época historicamente determinada. Em síntese: a mediação que a Instituição Escolar desempenha entre relações materiais e ideológicas permite evidenciar os conceitos históricos, sociológicos, filosóficos e pedagógicos que caracterizam a estrutura e a especificidade qualitativa de uma dada formação societária (BITTAR; FERREIRA JUNIOR, 2009, p. 504).

A proposta de mudança da gestão organizacional marista nos primeiros anos detectou a fragilidade do sistema, porque foi organizada pedagogicamente de forma correta, mas a falha estava na forma de readequar as pessoas dentro de cada departamento, implicando também em novas contratações para os cargos de chefia. Isso resultou em um aumento no quadro de funcionários.

O plano adotado em 2000 permanece até os dias atuais nas unidades, inclusive no Colégio Marista de Maringá, depois, entretanto, de passar por várias adaptações. O núcleo Psico pedagógico é formado pela “[...] equipe que atende o

cotidiano pedagógico e didático de toda a escola. Tem como função primordial o planejamento curricular e o acompanhamento, visando à eficácia do processo de ensino-aprendizagem-avaliação” (COLÉGIO MARISTA DE MARINGÁ, 2010, p. 4).

Paralelo ao trabalho Psicopedagógico, existe o trabalho de coordenação de área, preenchido por um professor que atua em sala de aula e que contribui de forma sistematizada para o desenvolvimento de uma determinada área do conhecimento, assegurando a coerência e qualidade do trabalho dos professores, desde a Educação Infantil ao Ensino Médio.

Outra função que colabora no setor Psicopedagógico é o trabalho de titulação, em que um professor de cada turma é responsável e acompanha de perto cada estudante do sexto ano do Ensino fundamental à terceira série do Ensino Médio, integrando diversos olhares dos professores que trabalham naquela série. Esta função também é responsável pela comunicação com a família no decorrer do ano, de acordo com as necessidades, seja por solicitação dos professores, da família ou dos estudantes.

A proposta pedagógica “[...] tem como objetivo o desenvolvimento integral do estudante, em seus aspectos físico, psicológico, cognitivo, emocional, estético, ecológico espiritual e social” (COLÉGIO MARISTA DE MARINGÁ, 2010, p. 6). Para atingir tal objetivo, hoje, as unidades maristas trabalham com a Avaliação Formativa.

No Brasil, a avaliação Formativa foi introduzida nos anos 70, trazendo o significado de acompanhamento do processo avaliativo feito por etapas parciais, que formariam o conjunto dos dados a serem analisados (HOFFMANN, 1998).

A ideia de modelo formativo vem desde a escola jesuítica, antes do século XVII. Esta perspectiva avaliativa prega que a maioria dos estudantes, independentemente de sua aptidão, poderia atingir um alto nível de domínio sobre o conhecimento, desde que fossem ajudados nas suas dificuldades de aprendizagem, tivessem tempo suficiente para adquirir tal domínio e os professores tivessem critérios claros para definir quais seriam esses domínios (BLOOM, 1976).

Ao trabalhar com a avaliação formativa, o Colégio Marista não descarta a avaliação diagnóstica e classificatória, porém insere-as em um processo mais amplo de verificação da aprendizagem e configuração do processo educativo, não tendo provas e testes como únicos instrumentos de avaliação. Os professores que trabalham com a avaliação formativa podem utilizar diversos instrumentos como provas objetivas e dissertativas, seminários, trabalhos em grupo, conselho de classe, observação do relacionamento do aluno com os colegas e com os conteúdos, interesse, iniciativa, conhecimento de mundo, criatividade e habilidades.

Nesse tipo de avaliação, os alunos são avaliados por objetivos e não por componentes curriculares, sendo os resultados da aprendizagem transferidos para o relatório individual de cada aluno, no qual se mostrará se os objetivos propostos naquela etapa foram atingidos. A média para cada objetivo deverá corresponder em nota, igual ou superior a sete.

Como a avaliação formativa visa à aprendizagem e não apenas à classificação, o aluno tem, na superação, oportunidade de reelaborar o conhecimento quando não atingir a média. A superação tem função de proporcionar ao aluno oportunidades para superar a defasagem de aprendizagem, portanto o professor utiliza estratégias diferenciadas, não apenas repetindo metodologias e conteúdos, mas propiciando ao aluno novas oportunidades de aprender. Por isso, a superação constitui componente essencial da avaliação formativa.

Espera-se, assim, que seja proporcionada aos alunos a capacidade de organizar a própria aprendizagem, tornando-os capazes de gerar respostas não ensinadas, fazendo uso da criatividade, da invenção e da descoberta. Por isso, nesse processo, ocorrem com mais assiduidade os projetos interdisciplinares. Mais do que medir, poder-se-á possibilitar a formação de indivíduos livres, conscientes, ativos, questionadores, críticos, criadores e comprometidos com sua formação. A proposta pedagógica faz com que o aluno se torne pesquisador: aprender de forma crítica e flexível, diante dos conhecimentos; comunicador: articular suas ideias e ações; e solidário: agir em prol do bem comum. Estes

aspectos permitem que o processo se torne integrado: ensino-aprendizagem e avaliação (SANDI; CHIQUITO, 2009).

A Educação Infantil Marista de Maringá está organizada por semestres, sendo que, ao final de cada período, a comunicação da avaliação é realizada por meio de relatório descritivo. A partir do segundo ano do Ensino Fundamental, anos iniciais até o Ensino médio, o ano letivo é organizado por três trimestres, de forma que, ao final de cada um deles, o estudante e sua família possam retirar o relatório referente ao trimestre.

A gestão pedagógica Marista está sempre em busca de inovação, com olhar diferenciado para os desafios contemporâneos, em um mundo de transformação, e com objetivo de formar alunos para enfrentar os problemas, com discernimento, de forma crítica e com ética, sendo protagonistas de sua própria aprendizagem.

5.4 CONTRIBUIÇÕES DA CONGREGAÇÃO MARISTA À FORMAÇÃO DA SOCIEDADE MARINGAENSE

Os Colégios Maristas espalhados pelo mundo variam, dependendo do contexto social, cultural, político e dos distintos dispositivos legais. Incluem os diversos níveis de educação: Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Superior. Podem ser dirigidos por províncias, em convênios com a Diocese, com paróquia ou poder público.

No ano de 1967, os Irmãos Maristas construíram, em Maringá, o segundo prédio de alvenaria para a educação do ensino primário, com três andares (COLÉGIO COMERCIAL MARISTA DE MARINGÁ, 1970). A Figura 24, do arquivo da família Surita, mostra uma turma do ensino primário na década de 1960:



Figura 24 – 3ª série primária (1964)
Fonte: Família Surita

Depois de passar por várias reformas e se modernizar, hoje esse prédio atende crianças e adolescentes do Ensino Fundamental. Possui duas entradas que garantem aos pais segurança e comodidade necessárias. É nele que funcionam todos os setores de atendimento administrativo da instituição:



Figura 25 - Prédio central do Colégio Marista de Maringá (2010)
Fonte: Anselmo Carlos Baraldi¹³

¹³ Anselmo Carlos Baraldi é Assessor de Tecnologia do Colégio Marista de Maringá. Trabalha na instituição desde 1988.

No ano de 1969, os Maristas implantaram a Educação Infantil, contando com uma turma de 40 alunos na faixa etária de seis anos, correspondente ao Jardim III. A construção de um prédio destinado e adaptado a essa faixa etária ocorreu no ano de 1998, com capacidade para atender em torno de 500 crianças (COLÉGIO COMERCIAL MARISTA DE MARINGÁ, 1970):



Figura 26 - Prédio da Educação Infantil Marista (2010)

Fonte: Anselmo Carlos Baraldi

O prédio que atualmente atende aos alunos do Ensino Médio foi construído na década de 1950, para o Ginásio Maringá. Foi reformado e ampliado para dois andares no ano de 2001, conforme placa de inauguração, mas manteve-se o prédio original:



Figura 27 - Prédio do Ensino Médio Marista (2010)
Fonte: Anselmo Carlos Baraldi

O Colégio Marista de Maringá, antigo Ginásio Maringá, é um dos 15 colégios que forma a rede e pertence à Província Marista Centro Sul. Atualmente tem em torno de 180 profissionais, divididos em: Direção Geral, Direção Educacional, Secretaria Escolar, Assessoria Administrativa, Núcleos Psicopedagógicos, Cultural, da Pastoral e da Tecnologia da Informação, professores e funcionários administrativos. Possui em torno de 1.500 alunos, distribuídos nos segmentos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio (MARTINS, 2009). Hoje, é um dos principais colégios da rede privada de ensino confessional da cidade.

Quanto ao trabalho com as crianças e jovens carentes, projeto principal do fundador e da congregação, necessitou-se buscar alternativas para manutenção desse ideal. Logo que chegaram ao Brasil, em 1897, e se instalaram em Congonhas do Campo, Pedro Cavalcanti destaca que:

[...] Além disso, que razões de ordem econômica os levaram, logo depois, a assumir colégios de elite nas grandes cidades e com a renda obtida com as mensalidades serviu para as primeiras ações sócias através das escolas gratuitas e missões em regiões pouco assistidas pelo Estado brasileiro (CAVALCANTI, 2010, p. 6).

Em Maringá, os Irmãos Maristas possuem um Centro Social, denominado Irmão Beno Tomazoni, localizado no Bairro São Jorge, próximo ao bairro Mandacaru e ao Hospital Universitário da cidade.

Anteriormente denominado Núcleo social Papa João XXIII, foi construído, na década de 1960, com o material da demolição da antiga Catedral. Era dirigido pelas Irmãs de São Vicente de Paula em parceria com diversas entidades. Como os maristas participavam da parceria, foram convidados a assumir a direção do Núcleo (CAVALCANTI, 2010).

Em 1990, os Irmãos passaram a acompanhar esse Centro social, de forma mais sistemática, os trabalhos e a colaborar com o pagamento de alguns colaboradores. Tiveram relevante participação no processo pedagógico. Nesse período, atendeu-se a 130 crianças e adolescentes, em torno de sete a 17 anos, de famílias oriundas do bairro e da região. A partir de 2002, os Irmãos assumiram definitivamente a instituição, passando para Centro Social Marista Irmão Beno Tomazoni, e as vagas foram ampliadas para 300 alunos (CAVALCANTI, 2010): “A abertura do Centro Social foi uma iniciativa fortemente requisitada pela Cúria Metropolitana e pelos próprios gestores do núcleo Social Papa João XXIII que, na época, apresentava dificuldades para prosseguir com o atendimento” (CAVALCANTI, 2010, p. 116).

O Centro Social Irmão Beno Tomazoni segue os princípios de São Marcelino Champagnat, atendendo a famílias, comunidade e, principalmente, crianças e adolescentes. Tem capacidade para atender cerca de 600 crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social e econômica. O centro é organizado em regime de contraturno escolar, desenvolvendo atividades de apoio socioeducativo na perspectiva da formação integral, da ética e da cidadania. Possui como objetivo manter a missão marista de bem educar as crianças e jovens, especialmente os mais necessitados (CAVALCANTI, 2010).

Quanto ao Ensino Superior, a PUC- PR instalou-se em Maringá no ano de 2004, oferecendo cursos de graduação em Enfermagem e Nutrição, com início das aulas no mês de fevereiro. Em 2006, após diversos contatos entre a Província Eclesiástica, Maringá e entre a direção da PUC-PR, foi aberto o curso de Filosofia, conforme Portaria número 810, de 18 de março de 2006 (ROBLES, 2007).

Inicialmente, a PUC-PR instalou-se no prédio do Colégio Marista, antigo prédio construído na década de 1950, na Avenida Tiradentes, e transferiu-se posteriormente para o prédio adquirido pelos Maristas, no bairro jardim Paris, de Maringá. Em relação à instalação da PUC-PR em Maringá, que oferece cursos de graduação, Extensão e de Pós-graduação, Padre Orivaldo Robles destaca:

A presença dos Irmãos Maristas foi decisiva para a abertura da PUC-PR, campus Maringá. Ao recebê-lo, aqui, no início de 1958, nem em sonho Dom Jaime poderia prever que estava, naquele instante, lançando em solo maringaense a semente inicial da Pontifícia universidade Católica do Paraná (ROBLES, 2007, p. 185).

Outra contribuição relevante no cenário da cidade é o Teatro Marista, inaugurado no ano de 1998, e que está entre as mais belas obras arquitetônicas da cidade. Possui 911 lugares e serve de palco para grandes eventos sociais, empresariais, culturais, educacionais e artísticos de Maringá e região (COLÉGIO MARISTA DE MARINGÁ, 2010):



Figura 28 - Teatro Marista de Maringá (2010)
Fonte: Anselmo Carlos Baraldi

A localização do teatro, na Zona 2 da cidade, na quadra do colégio, zona central, favorece os eventos, proporcionando conforto e comodidade para toda a população maringaense e da região. Para eventos de menores portes, o Colégio Marista ainda oferece um anfiteatro, com espaço para 260 pessoas e adequado para conferências, simpósios, formaturas e palestras (COLEGIO MARISTA DE MARINGÁ, 2010).

Os Irmãos Maristas também possuem um recanto, utilizado pelas entidades maristas e comunidade, um espaço privilegiado em meio à natureza, voltado a alunos, familiares, educadores e demais interessados, localizado na cidade de Doutor Camargo, a 40 km de Maringá e à beira das margens do rio Ivaí, com infraestrutura ideal para acampamentos orientados, retiros e festividades em geral.

O recanto Marista possui uma casa de encontros, com capacidade para 150 pessoas, composta por 22 suítes e 106 camas em quartos simples. Existe também um salão que comporta grandes grupos. No recanto, além de toda natureza exuberante, existem duas piscinas com toboágua, diversos quiosques

cobertos com infraestrutura para churrasco e dois campos de futebol suíço (COLÉGIO MARISTA DE MARINGÁ, 2010).

Outro cenário utilizado pelos maringaenses é o complexo esportivo, espaço amplo e moderno, com quatro quadras descobertas e três cobertas, campo de futebol, pista de atletismo, salas de judô e ginástica rítmica. Foi ampliado no ano de 2007, conforme placa de inauguração, na gestão de Valmir Gomes¹⁴, primeiro leigo a trabalhar na direção do Colégio Marista de Maringá.



Figura 29 - Complexo esportivo Marista (2010)
Fonte: Anselmo Carlos Baraldi

A Congregação fez parte dos primórdios da cidade e sua contribuição educacional foi relevante para o progresso e desenvolvimento de Maringá. No ano de 1962, como reconhecimento ao trabalho realizado pelos maristas, a Rua do Colégio, denominada Pedro Álvares Cabral, teve o nome alterado para Padre Marcelino Champagnat, pela Lei Municipal nº 207-62 (MARINGÁ, 1962):

¹⁴ Valmir Gomes é ex-irmão marista. Após sua saída da congregação, atuou em diversas unidades maristas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ

ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 207/62

Data: 23 de abril de 1.962

Súmula: Dedicar Rua Padre Marcelino Cham-
pagnat, a atual Pedro Álvares Cabral.-

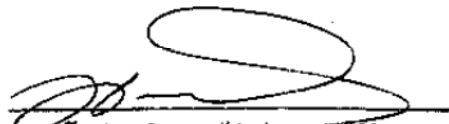
A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PA-
RANÁ, DECRETOU E SU, PREFEITO MUNICIPAL, SAN-
CIONOU A SEGUINTE LEI:

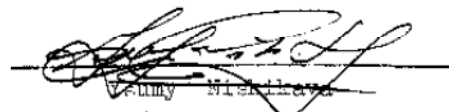
Artº 1º - Fica denominada Rua Padre Marcelino Champagnat, a atual
denominada Pedro Álvares Cabral, em toda sua extensão.-


§- Único- VITADO

Artº 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, re-
vogadas as disposições em contrário.-

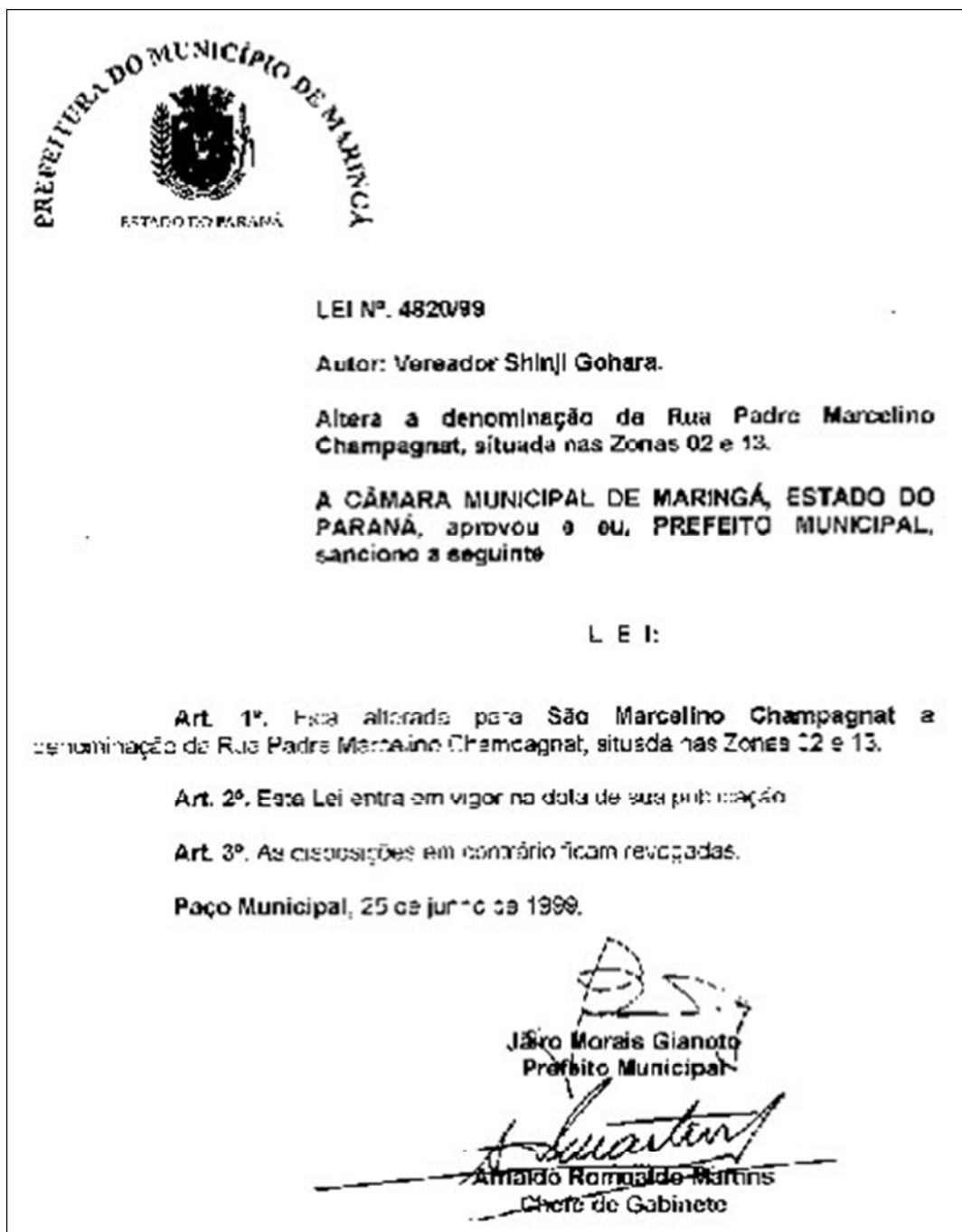
Edifício da Prefeitura Municipal de Maringá, aos vinte
e três dias (23) do mês de abril do ano de 1.962.-


João Paulino Vieira Filho
Prefeito Municipal


Vandy Niskitava
Secretário de V.C.P.A.


Antenor Sanchez
Diretor Administrativo

Com a canonização de Marcelino Champagnat, a rua foi alterada para São Marcelino Champagnat, pela Lei 4.820-99, de 25 de junho de 1999 (MARINGÁ, 1999):



Lei nº 4820/99
Fonte: MARINGÁ (1999)

No final da década de 1950, com a chegada dos Irmãos Maristas em Maringá, nas atividades do Ginásio Maringá, novos rumos foram traçados à Instituição que se consolidou no cenário maringaense com a passagem de Ginásio Maringá para Colégio Marista de Maringá. Assim, houve também, por parte desses religiosos, a contribuição no contexto educacional maringaense nesses últimos cinquenta anos.

6 CONCLUSÃO

A pesquisa referente à gênese e ao desenvolvimento do Ginásio Maringá, na década de 1950, hoje Colégio Marista, permitiu apontar algumas conclusões que poderão ajudar na contextualização da história da educação, bem como da própria cidade de Maringá.

A análise da história de uma instituição educativa não consiste apenas em relatar fatos, mas na reconstituição da história, por meio da crítica e da reinterpretação do passado. A dificuldade em encontrar bibliografia acerca das instituições educacionais demonstra que ainda há muito que pesquisar nessa área.

A procura por fontes documentais sobre o Ginásio Maringá demonstrou a existência de uma riqueza documental espalhada por diversas instituições da cidade e da região, e que esses documentos, embora existam, carecem de maior organização e exploração para que, dessa maneira, permaneçam como memória viva. As dificuldades para encontrá-los foram facilitadas graças ao contato com personagens protagonistas daquela história, o que demonstra a importância de escutá-los e valorizá-los.

Não se pretende esgotar a história dessa instituição educacional. A presente pesquisa caracteriza-se como processo de busca da própria história, em permanente movimento e depende da visão do pesquisador. Ela pode, porém, motivar outras pesquisas na busca de uma possível sistematização da historiografia educacional maringaense.

Analisando os dados revelados pelas fontes, constata-se que a história do Ginásio Maringá está imbricada à própria história do surgimento da cidade. Nasce, no entanto, como alternativa de estudo para os filhos de grandes proprietários de terras que vinham para a região do Norte do Paraná, atraídos pela prosperidade do café e pelas promessas da Companhia Melhoramentos quanto ao futuro alvissareiro do patrimônio.

O Ginásio Maringá configura-se, desse modo, como colégio destinado ao atendimento e à formação da elite pioneira maringaense, mediante proposta pedagógica atinente às exigências políticas, econômicas e sociais da época. A

pesquisa constatou o quadro de lideranças políticas, de profissionais liberais e proprietários dos principais comércios da cidade formados pelo Ginásio Maringá.

O Ginásio Maringá, desde sua fundação, exerceu forte poder de persuasão entre as famílias de melhor poder aquisitivo, favorecendo, desse modo, a estratificação social e a verticalização do ensino.

O caráter seletivo da instituição pode ser consequência da própria Lei que regulamentava a educação no cenário nacional, a Lei Orgânica, criada no ano de 1942, que favorecia os filhos da elite nacional, pelo fato de exigir os exames de admissão para a entrada no ensino secundário. Privilegiava, portanto, famílias abastadas que tinham oportunidade de matricular seus filhos no ensino primário e ainda, paralelamente, pagar professores particulares para melhor prepará-los para o exame de admissão.

O regimento interno do Ginásio Maringá demonstra tal seletividade, ao estabelecer que os candidatos ao ensino secundário seriam classificados, para efeito de preferência de matrícula, conforme média global obtida e se daria preferência aos alunos que já estudavam na instituição. Os próprios componentes curriculares demonstravam tal seletividade ao ofertar disciplinas como Latim, Francês e Inglês, universo pouco conhecido pelas camadas empobrecidas.

O Ginásio Maringá demonstrou o dualismo do sistema educacional brasileiro desde o Império e início da República e que impera até os dias de hoje em muitas capitais e cidades de nosso país, ou seja, o ensino primário, destinado aos pobres, e uma escola secundária, de cultura geral rigorosa e de qualidade, voltada à elite, com o objetivo de prepará-los para o Ensino Superior.

A própria arquitetura e localização do prédio do Ginásio Maringá demonstravam sua finalidade e o público a que se destinaria: famílias abastadas com o intuito de preparar os quadros políticos e futuros administradores da cidade. A nova construção foi noticiada pelos meios de comunicação como o magnífico prédio do Ginásio de Maringá. Sua estrutura em alvenaria diferenciava-se das demais obras construídas na cidade, que eram em madeira. Para localização, foi escolhida a Zona 2, já planejada no seu plano piloto a ser uma área nobre e destinada à elite maringaense.

Conforme ata consultada nos arquivos da Câmara Municipal de Maringá, constatou-se que, em 1958, já na gestão dos Irmãos Maristas, houve um auxílio por parte da prefeitura, destinado para bolsas de estudo a serem concedidas a alunos com baixa renda, medida que demonstra a dificuldade do poder público em oferecer educação de qualidade.

Em 1954, foi inaugurado o Ginásio Estadual, posteriormente denominado Colégio Gastão Vidigal, porém essa instituição funcionava precariamente, sem estrutura física adequada e com baixa remuneração aos professores, realidade que também corrobora a complexidade do poder público em atender à população de modo geral e com qualidade.

Vale destacar novamente o aspecto da exclusão social, que tanto fez parte do contexto nacional, como da ocupação do Norte do Paraná. Foram registradas histórias de imigrantes que, ludibriados por corretores desleais da época, perderam suas terras ou aceitaram terras menos produtivas para não perder todo o investimento. Esse fato acarretava em diversos problemas sociais. Muitos desses imigrantes serviam como mão-de-obra barata, em regime semi-escravo, nas terras dos grandes proprietários, assim como aqueles que vieram como trabalhadores braçais.

A história do Ginásio Maringá demonstra que a instituição nasceu laica, por interesse da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e de líderes locais. Entre os principais objetivos da criação do Ginásio Maringá, destaca-se a pretensão de ofertar educação de qualidade para os filhos dos pioneiros da elite Maringaense, entre eles, os dirigentes da Companhia e também a venda de terras para novas famílias, mediante a possibilidade da educação secundária para os filhos.

Dessa forma, O Ginásio Maringá obedeceu à política educacional daquele momento histórico, ou seja, formar uma elite dirigente e pensante, composta pelas famílias oligárquicas tradicionais de alto poder aquisitivo. Assim como em todo o Brasil, a estrutura educacional de Maringá não foi planejada, mas caminhou na marcha em que eram colocadas as demandas sociais.

A história laica do Ginásio Maringá não chegou a completar três anos. Em meados de 1954, a Igreja Católica assumiu a gestão da instituição. A abertura do

Ginásio municipal, o abalamento da imagem institucional perante acusações de irregularidade em relação às taxas cobradas, à contratação de professores e a problemas relacionados à gestão do Ginásio vinha resultando na transferência de alunos e na diminuição das matrículas. Fatos como esses colocavam em dúvida o futuro da instituição, o que resultou na passagem de escola laica para escola confessional.

O interesse da Igreja Católica em assumir o Ginásio Maringá ainda foi motivado por comentários que sinalizavam o interesse protestante em adquirir uma obra educativa em Maringá. Pensando que a educação é vista como instrumento de difusão da religião e diante de tais fatos, entendemos porque a Diocese de Jacarezinho adquiriu os direitos do professor Anthero Alfredo Santos, período em que houve crescimento no número de matrículas, mas que logo voltou a cair, acarretando dificuldades financeiras.

Em 1957, o recente Bispo, Dom Jaime Luiz Coelho, preocupado com tal situação e conhecedor da proposta pedagógica Marista, procurou a congregação e ofereceu-lhes a administração da obra. Após vasta negociação, a partir de 1958, o Ginásio Maringá foi transferido para a Congregação Marista, que comprou a propriedade da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

A relevância das instituições religiosas na educação do povo brasileiro pode ser notada desde o período imperial. A falta de qualificação de professores para atender à população escolar da colônia fez com que o governo português privilegiasse o ensino primário em detrimento do ensino secundário, deixando-o exclusivamente nas mãos das congregações religiosas. Apesar das diversas tentativas da Igreja e do governo durante o império, a educação brasileira continuou bastante precária, favorecendo pequena parte da população.

A gestão dos Irmãos veio consolidar o processo educacional iniciado no Ginásio Maringá. Com a chegada dos Maristas, a Igreja fortaleceu-se, principalmente com a elite e dirigentes da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná; parceria que resultou na doação de vários terrenos para a construção de escolas confessionais e igrejas católicas na cidade.

A presença da Congregação Marista em Maringá demonstra a configuração da missão dessa instituição após sua fundação em 1817, na França. Já no tempo do Pe. Marcelino Champagnat, paulatinamente, os contextos políticos, econômicos e sociais foram forçando os Irmãos a atuar, também, com as elites, o que não estava nos objetivos iniciais. Dois motivos levaram a essa opção: a solicitação dos eclesiásticos e lideranças governamentais pela educação Marista, mediante o trabalho de qualidade realizado pelos Irmãos e a falta de recursos para manter as escolas da zona rural, destinadas aos pobres; e a abertura de colégios em grandes centros que se apresentava como meio para manter as instituições desprovidas de receita. Essa perspectiva é percebida na presença Marista em Maringá, quando em 2002 assumiu integralmente o antigo Núcleo Social Papa João XXIII, renomeado como Centro Social Marista Irmão Beno Tomazoni.

Uma questão relevante identificada na pesquisa é a situação profissional do professor. A desvalorização da profissão docente, na década de 1950, foi demonstrada mediante a necessidade de auxílio financeiro aos professores do Ginásio Estadual concedido pela prefeitura; fato que levou os demais professores do ensino primário a exigir o mesmo auxílio.

Os vereadores justificaram o auxílio argumentando que a profissão merecia reconhecimento, além do alto custo de vida nos primórdios da cidade. A falta de auxílio poderia resultar na desistência do magistério por parte dos professores, bem como o retorno a sua cidade de origem. O apoio das famílias a essa medida auxiliar demonstrou que estas reconheciam a necessidade de valorização e melhor remuneração aos professores.

A educação que uma geração tem ou busca está impregnada do contexto de sua época. Ocorrem certos princípios, conceitos ou fatos que marcam cada período, determinam as manifestações culturais e religiosas, deixando a impressão daquele tempo. A investigação e análise dos documentos pesquisados sobre o Ginásio Maringá permitiram analisar, de determinada perspectiva, a história inicial da formação da elite maringaense a partir de princípios confessionais e de princípios políticos da época pesquisada.

Ao concluir a pesquisa, evidencia-se que os fatos históricos e sociais são percebidos de forma diferente, dependendo do tempo e do lugar, da classe e da ideologia de quem os analisa. Nenhuma reconstituição será feita de forma absoluta, pois a história é dinâmica e não se deixa esgotar. Essa foi a perspectiva assumida nessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

ALTOÉ, Cleto. (Padre). [**Ginásio de Maringá**: circular do diretor do ginásio, aos pais dos alunos em 5 de dezembro de 1957]. Maringá: [Arquivo do Colégio Marista de Maringá], 1957. 1 f.

ALTOÉ, Geraldo; REWCKI, Romão (Irmão). Certidão. Maringá, [Arquivo do Colégio Marista de Maringá], 1969. 1 f.

COELHO, Dom Jaime Luiz, Bispo de Maringá. [Carta ao Dom Armando Lombardi: DD. Nuncio Apostólico. Rio de Janeiro em 28 de junho de 1957]. In: MITRA ARQUIDIOCESANA DE MARINGÁ. **Diocese de Maringá**: Nunciatura Apostólica 1952-1962. Maringá: [Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Maringá], 1957a. 1 f.

COELHO, Dom Jaime Luiz, Bispo de Maringá. [Carta ao Dom Armando Lombardi: DD. Nuncio Apostólico. Rio de Janeiro em 12 de agosto de 1957]. In: MITRA ARQUIDIOCESANA DE MARINGÁ. **Diocese de Maringá**: Nunciatura Apostólica 1952-1962. Maringá: [Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Maringá], 1957b. 1 f.

COELHO, Dom Jaime Luiz, Bispo de Maringá. [Carta ao Dom Armando Lombardi: DD. Nuncio Apostólico. Rio de Janeiro em 23 de agosto de 1957]. In: MITRA ARQUIDIOCESANA DE MARINGÁ. **Diocese de Maringá**: Nunciatura Apostólica 1952-1962. Maringá: [Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Maringá], 1957c. 1 f.

COELHO, Dom Jaime Luiz, Bispo de Maringá. [Relatório a ser apresentado à Exma Nunciatura Apostólica. Diocese de Maringá de 24 de março a 12 de novembro de 1957]. In: MITRA ARQUIDIOCESANA DE MARINGÁ. **Diocese de Maringá**: Nunciatura Apostólica 1952-1962. Maringá: [Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Maringá], 1957d. 1 f.

COELHO, Dom Jaime Luiz, Bispo de Maringá. [Carta ao Irmão Marista João de Deus. Rio de Janeiro em 23 de maio de 1957]. Maringá: [Arquivo do Colégio Marista de Maringá] 1957e. 1 f.

COLÉGIO COMERCIAL MARISTA DE MARINGÁ. Histórico. Maringá, [Arquivo do Colégio Marista de Maringá], 1970. 2 f.

COLÉGIO MARISTA DE MARINGÁ. **Regimento interno do Colégio Marista de Maringá**. Maringá, 1965. 16 f. (mimeografado).

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **[Ofício de 9 de dezembro de 1957 à União Brasileira de Educação e Ensino, São Paulo]**. Maringá: [Arquivo do Colégio Marista de Maringá], 1957. 1 f.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 1977. (Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná).

DE DEUS, João (Irmão). [Carta ao Dom Jaime Luiz Coelho em 20 de julho de 1957]. In: MITRA ARQUIDIOCESANA DE MARINGÁ. **Diocese de Maringá**: Nunciatura Apostólica 1952-1962. Maringá: [Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Maringá], 1957. 1 f.

ELIAS, Delfim (Irmão). Resgatando as origens: II Colégio Marista de Maringá. **Encontro**: boletim noticioso da Província Marista de São Paulo, São Paulo, p.17-18, [1994?].

GINÁSIO MARINGÁ. **Livro-ata**: exames de admissão: 1951 a 1952. Maringá, 1952a. 100 f.

GINÁSIO MARINGÁ. **Livro-ata**: provas orais do curso ginásial: primeira época: 1952. Maringá, 1952b. 100 f.

GINÁSIO MARINGÁ. **Livro-ata**: provas orais do curso ginásial. segunda época: 1952. Maringá, 1952c. 100 f.

GINÁSIO MARINGÁ. **Livro-ponto dos professores**: 1953. Maringá, 1953. 200 f.

GINÁSIO MARINGÁ. **Livro-ata**: exames de admissão: 1952 a 1954. Maringá, 1954. 100 f.

GINÁSIO MARINGÁ. **Livro-ata**: exames de adaptação: 1955. Maringá, 1955. 50 f.

GINÁSIO MARINGÁ. **Livro-ponto dos professores**: 1958. Maringá, 1958. 200 f.

GINÁSIO MARINGÁ. **Histórico do Colégio Maringá**. Maringá, [Arquivo do Colégio Marista de Maringá], [1960?]. 1 f. (mimeografado).

GINÁSIO MARINGÁ. **Regimento interno do Ginásio Maringá**. Maringá, 1962. 23 f. (mimeografado).

GINÁSIO MARINGÁ. **Fichas individuais dos alunos do Ginásio Maringá (1952-1967)**. Maringá: [Arquivo do Colégio Marista de Maringá], 1967.

GINÁSIO MARINGÁ. **Livro-ata**: exames de admissão: 1954 a 1968. Maringá, 1968.100 f.

GINÁSIO MARINGÁ. **Livro-ata**: Resultados finais: 1952 a 1970. Maringá, 1970a. 100 f.

GINÁSIO MARINGÁ. **Livro-ata**: provas parciais: 1952 a 1970. Maringá, 1970b. 100f.

MARINGÁ. Câmara Municipal. **Ata da Sessão de 20 jan. de 1953 da Câmara Municipal de Maringá**. Maringá: A Câmara, 1953a. Livro 1 de 20 dez. 1953 – 6 maio 1953. p. 7b -9a.

MARINGÁ. Câmara Municipal. **Ata da Sessão de 4 fev. de 1953 da Câmara Municipal de Maringá**. Maringá: A Câmara, 1953b. Livro 1 de 20 dez 1953 – 6 maio 1953. p. 12a-14b.

MARINGÁ. Câmara Municipal. **Ata da Sessão de 25 fev. de 1953 da Câmara Municipal de Maringá**. Maringá: A Câmara, 1953c. Livro 1 de 20 dez. 1952 – 6 jun. 1953. p. 15a – 17a.

MARINGÁ. Câmara Municipal. **Ata da Sessão de 2 jun. de 1953 da Câmara Municipal de Maringá**. Maringá: A Câmara, 1953d. Livro 2 de 2 jun. 1953 – 17 ago. 1953. p. 1a -2a.

MARINGÁ. Câmara Municipal. **Ata da Sessão de 5 jun. de 1954 da Câmara Municipal de Maringá**. Maringá: A Câmara, 1954a. Livro 5 de 27 abr. 1954 – 13 jun. 1955. p. 41a -51a.

MARINGÁ. Câmara Municipal. **Ata da Sessão de 9 nov. de 1954 da Câmara Municipal de Maringá**. Maringá: A Câmara, 1954b. Livro 5 de 27 abr.1954 – 13 jun. 1955. p. 138a -144a.

MARINGÁ. Câmara Municipal. **Ata da Sessão de 21 set. de 1955 da Câmara Municipal de Maringá**. Maringá: A Câmara, 1955a. Livro 6 de 15 jun.1955 – 14 dez. 1956. p. 48a -53b.

MARINGÁ. Câmara Municipal. **Ata da Sessão de 28 nov. de 1955 da Câmara Municipal de Maringá**. Maringá: A Câmara, 1955b. Livro 6 de 15 jun. 1955 – 14 dez. 1956. p. 71-77.

MARINGÁ. **Lei nº 11-55 de 30 de novembro de 1955**. Maringá: A Câmara, 1955c. Livro 5 Projeto de Leis nº 1 a 19 de 1955.

MARINGÁ. Câmara Municipal. **Ofício contendo abaixo-assinado dos professores primário ao Vereador Arlindo de Souza de 1955**. Maringá: A Câmara, 1955d. Livro 5: Projeto de Leis nº 1 a 39 de 1955.

MARINGÁ, Câmara Municipal. **Ata da Sessão de 10 de mar. de 1956 da Câmara Municipal de Maringá**. Maringá: A Câmara, 1956. Livro 6 de 15 jun. 1955 – 14 dez. 1956. p. 97-102.

MARINGÁ. Câmara Municipal. **Ata da Sessão de 29 ago. de 1958 da Câmara Municipal de Maringá**. Maringá: A Câmara, 1958a. Livro 9 de 16 dez.1955 – 31 out. 1958. p. 157a -160b

MARINGÁ. Lei nº 105-58 de 13 de setembro de 1958b. **Diário Oficial [do] Município de Maringá**, Maringá, 23 set. 1958b.

MARINGÁ. Câmara Municipal. **Lei 207/62 de 23 de abril de 1962**. Maringá, A Câmara, 1962.

MARINGÁ. Câmara Municipal. **Lei 4820/99 de 25 de junho de 1999**. Maringá, A Câmara, 1999.

SANTOS, Anthero Alfredo Chaves. [**Ofício Ex. n.1 de 8 setembro de 1951 a Alfredo Nerner Niffeler**: gerente da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná]. Maringá: [Arquivo do Colégio Marista de Maringá], 1951. 1 f.

SANTOS, Anthero Alfredo Chaves. [**Declaração de 27 de fevereiro de 1952**]. Maringá: [Arquivo do Colégio Marista de Maringá], 1952a. 1 f.

SANTOS, Anthero Alfredo Chaves. [**Ofício Ex. n.2 de 4 de abril de 1952 a Odete Alcantara Rosa**: diretora do Grupo Escolar de Maringá Novo]. Maringá: [Arquivo do Colégio Marista de Maringá], 1952b. 1 f.

SÃO PAULO. 23º Cartório de Notas da Comarca da Capital de São Paulo. **Escritura de venda e compra do Ginásio Maringá pela Congregação Marista em 14 de junho de 1993**. São Paulo, 1993.

DEPOIMENTOS:

ALTOÉ, Geraldo. **Geraldo Altoé**: depoimento em 15 de abril de 2009 concedido à Aldivina Américo de Lima. Maringá, 2009.

COELHO, Dom Jaime Luiz, Bispo de Maringá. **Dom Jaime Luiz Coelho**: depoimento em 11 de fevereiro de 2010 concedido à Aldivina Américo de Lima. Maringá, 2010.

FREGADOLLI, Jorge. **Jorge Fregadolli**: depoimento em 10 de julho de 2010 concedido à Aldivina Américo de Lima. Maringá, 2010

MARTINS, Dilma Dinéia. **Dilma Dinéia Martins**: depoimento em 11 de março de 2009 concedido à Aldivina Américo de Lima. Maringá, 2009.

LITERATURA DE APOIO

ADORÁTOR (Irmão) **Vinte anos de Brasil**. Curitiba: Edição do autor, 2005.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos de história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ALTOÉ, Geraldo. **O Rádio em Maringá**: o pioneirismo, o alcance e a bela trajetória do mais ágil meio de comunicação social. Maringá, Clichetec, 2007.

ALTOÉ, Neusa. **Educação em Maringá**: contexto sócio-econômico e político. 1988. 80 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1988.

ALVIM, Carlos Feu; FEU, Aumara. Cotação do dólar comercial. **Economia & Energia**, Belo Horizonte, v. 37, mar.-abr., 2003. Disponível em: <<http://www.ecen.com/eee37/cotacaodolar.htm>>. Acesso em: 21 dez., 2010

ANDRADE NETO, Arthur de Oliveira. **Maringá**: ontem, hoje e amanhã. Maringá: [s.n.], 1979.

ANDREAZZA, Maria Luiza, TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

ARNAUT DE TOLEDO, Cezar de Alencar. GIMENEZ, José Carlos. Educação e pesquisa: fontes e documentos. In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S.; LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (Org.). **A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória**. Campinas: Alínea, 2009. p. 109-125.

AZZI, Riolando. **História da Educação Católica no Brasil: contribuição dos Irmãos Maristas: a consolidação da obra de Champagnat no Brasil (1922-1947)** São Paulo: SIMAR, 1997. v. 2.

BARROS, Armando Martins de. Os álbuns fotográficos com motivos escolares: veredas ao olhar. GATTI JUNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Orgs.). **História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações.** Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 117- 132.

BERTONHA, Vitorina Cândida Corrêa. **Da escola isolada ao grupo escolar: o processo de escolarização primária em Sarandi-Pr (1953-1981).** 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação, UEM, Maringá, 2010.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JUNIOR, Amarílio. História, epistemologia marxista e pesquisa educacional brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 489-511, 2009.

BLOOM, B. S. **Características humanas e aprendizado escolar.** New York: McGraw-Hill, 1976.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 11 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 5 jan. 2011.

BRASIL. Decreto-Lei n. 4.244 de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do Ensino Secundário. **Lex:** Coletânea de legislação e Jurisprudência. São Paulo, v.6, p. 179-194, 1942.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da educação nacional. **Lex:** Coletânea de legislação e Jurisprudência. São Paulo, v.25, p. 979-993, 1961.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Lex:** Coletânea de legislação e Jurisprudência. São Paulo, v.35, p. 1114-1125, 1971.

BRASIL. Lei n. 11.274 de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394. **Lex:** Coletânea de legislação e Jurisprudência. São Paulo, v.70, p. 227, 2006.

BUFFA, Ester. Práticas e fontes de pesquisa em História da Educação. GATTI JUNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.). **História da Educação em**

perspectiva: ensino, pesquisa e suas investigações. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. p.105-116.

_____. Os Estudos sobre Instituições Escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. In: Maria Isabel M. Nascimento; Wilson Sandano; José C. Lombardi; Dermeval Saviani. (Org.). **Instituições Escolares no Brasil:** conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007.p. 151-164.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e educação:** organização do espaço e proposta pedagógicas dos grupos escolares paulistas (1893-1971). São Carlos: EDUFSCar, 2002.

CABRAL, Manoel. Procuram-se alunos. **O Diário**, Maringá, p.7, ano 25, n. 76263, 15 out. 1998.

CAETANO, Loide. **Inserção do protestantismo numa área pioneira do Paraná:** A igreja presbiteriana Independente em Maringá. 2002. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião)-Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2002.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense: 1900-1970.** Curitiba: Graficar, 1981.

CAVALCANTI, Pedro. **Presença Marista:** os caminhos da educação e da solidariedade. São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editoriais, 2010.

CECATTO, Adriano. **A Implantação do Ensino misto no Colégio Marista Santa Maria de Curitiba no final da década de 1970.** 2008. 226f. Dissertação (Mestrado)-Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

CHIES, Cláudia. **O ciclo econômico e o espaço transformado:** os trabalhadores do café no bairro Concórdia em Tuneiras do Oeste – Pr. 196 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá 2007.

COLÉGIO ESTADUAL DOUTOR GASTÃO VIDIGAL. **Histórico.** Disponível em: <<http://colegiogastao.com.br/pages/historico.jsp>>. Acesso em: 12 de março de 2010.

COLÉGIO MARISTA DE MARINGÁ. Guia do aluno – 2010. Maringá, 2010.

COLÉGIOS Maristas passam por processo de “reorganização. **Expresso ABEC**, São Paulo, v.1, n.3, fev./abr., p. 3, 2000.

COMISSÃO INTERPROVINCIAL DE EDUCAÇÃO MARISTA. **Missão educativa marista:** um projeto para nosso tempo. 3. ed. São Paulo: Simar, 2003

CRISE de 1929. Disponível em: <<http://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/crisede29.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elemento metodológico para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites**: O Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

FABRIL, Sidney. **O Seminário Maior Arquidiocesano Nossa Senhora da Glória de Maringá enquanto instituição educativa**. 2007. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2007.

FANFARRA do Marista, um toque maringaense para Brasília. **Folha do Norte do Paraná**, Maringá, 6 nov. 1971. p.7-A.

FANFARRA do Marista de Maringá encerrou suas atividades. **Panorama**, Londrina, 20 set. 1975. p.8.

FURET, Jean Bapstite. **Vida de São Marcelino José Bento Champagnat**. São Paulo: Loyola; Simar, 1999.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

GATTI JUNIOR, Décio. História das Instituições Educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (Org.). **Novos temas da Educação**: Instituições Escolares e Educação na Imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 3-24.

GATTI JUNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da Educação, instituições e cultura escolar: conceitos, Categorias e Materiais Históricos. In: GATTI JUNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.). **História da Educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 71-90.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do Norte (novo) do Paraná – 1930/1970. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999. p. 87-121.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GULLA, Maria Madalena Sorato. **História e Memória da fundação do colégio Santa Cruz de Maringá (1952)**. 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação, MINTER UEM – FAFIJA, 2009.

HILÁRIO, José. **Maringá Jubileu de Ouro**. Maringá: Gráfica Boaventura, 1997.

HOFFMANN, J. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 1998

IDENTIDADE Marista. Disponível em: <<http://maristas.org.br/sobre-a-rede-marista/identidade-marista>>. Acesso em: 22 dez. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE LONDRINA. **Histórico**. [2008]. Disponível em: <www.londrina.pr.gov.br/ippul/historico.php>. Acesso em: 15 dez. 2010.

JORNAL PANORAMA. Londrina, 20 set.1975.

LAMB, Denise. **A prova de português nos Exames de Admissão ao Ginásio: critérios de avaliação e atribuição de notas**. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Educação, CCHS/UFMS, Campo Grande, 2004.

LIBÂNIO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1985.

LIMA, Marceline de; LEMOS, Maria de Fátima; ANAYA, Viviane. Currículo escolar e construção cultura: uma análise. **Dialogia**, São Paulo, v.5, p.145-151, 2006.

LINHA DO TEMPO: os fatos que marcaram a criação e o desenvolvimento da UEM. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, 22 maio 2005. Suplemento especial UEM 35 anos. p. 6-7.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1987. (Temas básicos em Educação e Ensino).

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. Maringá: Prefeitura Municipal de Maringá, 1997.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Contributo para a história das instituições educativas. In: SANFELICE, José Luiz; SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: HISTEDBR, 1999. p. 67-72.

_____. **Tecendo Nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e Educação Feminina (1859-1919)**: uma face do conservadorismo. 2. ed. Maringá: EDUEM, 2008.

MARCA presente em 76 países. Disponível em:
<<http://www.maristas.org.br/portal/pagina.asp?IDPag=10>>. Acesso em: 22 dez. 2010.

MARCELINO CHAMPAGNAT EM REVISTA. [S.l.]: Província Marista de Santa Catarina, n. 2, 1999.

MARINGÁ. Prefeitura do Município. Secretaria da Cultura. Gerência de Patrimônio Histórico. **Inocente Villanova Junior**: centenário de nascimento do primeiro Prefeito de Maringá. Maringá: Clichetec, 2003.

MASSON, Robert. **São Marcelino Champagnat**; não seria possível sem Deus. São Paulo: Loyola; SIMAR, 2000.

MENDES, César Miranda. Um pouco da cultura do concreto: algumas experiências sobre a verticalização urbana. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, Jose Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná**: estudos da história regional. Maringá: EDUEM, 1999. p. 389-405

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. Os arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. (Org.). **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 31-38.

MORO, Dalton Áureo. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no Norte do Paraná**. 1991. 353 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 1991.

MOTA, Lúcio Tadeu. A Guerra de Conquista nos Territórios dos índios Kaingang do Tibagi. **Revista História Regional**, Ponta Grossa, v 2, n. 1, p. 187-207, 1997.

MOURA, Pe. Laércio Dias de. **A Educação Católica no Brasil**: Passado, Presente e Futuro. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares**: por que e como pesquisar. Campinas: Alínea, 2009.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, Juracy de. Dirce Aguiar Maia, a primeira professora. **O Diário**, Maringá, p. 6, ano 23, n. 7182, 25 abr. 1997.

OLIVEIRA, Maria Cecília Martins de. Educação e sociedade: as escolas particulares no Paraná. **Revista Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2006. Disponível em: <<http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n1/numero1-artigo2.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PARANÁ (Estado). Conselho Estadual de Educação. **Deliberação nº. 09/01**. Processo nº 744/01. Aprovada em 1 de outubro de 2001. Interessado: Sistema Estadual de Ensino Estado do Paraná. Relatora: Naura Nanci Muniz Santos. Disponível em: <http://www.diaadia.pr.gov.br/ceja/arquivos/File/Delib_0901.pdf>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2010.

PASQUINI, Adriana Salvaterra. **A ação político-educativa da igreja Católica n'O Jornal de Maringá**. 2009. 147f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2009.

PAULA, Zueleide Casgrande de. **Maringá, o coração verde do Brasil**. 1998. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Estadual Paulista, Assis, 1998.

PRESENÇA no Brasil e no mundo. Disponível em: <<http://marista.edu.br/presenca-no-brasil-e-no-mundo>>. Acesso em: 22 dez. 2010.

PROVÍNCIA MARISTA BRASIL CENTRO-SUL. **Caderno de integração: setor de Vida Consagrada e Laicato**. São Paulo: FTD, 2010.

REIS, Osvaldo. **1947-2004 – Maringá 60 anos: a História em conta-gotas**. 2 ed. Maringá: Gráfica Primavera, 2004.

REVISTA COMEMORATIVA: os quinze anos da Diocese de Maringá. Maringá: Diocese de Maringá, [1972?].

REVISTA PIONEIRA. Londrina, v.3, n.7, jul.-ago., 1950.

ROBLES, Pe. Orivaldo. **A Igreja que brotou da mata: os 50 nos da Diocese de Maringá**. Maringá: Dental Press, 2007.

ROCHA, Ruth; PIRES, Hinderburg da Silva. **Minidicionário**. São Paulo: Scipione, 2001.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SANDI, Flávio Antonio ; CHIQUITO, Ricardo Santos. **Projeto Marista para planejamento e avaliação**. São Paulo: FTD, 2009. (Coleção Currículo em Movimento, v. 5).

SANCHES, A. **Maringá, outrora e agora**. Maringá: Bortoni, 2006

SANFELICE, José Luis. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. (Org.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores associados, 2007. p. 75-93.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores associados, 2007a.

_____. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. (Org.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007b. p. 3-27.

_____. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. (Coleção educação contemporânea).

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. **A Escola Normal em Maringá-PR**: o ensino público como projeto político. 2006. Disponível em <<http://www.histedebr.fae.unicamp.br>>. Acesso em 13 jan. 2010.

SÉRIE Histórica do Salário Mínimo. Disponível em:

<<http://www.jfpr.gov.br/ncont/salariomin.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, Sujeito e História**. São Paulo: Olho D'Água, 2002.

SILVA, Geraldo Bastos. **A Educação Secundária** (perspectiva histórica e teoria). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SILVA, J. A. **Mandaguari**: sua história, sua gente. Maringá: J. A. Editora, 1982.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira; FERNANDES, Priscila Martins. Etnias do Paraná. In: ALEGRO, Regina Célia et al (Org.). **Temas e questões para o ensino de História no Paraná**. Londrina: EDUEL, 2008. p. 113-125.

STADNIKY, Hilda Pívaro; PINTO, Meyre Eiras de Barros. Contribuição ao estudo da presença Nipo-brasileira no Norte de Maringá. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999. p. 239-254.

STECA, Lucinéia C; FLORES, Mariléia D. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. Londrina: EDUEL, 2002.

TEIXEIRA, Anísio. Um presságio de Progresso. **Habitat**, São Paulo, v.4, n.2, 1951. p.175-177.

TINÉ, Sandra Zita Silva; Dante, Prof. **Currículo, escola e comunidade: relações e possibilidades**. Espaço Interativo, n. 302, maio, 2010. Disponível em: <http://espacointerativo302.blogspot.com/2010/05/curriculo-escola-e-comunidade-relacoes_02.html>. Acesso em: 2 nov. 2010.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná**. 1989. 254 f. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1989.

_____. Construções e silêncios sobre a (re) ocupação da região Norte do Estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999. p. 51-85.

TUFANO, Douglas. **Guia prático da nova ortografia Portuguesa: versão atualizada de acordo com o VOLP**. São Paulo: Melhoramentos, 2008. Disponível em: <http://www.livrariamelhoramentos.com.br/Guia_Reforma_Ortografica_Melhoramentos.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2011.

UMBRASIL (União Marista do Brasil). **O mesmo coração**. Brasília, 2010.

VIEIRA, Ildu Manso. **Jacus e Picaretas: a história de uma colonização**. Maringá: Bertoni, 1999.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das Instituições Escolares: de que se fala: In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel de Moura (Org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores associados, 2004. p. 13-35.